Avante!
Biblioteca

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 45—Série VII—N.º 42
20 de Fevereiro de 1975

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

CENTROS

Semanário ★ Propriedade da Editorial «Avante!» ★ Red./Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 ★ Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. ★ Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

SUPLEMENTO DIÁRIO DO «AVANTE!»

AMIZADE
COM OS JOVENS DA URSS

Ao longo de toda a noite fascista a União Soviética esteve sempre ao lado da vossa luta — declarou Vladimir Prokopov, membro do Comité Central do Konsommol — que juntamente com uma delegação daquela organização da juventude comunista soviética está de visita ao nosso País — durante o comício de ...izade entre a juventude soviética e a juventude portuguesa, que se realizou terça-feira à noite, na aula magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Depois de ter transmitido saudações revolucionárias à juventude portuguesa em nome dos 34 milhões de jovens que constituem o Konsommol e em nome do povo soviético, o orador fez notar as possibilidades novas que o 25 de Abril permitiu no desenvolvimento e cooperação entre as duas juventudes. Acentuando depois o facto significativo de a sua delegação ter chegado a Portugal *«no ano do 30.º aniversário comemorativo da vitória sobre a Alemanha*

CONT. NA PÁG. 4

Avante!
PÁGINA 2

Com a força
das massas
o processo
revolucionário
avançará

Dentro de pouco mais de dez dias inicia-se a campanha para as eleições da Assembleia Constituinte.

O processo revolucionário iniciado na madrugada de 25 de Abril entra assim em nova fase, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas.

Praticamente um ano após o levantamento que derrubou o fascismo, o Partido Comunista Português afirma-se em todo o País como a vanguarda organizada da classe operária, o Partido dos trabalhadores, temperado pela dura luta clandestina, solidamente implantado nas massas, firme e coeso.

O PCP é um factor decisivo do progresso da construção de uma verdadeira democracia em Portugal.

As eleições que se avizinham constituem um elemento inteiramente novo da vida do Povo português. Tal como o nosso Partido tem sublinhado, não se encontram ainda inteiramente preenchidas as condições para que seja possível afirmar que o povo português irá às urnas escolher os deputados que elaborarão a Constituição em condições de inteira liberdade, não se poderá afirmar que estamos perante eleições inteiramente livres. Os atrasos nos saneamentos das autarquias locais, o domínio ainda exercido pelos monopólios e pelos grandes agrários sobre a economia portuguesa — com os naturais reflexos na vida política e social, nomeadamente nas zonas rurais — introduzem condicionamentos graves. Contudo, o povo português tem condições para fazer das próximas eleições um passo decisivo no caminho da sua liberdade.

A eleição de deputados que dêm efectivas garantias de defenderem os interesses populares constitui, naturalmente, um objectivo fundamental.

Mas é também indispensável fazer da campanha um amplo esforço de esclarecimento e de organização de todo o povo português. Da campanha eleitoral que vai começar resultará a possibilidade de esclarecer milhões de portugueses sobre os reais problemas que se lhes colocam e de lhes tornar claro quem efectivamente está com o Povo e quem está contra o Povo.

No período de intensa vida política que o País vai conhecer é necessário que o movimento popular de massas se alargue, é necessário que se amplie e fortaleça a organização popular, que se criem condições para que se fortaleça e avance a aliança entre as duas componentes do processo revolucionário português: o Movimento das Forças Armadas e o movimento popular de massas.

Largas perspectivas se abrem ao nosso Partido, grandes responsabilidades cabem ao nosso Partido. Os comunistas encaram com entusiasmo e confiança as grandes tarefas que a campanha eleitoral colocará, as vastas possibilidades que à classe operária e a todos os trabalhadores se rasgam.

A campanha eleitoral exigirá de todos redobrado esforço, redobrada dedicação, redobrada vigilância.

«Avante!», órgão central do Partido Comunista Português, porta voz dos comunistas e dos trabalhadores, instrumento de trabalho e de luta nas grandes tarefas da edificação de um futuro livre e próspero, acompanhará também as exigências que se colocam.

Além dos seus números semanais, «Avante!» publicará durante a campanha eleitoral quarenta suplementos diários.

Nas páginas do «Avante!», nas páginas do seu jornal, o Povo português encontrará todos os dias a posição dos comunistas sobre a situação, as propostas formuladas pelos comunistas, informação sobre o que será a campanha do Partido Comunista Português.

O suplemento diário do «Avante!» será, nas mãos dos comunistas, da classe operária, dos trabalhadores, das massas, um agitador colectivo e um organizador colectivo.

O suplemento diário do «Avante!» levará todos os dias a quantos lutam pela democracia em Portugal a informação e a orientação que nas mãos das massas se transformarão em força decisiva para o avanço do processo revolucionário.

Camaradas!

Um mês depois de comemorar os seus 44 anos de existência, dos quais 43 vividos na dura clandestinidade, o jornal do nosso Partido surge diariamente a erguer a nossa bandeira. É o nosso jornal, é o nosso «Avante!» continuando a luta gloriosa dos seus obreiros clandestinos.

Nas mãos do Povo, o nosso «Avante!» será uma bandeira e uma arma agora todos os dias erguida!

Estudar e aplicar o que nestas páginas o nosso Partido disser, levar estas páginas a toda a parte, às fábricas, aos campos, às escolas, às empresas, às casas, é uma tarefa das muitas que aos comunistas se colocam e a que os comunistas darão a força da sua consciência revolucionária.

Por um grande jornal de massas, por um «Avante!» levado todos os dias a todo o Povo — AVANTE!

REUNIÕES DE CAMPONESES EM BEJA E NO PORTO

A TERRA A QUEM A TRABALHA
CONDIÇÕES PARA A TRABALHAR
A TERRA AO SERVIÇO DO POVO

A reforma agrária está na ordem do dia. As estruturas agrárias herdadas do antigo regime, cimentadas por quarenta e oito anos de desenfreada exploração dos homens que trabalham a terra, revelam-se completamente inadaptadas às novas realidades do País, à hora alta em que vivemos, em que a defesa, consolidação e aprofundamento da democracia são questões de vida ou de morte para todos os trabalhadores.

A reforma agrária está na ordem do dia. De norte a sul, assalariados agrícolas e rendeiros, camponeses, pequenos e médios proprietários ganham plena consciência de que a resolução dos seus problemas passa inevitavelmente pela abolição dos privilégios daqueles que enriqueceram à custa da exploração do trabalho alheio — os grandes senhores da terra, os latifundiários.

A reforma agrária está na ordem do dia. Mais uma vez isto foi afirmado no último fim-de-semana, na II Conferência de Camponeses do Norte e no Encontro de Pequenos e Médios Proprietários Agrícolas do Baixo Alentejo. Milhares de trabalhadores rurais, empregados por conta de outrem ou donos de pequenos pedaços de terra, debateram os seus problemas, apresentaram sugestões. Correspondendo à iniciativa do nosso Partido, integraram-se activa e livremente no amplo movimento popular que nas fábricas e nos campos, nas escolas e nos escritórios está a contribuir decisivamente para a transformação de Portugal num País verdadeiramente livre e independente, próspero e feliz.

A reforma agrária está na ordem do dia: a terra a quem a ...nar a terra, a terra ao serviço do povo.

(Ler nas páginas interiores reportagens da Conferência do Porto e do Encontro de Beja)

Os camaradas Carlos Brito e Carlos Costa ladeando ... Junto a Carlos Brito está também Marce no dos Santos

COMUNICADO CONJUNTO PCP-FRELIMO

Em 9 e 10 de Fevereiro o camarada Samora Machel da FRELIMO recebeu e teve conversações com uma delegação de Amizade do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, composta pelos camaradas Carlos Brito e Carlos Costa, membros da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Durante as conversações participaram também do lado da FRELIMO os camaradas Marcelino dos Santos, vice-presidente, Jorge Rebelo, membro do CC e do CE, e Daniel Mbanze do CE.

As conversações, destinadas a reforçar a aliança natural entre as duas organizações e povos, decorreram num clima de grande franqueza, compreensão mútua, solidariedade e amizade. Elas foram a ocasião para uma vasta troca de informações sobre as lutas do povo português e do povo moçambicano, estabeleceram uma base sólida para o desenvolvimento ulterior das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e a FRELIMO, decididamente engajados na luta contra o colonialismo e o imperialismo, pela independência nacional e a emancipação económica e social dos povos.

10 de Fevereiro de 1975.

Com a força das massas o processo revolucionário avançará

O desenrolar da situação política nacional nas últimas semanas e mais ainda nos últimos dias, confirma a justeza das previsões e das prevenções do PCP. O agravamento inusitado da luta de classes é um facto incontestável e o anticomunismo, a forma principal da ofensiva de classe da grande burguesia.

Nunca, desde o 28 de Setembro, os trabalhadores portugueses da cidade e do campo necessitaram, como agora, de uma clara consciência do seu papel revolucionário no processo democrático iniciado em 25 de Abril, e, nunca foi tão importante o cerrar de fileiras contra as manobras e assaltos da grande burguesia e a penetração da sua ideologia de classe, insuflada sob formas e por forças políticas das mais diversas, no seu seio.

Um cerrar fileiras que não pode fazer-se à margem das outras camadas populares, igualmente afectadas pela exploração do grande capital, mas em estreita aliança com elas na obtenção dos objectivos comuns.

A defesa do processo revolucionário português implica o fortalecimento das suas componentes e de uma forma particular do movimento popular de massas. Esta defesa tornou-se nos últimos dias a tarefa política essencial das forças democráticas mais consequentes. Porque o anticomunismo é o envoltório de uma ofensiva que visa mais longe — a destruição do próprio processo democrático pelo aniquilamento das suas duas componentes.

Paradoxalmente, o anticomunismo não se circunscreve à componente popular, embora neste caso, pela razão mesma da plasticidade do movimento de massas, assuma uma maior virulência e variedade de formas. Ataca também, agora, já de maneira aberta, a componente militar, na sua vanguarda organizada — o M F A.

A institucionalização do MFA como vanguarda política das forças armadas, ocupa desde há várias dias, a atenção tanto dos militares como das diversas forças democráticas.

Os problemas do MFA, nomeadamente os da sua institucionalização neste período pré-eleitoral e, para além das eleições de Abril, sendo questões internas do Movimento que só aos militares cabe definir e resolver, são também do interesse geral do Povo Português e de todas as forças interessadas na evolução da situação política portuguesa.

É sintomático que neste momento em que aos militares progressistas e patriotas devia ser dada a possibilidade de discutirem serenamente os seus problemas e decidirem, sem intromissões alheias, dos destinos do seu movimento — o MFA, que tornou possível a derrota do fascismo em 25 de Abril — certas forças, dizendo-se velhacamente defensoras do Programa do MFA, venham defender a sua abstenção política e o seu regresso aos quartéis.

Uns veladamente, outros por vezes de forma mais aberta e descarada, procuram inculcar no povo e sobretudo nos militares mais moderados e conservadores a ideia de que o PCP, em conluio com o MFA, se propõe instaurar uma nova ditadura, um regime de partido único, no qual soçobrariam as liberdades democráticas e se imporia ao País o regime comunista.

Este tartufismo político é uma achega às forças mais reaccionárias que se esforçam desesperadamente por meter uma cunha entre os militares e quebrar a sua unidade, ideologicamente expressa pelo seu Programa.

A posição do PCP é clara: o MFA é indispensável ao processo da consolidação da democracia e ao seu desenvolvimento revolucionário e a sua acção no tempo não pode circunscrever-se ao período pré-eleitoral sob pena de um retorno ao passado. Não estamos a interferir em nada na independência política do MFA, quando dizemos francamente aos militares: o vosso movimento é necessário, defendei-o das investidas dos que querem reduzi-lo à impotência; confiamos na vossa maturidade política para discernir das falsas declarações de fidelidade ao vosso Programa, as reais intenções de destruir o nervo revolucionário das Forças Armadas.

Que o regresso ao passado — um passado naturalmente com as suas variantes — não é assim uma perspectiva fora dos cálculos de algumas personalidades em evidência na cena política portuguesa, mostra-o certas tomadas de posição vindas a lume nos últimos dias.

Em relação ao PCP, por exemplo, esta hipótese não é de descartar para o dr. Mário Soares, secretário-geral do PS. Disse o dr. Mário Soares no comício do seu partido no Campo Pequeno, que os advogados do PS, que no passado defenderam os comunistas nos tribunais fascistas, voltarão a fazê-lo se tal for necessário, embora dizendo em aparte esperar que não.

Esta afirmação é inquietante pelo que pode significar. Quererá isto dizer que o secretário-geral do PS admite a possibilidade do regresso a uma situação em que os comunistas irão de novo ser perseguidos, torturados e julgados por um regime em que os advogados do PS poderão tranquilamente nas suas barras vestir as togas e defender os «réus» comunistas como no passado o fizeram?

Como classificar uma afirmação deste tipo?

A proximidade da campanha eleitoral e a atitude de certas forças democráticas — nas palavras e nos actos — em relação ao PCP indicam que o anticomunismo vai ser a tónica da actuação dessas forças. Curiosamente irmanados no anticomunismo, vemos darem-se as mãos os pseudo-revolucionários da ultra-esquerda e os representantes mais lídimos da grande burguesia portuguesa, passando por outros elos intermédios.

O que se passou na noite de 18 para 19, em Setúbal, com o assalto à Câmara Municipal, que justamente mereceu a impressionante reprovação popular, de ontem, à noite, o assalto no mesmo dia e hora à Junta de Freguesia da Ajuda, repelido pelos democratas ajudenses, e as violências registadas no concelho de Seia não são factos desligados uns dos outros nem de uma campanha contra os comunistas que está a passar do verbalismo à violência física.

Curiosamente, há certas pessoas que produzindo uma ou outra tirada unitária para com o PCP, malsonantes no meio do fraseado anticomunista, se mostram mesmo dispostas a se aliarem ao diabo para isolar os comunistas no processo político e os afastar das posições a que a sua força e influência junto das massas populares o guindaram.

Continuaremos a recusar a polemicazinha barata para onde nos querem arrastar, que não une mas divide. Continuaremos cheios de paciência para debater com as outras forças democráticas todas as possibilidades de uma acção comum tendentes a reforçar e fazer avançar o processo democrático e revolucionário.

Mas não deixaremos que a clara política dos comunistas seja distorcida pelos que enveredaram pela senda do anticomunismo.

Ao eleitoralismo anticomunista responderemos nas formas apropriadas que mais sirvam os interesses do nosso povo e a solução dos seus problemas pela via revolucionária.

Nada nos desviará de uma política em direcção ao povo, impregnada das aspirações e da vontade organizada das massas populares em unidade com todos os que, com os comunistas, se dispõem a levar até às suas últimas consequências o processo da revolução democrática portuguesa.

Cada semana que passa assinala novas iniciativas dos comunistas no sentido da resolução dos problemas fundamentais do povo, da elevação da consciência política dos trabalhadores da cidade e do campo, para que o movimento popular de massas ganhe a força necessária para garantir o êxito do processo democrático em conjugação e aliança estreita com o Movimento das Forças Armadas.

Multiplicam-se as conferências de milhares de trabalhadores, de pequenos e médios agricultores, de comerciantes, das populações e associações locais. Outras se seguirão.

É daí que sairão as decisões revolucionárias adequadas à hora que passa, susceptíveis de garantir avanços seguros para uma outra revolução que retirará das mãos dos monopolistas e latifundiários o domínio da vida dos portugueses, o socialismo.

Avolumam-se as dificuldades, a grande burguesia, os monopólios, continuam apostados em reduzir à miséria e à fome, os trabalhadores das cidades e dos campos. Cresce o desemprego, problemas como o da habitação, da saúde e tantos outros estão assumindo formas agudas. Uma resposta de classe é imprescindível para enfrentar a ofensiva do grande capital contra a liberdade e o bem-estar do nosso povo, decidido a construir os seus destinos com as suas próprias mãos.

As formas dessa resposta de classe não podem ser o desespero e a irreflexão, explorados pelos aventureiros ultra-esquerdistas que dão o braço noutras frentes aos inimigos mais jurados da nossa revolução democrática. Devem ser aquelas que assegurem a cada passo, a união da maioria imensa do nosso povo e, simultaneamente, o desmantelar da frente reaccionária que se escora por detrás do anticomunismo.

A classe operária portuguesa cabe um papel decisivo na consciencialização e mobilização e reforço da componente popular do processo revolucionário.

Contra a vontade organizada das massas populares sob a direcção da classe operária e em estreita aliança com o MFA se desfarão os intentos dos inimigos da nossa revolução democrática qualquer que seja a roupagem com que se vistam.

Os camaradas Wojciech Chabanski, embaixador da República Popular da Polónia no nosso país, e Leon Golebjowski, conselheiro da mesma Embaixada, visitaram as instalações do «Avante!», tendo sido cordialmente recebidos por quantos aqui trabalham. Esta visita contribuiu para o reforço da amizade entre os partidos comunistas dos dois países, cuja cooperação, na base do internacionalismo proletário, tem sido uma constante

O ANIVERSÁRIO DO «AVANTE!»

As comemorações do 44.º aniversário do «Avante!» tornadas possíveis pela derrocada da ditadura fascista, representaram, simultaneamente, a homenagem a todos aqueles que, nas duras condições da clandestinidade, na redacção, na tipografia e na distribuição, tudo deram para que o órgão central do nosso Partido chegasse às mãos da classe operária, das massas trabalhadoras e, também, que o mais antigo órgão da Imprensa partidária continuará hoje, na nova situação política, como ontem, na ditadura fascista, a ser o porta-voz fiel do partido dos trabalhadores na sua luta pela liberdade e pelo socialismo.

Foi este o espírito que presidiu a um almoço de confraternização, realizado em Colares, no dia 15, ao qual estiveram presentes os camaradas Octávio Pato, Dias Lourenço, Sofia Ferreira e Alda Nogueira, do CC do nosso Partido, além dos trabalhadores actuais do «Avante!», um grupo dos últimos tipógrafos do «Avante!» clandestino, e dezenas de militantes, simpatizantes e convidados do PCP.

Os camaradas Octávio Pato e Dias Lourenço usaram da palavra para realçar o que foram estes 44 anos de luta, 43 dos quais nas duras condições de clandestinidade e o cuidado que a direcção do nosso Partido sempre pôs no papel desempenhado pelo nosso órgão central.

Entretanto, promovidos pela Comissão Concelhia de Loures do PCP, foi programada uma série de realizações, inaugurada, no dia 15, em Sacavém, com a abertura de uma exposição sobre a vida do «Avante!», à qual esteve presente Dias Lourenço.

Está ainda prevista uma série de conferências e colóquios subordinados aos seguintes temas: «Avante!» campeão da Imprensa clandestina; «Avante!» na luta contra a ditadura fascista; «Avante!» agitador e organizador; «Avante!» a voz do Partido, a voz da classe operária e dos trabalhadores; «Avante!» na luta contra a Guerra Colonial e contra o Imperialismo».

Estes colóquios e conferências terão a participação de destacados militantes do nosso partido, entre os quais os camaradas Joaquim Gomes, Sérgio Vilarigues, Carlos Brito, Georgette Ferreira e Alda Nogueira.

Entretanto, recebemos, entre outras, saudações da Célula dos Ferroviários do Barreiro, Célula dos Ferroviários do Rossio, Célula da Setenave, Célula de «O Seculo», Célula dos Funcionários Públicos do Palácio de S. Bento, da Direcção Regional do Alentejo e Algarve (DORAA), de vários Centros de Trabalho do nosso Partido, nomeadamente da Graça e da Boavista (Porto), da direcção do Sindicato dos Jornalistas, da Assembleia Unitária do Concelho do Seixal e, ainda, das embaixadas da URSS, RDA e Hungria, para além de numerosas saudações pessoais.

Também alguns órgãos da Imprensa se referiram amavelmente ao aniversário do «Avante!».

CAMPANHA DE FUNDOS

ÊXITO NA INICIATIVA DO COMITE LOCAL DE LISBOA

Ultrapassando largamente a meta fixada, terminou a «campanha dos 500 contos do Comité Local de Lisboa» do nosso Partido. Nela participaram muitos trabalhadores sem partido, que se associaram à dedicação de largas dezenas de camaradas, contribuindo generosamente e, em muitos casos, com sacrifício, para que esta campanha, iniciada em Janeiro findo, somasse na data em que se encerra, mais de 740 contos.

Participaram:

Célula do Avante	84 137$00
Organização 1.º Bairro	30 000$00
Organização 2.º Bairro	105 238$00
Organização 3.º Bairro	85 000$00
Organização 4.º Bairro	57 500$00
Portuários, Marítimos, Agências e Construções Navais	50 000$00
Empregados	185 000$00
Transportes	30 000$00
Gráficos	80 000$00
Construção civil	9 500$00
Vários	27 000$00
	743 375$00

Às receitas normais do Partido, para ajudar nas grandes despesas de propaganda e organização, virá ainda juntar-se o aumento das quotas dos militantes de Lisboa, cuja campanha está a decorrer, sendo já de assinalar casos de células onde a quotização foi multiplicada por 3, 4, 5 e mais vezes.

A Grande Campanha Nacional de Fundos, que entretanto decorre, será certamente estimulada pela intensa participação dos nossos camaradas de Lisboa.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DE NORTE A SUL DO PAÍS ALARGAM A IMPLANTAÇÃO DO PCP

Prosseguem de norte a sul do País as sessões de esclarecimento promovidas pelas organizações locais do nosso Partido. Milhares de homens e mulheres, alguns influenciados pelas ideias obscurantistas e reaccionárias que os saudosos do passado, rotulados de «democratas» ou não, têm assim podido verificar quem são e o que pretendem os comunistas; têm podido comprovar onde estão os amigos do povo, os que procuram, sem paternalismos nem ideias feitas, contribuir para a resolução dos problemas das massas trabalhadoras. Não é por acaso, pois, que dia a dia o partido da classe operária ganha mais simpatizantes e militantes, não é por acaso que a sua influência e implantação se alargam e solidificam.

RÉGUA — Pequenos e médios agricultores da região do Douro participaram numa sessão na Escola Secundária desta cidade. Os problemas debatidos revelam as preocupações da actividade agrícola da região: produção e escoamento do vinho, o financiamento aos lavradores, a questão do vinho a martelo, etc. Estiveram presentes os camaradas António Lopes e Enes Gonçalves.

PINTEUS — Com a presença de cerca de 250 pessoas realizou-se nesta localidade uma sessão de esclarecimento orientada pelo camarada Ramiro Morgado. A grande percentagem da assistência era constituída por trabalhadores rurais que debateram vivamente a Reforma Agrária e a organização sindical.

MONTARGIL — A comissão de freguesia do nosso Partido de Montargil, com o apoio da comissão concelhia de Ponte de Sor, promoveu uma reunião na Casa do Povo a fim de se discutir o problema do desemprego na região. A sabotagem económica dos latifundiários que mantêm as terras incultas ou subaproveitadas foi apontada como a causa fundamental do desemprego que atinge várias dezenas de homens e cerca de quatro centenas de mulheres. No final da sessão, foram enviados telegramas de protesto a várias entidades oficiais.

O encontro, que despertou grande interesse, foi conduzido pelo camarada José Amante, da Comissão Concelhia de Ponte de Sor, e por Joaquim Freitas da Silva, da Comissão Sindical de Montargil.

VALADA — Esta pequena povoação, perto do Cartaxo, tem já um centro de trabalho do nosso Partido. A inauguração foi no passado dia 26 de Janeiro graças ao esforço e empenhamento dos camaradas locais no sentido de fortalecerem a organização partidária na região.

ESPINHO — A Comissão Concelhia do nosso Partido tem incentivado a realização de sessões de esclarecimento em diversos locais do concelho de Espinho. No final de Janeiro e inícios do corrente mês, verificaram-se sessões em Silvade, Paramos e em Espinho. Na preocupação de abranger diferentes camadas de trabalhadores promoveu, a Comissão Concelhia de Espinho, sessões de esclarecimento para os trabalhadores da fábrica Luso-Celulóide, para a célula dos Serviços Municipalizados e para os empregados no Comércio e Hotelaria.

ABAÇAS (Vila Real) — O anticomunismo é uma arma da reacção em muitas freguesias de Trás-os-Montes. Isto ficou mais uma vez claro, na freguesia de Abaças, concelho de Vila Real, quando de uma sessão de esclarecimento do PCP. Esta não chegou ao fim, ao contrário do que a maioria dos presentes desejava, porque um grupo de reaccionários tudo fez para que as pessoas presentes não ouvissem as explicações dos camaradas Virgílio Alves e Eduardo Ferreira. Tal atitude foi vivamente repudiada por um número elevado de simpatizantes do nosso Partido. O mesmo aconteceu numa outra sessão prevista para a localidade de Campeã. E há quem defenda que a reacção já não morde...

CONSTANTIM (Vila Real) — Foram postas várias questões relacionadas com a Reforma Agrária, Assistência Médica, Religião, Ensino, etc., por uma intensa e entusiástica assistência que enchia completamente a Escola Primária da freguesia de Constantim, durante uma sessão de esclarecimento do PCP, promovida pela Comissão Concelhia de Vila Real.

Ao contrário de muitas freguesias do distrito, Constantim é uma terra onde os comunistas foram bem recebidos e ouvidos com grande atenção.

ARRABÃES (Torgueda) — Promovida pela Comissão Concelhia de Vila Real do nosso Partido, teve lugar uma sessão de esclarecimento em Arrabães, freguesia de Torgueda, que contou com a participação de 60 pessoas.

«As crianças são tiradas aos pais, as mulheres são de todos os homens, é proibido ter religião, tiram as terras e as casas...» Estas foram algumas das questões levantadas. Por elas poderemos concluir que certos partidos usam o obscurantismo e se servem do medo das populações menos esclarecidas para assim fazerem a caça-ao-voto.

A deficiente assistência médica, a falta de uma escola do Estado, de um café e de uma televisão pública, são alguns dos problemas mais sentidos pelo povo desta aldeia. Para lhes dar solução, no final da sessão foi vista a hipótese de se fazer uma reunião para breve.

FAVAIOS (Alijó) — Na Escola Primária da localidade, realizou-se uma sessão de esclarecimento, promovida pela Comissão Concelhia de Vila Real do Partido Comunista Português. Nela participaram cerca de 100 pessoas, tendo a discussão sido desenvolvida essencialmente em torno de problemas que mais afectam assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores.

Com vista à constituição de uma comissão pró-sindical de assalariados rurais, ficou combinada uma reunião para breve.

No final verificaram-se 20 inscrições no nosso Partido.

CALDAS DA RAINHA — Têm prosseguido em bom ritmo as sessões de esclarecimento promovidas pela Comissão Concelhia do nosso Partido, tendo algumas registado uma assistência de várias centenas de pessoas. As últimas realizaram-se em São Gregório, Vidais, Alvorninha e Salir do Porto.

ALMADA — Por iniciativa da Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada realizou-se a primeira sessão de esclarecimento do PCP para os trabalhadores da mesma. Focou-se essencialmente o papel desempenhado pelo Partido na organização das massas populares nas lutas que têm travado contra a exploração a que são submetidos.

As grandes lutas operárias, a luta desenvolvida pelos marinheiros da nossa Armada, a luta dos movimentos democráticos — MUD e MDP, as lutas sustentadas pelos sindicatos foram algumas das acções desenvolvidas pelos trabalhadores, apoiados pelo Partido, a que se deu especial relevo nesta sessão. O interesse que suscitou esta realização levou a estarem presentes mais de uma centena de trabalhadores de diferentes actividades, desde os trabalhadores de limpeza aos funcionários administrativos.

SOBRAL (SANTIAGO DE CACÉM) — Realizou-se no passado dia 15 uma assembleia com cerca de 1200 pessoas, estando representadas as dez freguesias do concelho. Participaram na assembleia, além do PCP, representantes do MDP/CDE, delegados sindicais; membros da Liga dos PMA do distrito de Setúbal, membros da Junta de Freguesia e da Sociedade Recreativa; MJT, UEC e MDM, bem como a Comissão Administrativa da Câmara do Cacém.

Na sessão, presidida pelo camarada Modesto discutiram-se alguns dos problemas mais sentidos pela população, nomeadamente problemas relacionados com o Gabinete da Área de Sines e suas implicações no sector da habitação. Foram aprovadas por aclamação duas moções a enviar, respectivamente, ao Governo Provisório e Comissão Coordenadora do MFA e ao major Vítor Alves.

AVEIRO — No passado dia 15 realizou-se no liceu desta cidade uma sessão de esclarecimento do nosso Partido promovida pela Comissão Concelhia de Aveiro e na qual estiveram presentes mais de 700 pessoas. Presidiu o camarada Carlos Brito do Comité Central do PCP.

Um trabalhador presente analisando o problema da unicidade sindical, criticou os que na altura da discussão pública se abstiveram de intervir e posteriormente, empurrados pela demagogia de alguns partidos, vieram a tomar posições contra os trabalhadores.

Alguns provocadores ditos socialistas tentaram boicotar a sessão acabando um deles por ser expulso da sala por decisão da assembleia. Todos os presentes aplaudiram a intervenção do camarada Carlos Brito em que este apelou para a unidade de todas as forças verdadeiramente progressistas.

No dia seguinte, o camarada Carlos Brito esteve presente numa sessão de esclarecimento em S. João da Madeira, à qual assistiram cerca de 600 pessoas.

S. ESTÊVÃO (BENAVENTE) — No decorrer de uma sessão de esclarecimento realizada no passado dia 11 de Janeiro, um grupo de conhecidos socialistas de Benavente tentou boicotar a sessão, tal não lhes sendo permitido pela assembleia. Usaram da palavra os camaradas António Pina Cabral e António Ganhão, da Comissão Concelhia, João Carvalho do MJT, e Álvaro Baptista, da Comissão de Freguesia.

Foram debatidos aspectos da vida na URSS, além de uma explicação sobre o que é o socialismo e o comunismo.

BENFICA DO RIBATEJO — Numa sessão de esclarecimento do nosso Partido nesta freguesia e em que estiveram presentes cerca de 150 pessoas, com a presença de cerca de 150 pessoas, foram discutidos os seguintes temas: objectivos do nosso Partido, sabotagem económica, calúnias contra o PCP, unicidade e pluralismo sindical, papel dos sindicatos, papel da mulher na vida política desemprego, custo de vida e salários, exploração e eleições.

Intervieram os camaradas Carlos Fresco, da Comissão Concelhia da Chamusca, António Monteiro e António Fidalgo, da célula da TAP, e Maria Daires, da célula da ANI.

RAPOSA (ALMEIRIM) — Realizou-se uma sessão de esclarecimento, a que estiveram presentes cerca de 200 pessoas sendo oradores os camaradas António Farinha Rosa, da Comissão Distrital de Santarém, Gabriel Feijão, da Comissão Concelhia de Alpiarça, e António Malaquias Abalada, da DORÓR. Foram divulgados os objectivos do nosso Partido, além de terem sido analisadas as sabotagens económicas da reacção. Foram ainda debatidos problemas acerca da unidade e organização, tendo sido esclarecida a posição do PCP a propósito da unicidade sindical.

Novos livros Estampa

ARRENDAMENTO RURAL
Blasco Hugo Fernandes
Colecção Cadernos do Povo
Preço 5$00

O PARTIDO MARXISTA LENINISTA UM PARTIDO DE TIPO NOVO
R. Kahánova
Colecção Cadernos Políticos, n.º 7
Preço 30$00

PRINCIPIOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO
A. Spirkine e O. Yaklot
Colecção Cadernos Políticos, n.º 6
Preço 30$00

SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE
V. I. Lenine
Colecção Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 3
Preço 30$00

TESES DE ABRIL
V. I. Lenine
Colecção Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 2
Preço 30$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., dto.
Telefone 555663 Lisboa 1

ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL-CUBA NO PORTO

A Comissão Instaladora do Porto da Associação de Amizade Portugal-Cuba comunica aos seus associados, simpatizantes e ao público em geral, que para melhor difusão e cobertura dos diferentes locais da cidade principiaram a funcionar dois núcleos, perfeitamente integrados, onde poderão contactar e tomar conhecimento das iniciativas que esta Associação se propõe para melhor conhecimento científico, cultural e social de Cuba.

As moradas dos respectivos núcleos são as seguintes: Avenida da Boavista, 1015, e Rua Vimara Peres, 46-2.º, Sala 11.

O AGRUPAMENTO CANTO LIVRE LEVOU CANÇÕES REVOLUCIONÁRIAS À ALEMANHA E SUÉCIA

De 7 a 16 deste mês actuou na Alemanha Federal e Suécia o agrupamento Canto Livre, constituído pelos camaradas Luísa Basto, José Jorge Letria, Carlos Paredes, José Barata Moura e Fernando Abrim.

O grupo que se deslocou àqueles dois países a convite de associações de trabalhadores portugueses ali radicados e de organizações democráticas e de solidariedade internacional alemãs e suecas iniciou a sua digressão, na noite do dia 7, num grande auditório da Universidade de Karlskuhe, cidade industrial do Sul da Alemanha Federal.

Assistiram ao espectáculo centenas de democratas alemães, na sua maioria estudantes e numerosos trabalhadores portugueses. Paralelamente às canções, foram abordadas questões relativas ao avanço do processo democrático em Portugal e à aliança, cada vez mais efectiva, entre o povo português e o Movimento das Forças Armadas. Os camaradas de Canto Livre tiveram o ensejo de desfazer algumas dúvidas e equívocos criados no espírito dos democratas alemães pela Imprensa burguesa, antidemocrática e mistificadora.

Ainda na Alemanha, o Canto Livre exibiu-se em Sindelfingen para cerca de 600 emigrantes portugueses que ouviram com entusiasmo as suas canções revolucionárias, identificando-se, através delas com a luta que se trava na sua terra pela consolidação da democracia.

Entoando em coro «Avante, Camarada», «A Vitória É Difícil» «Grândola, Vila Morena» e «Cravo Vermelho ao Peito», os trabalhadores portugueses de Sindelfingen ficaram mais perto de Portugal e dos objectivos das massas populares.

Importantes passos se deram nesta ocasião para o desmantelamento de alguns redutos da reacção, ainda activos na zona.

Na noite do dia 9, mais de 1000 pessoas, na sua maioria democratas alemães, assistiram a mais um recital de Canto Livre numa grande sala de concertos da cidade de Stuttgart. Uma vez mais os camaradas que integram o grupo tiveram o ensejo de falar do desenvolvimento do processo democrático em Portugal e da acção do nosso partido como vanguarda revolucionária da classe operária e do povo trabalhador. No final cantou-se em alemão e português a «Internacional».

Durante a sua estada na Alemanha, os camaradas Luísa Basto, Carlos Paredes, Letria, Alvim e Barata Moura concederam entrevistas à rádio e a alguns órgãos da Imprensa progressiva, salientando aspectos relevantes do momento político português.

Na noite do dia 10, o grupo fez a sua primeira actuação na Suécia, na cidade de Gotemburgo, numa associação universitária, com o apoio de camaradas da Juventude Comunista Sueca e do Partido Comunista Sueco (UPK). Algumas centenas de pessoas assistiram a este recital que constituiu para os estudantes suecos o primeiro contacto efectivo com a música revolucionária de Portugal.

Já em Estocolmo, Canto Livre participou num grande comício de solidariedade com o povo português, que contou com a presença do secretário-geral do PC Sueco, camarada Hermansson, e do camarada Vítor Trindade. Foi com grande entusiasmo e solidariedade que os comunistas suecos viram analisada a situação das massas populares em Portugal e o desenvolvimento do processo democrático.

Canções como «Avante», «Grândola» e «Internacional» constituíram momento de grande fraternidade revolucionária e de solidariedade internacionalista.

Canto Livre actuou ainda na Associação Portuguesa de Estocolmo para largas centenas de trabalhadores que cantaram em coro as canções revolucionárias e fizeram oportunas perguntas sobre a situação política portuguesa e sobre o avanço progressivo das massas populares.

Ainda na capital sueca, os camaradas de Canto Livre concederam entrevistas a programas de rádio e ao órgão central do Partido Comunista Sueco, «Nydag».

Foi grande o interesse manifestado por todos os profissionais da Iformação progressiva, pela actividade do nosso partido e pelas conquistas realizadas pelas forças democráticas em Portugal.

O agrupamento concluiu a sua digressão com um recital na cidade de Malmöe, no Sul da Suécia, para mais de duas centenas de emigrantes portugueses.

Esta digressão de Canto Livre pela Alemanha e Suécia saldou-se numa fecunda aproximação entre os trabalhadores portugueses ali radicados e a realidade política do seu país.

Em todos os convívios e recitais realizados se assinalou o modo como a social-democracia perpetua naqueles países a exploração e a opressão das classes trabalhadoras.

Os camaradas Luísa Basto, José Jorge Letria e José Barata Moura regressaram a Portugal no passado dia 16, tendo Carlos Paredes e Fernando Alvim partido para a Austrália a fim de participarem no Festival Internacional de Perth com a sua música que alemães e suecos aplaudiram entusiasticamente.

Sessões e comícios

HOJE

ALCANENA (Serra de Santo António) — Sessão de esclarecimento, às 21.
CANEIRAS (Santarém) — Sessão de esclarecimento, às 21.
CARNAXIDE — Sessão de esclarecimento, nos Bombeiros, às 21 e 30.
CARVALHAL (Grândola) — Sessão de esclarecimento, às 21.
FREIXIANDA (Vila Nova de Ourém) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21.
LINDA-A-PASTORA — Sessão de esclarecimento nos Bombeiros, às 21 e 30.
PARANHOS (Porto) — Sessão de esclarecimento, no Centro de Trabalho do Partido, às 21.
PORTO — Sessão de esclarecimento para empregados bancários, no salão da FNAT, às 21 e 30.
VALE DO CARREGADO — Sessão de esclarecimento, às 18.

AMANHÃ

ALJUSTREL — Sessão de esclarecimento, às 21.
AVINTES — Sessão de esclarecimento, no Lugar do Campo, às 21 e 30.
CAMINHA — Comício no Teatro António José Pires, organizado pela Comissão Distrital de Viana do Castelo, às 21 e 30.
CARNAXIDE — Sessão de esclarecimento, no salão dos Bombeiros, às 21 e 30.
CASA BRANCA (Montemor) — Sessão de esclarecimento, às 21.
FOROS DE SALVATERRA — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.
LISBOA — Sessão de esclarecimento na Caixa Económica Operária — Rua da Voz do Operário, 64, às 21 e 30.
LISBOA — Sessão de esclarecimento no Hospital Miguel Bombarda, às 21 e 30.
LISBOA — Sessão de esclarecimento no Clube de Futebol Palmense, às 21 e 30.
LISBOA — Sessão de esclarecimento no Clube Desportivo Império do Cruzeiro, na Rua do Cruzeiro, 166 (Ajuda), às 21 e 30.
MANGUALDE — Comício, às 21.
MONTEMOR — Sessão para metalúrgicos na Casa do Povo, às 21.
MOREIRA DA MAIA — Sessão de esclarecimento nos Bombeiros, às 21 e 30.
ODIVELAS — Sessão de esclarecimento, às 21.
PAÇOS DE FERREIRA — Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros, às 21.
PORTO (Campanhã) — Sessão de esclarecimento no Centro Social da Comissão de Moradores do Bairro S. João de Deus, às 21 e 30.
PORTO — Sessão de esclarecimento para Trabalhadores da TAP, no Centro de Trabalho do Partido, da Rua Aníbal Cunha, às 22.
SAMORA CORREIA — Sessão de esclarecimento, às 21.
SANTARÉM — Sessão de esclarecimento sobre sindicalismo, no Pavilhão da FNAT, às 21 e 30.
S. MAMEDE DE INFESTA — Sessão de esclarecimento no «Flor de Infesta» às 21 e 30.
S. PEDRO DA COVA (Gondomar) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
VIALONGA — Sessão de esclarecimento na Rua Defensores de Angola, às 21 e 30.
VILA DO REI — (Bucelas) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

SABADO

ÁGUEDA — Comício com a participação do camarada Álvaro Cunhal, no Pavilhão do Mercado, às 21 e 30.
AMIAIS DE BAIXO (Santarém) — Sessão de esclarecimento, às 21.
CANHA — Sessão de esclarecimento.
FRANCO — (Mirandela) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 20 e 30.
GERALDES — (Peniche) — Sessão de esclarecimento.
LAMARES (Vila Real) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
MONÇÃO — Comício no Ginásio do Ciclo Preparatório, às 21 e 30.
MONTALVO — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
PÓVOA DE LANHOSO — (Águas Santas) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 20 e 30.
TORGUEDA (Vila Real) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 22.
VILA REAL — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.

DOMINGO

BAIRRO (Vila Nova de Ourém) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 16.
BUFARDA (Peniche) — Sessão de esclarecimento.
COIMBRA — Comício com a participação do camarada Álvaro Cunhal, no Pavilhão dos Olivais, às 21 e 30.
ESTARÃOS (Ponte de Lima) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 16.
MURÇA — Sessão de esclarecimento no Salão dos Bombeiros, às 15.
SEIA — Comício com a participação de Álvaro Cunhal, no Pavilhão da Escola Técnica, às 15 e 30.
S. VICENTE DE PAUL (Sobral) — Sessão de esclarecimento, às 16.
TORRE DE D. CHAMA (Mirandela) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 e 30.
VILA FACAIA (Pedrógão Grande) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 15.

GRUPO DA UCRÂNIA EM PORTUGAL

Está em Portugal, desde o passado dia 12, o «ballet» Veriovka, grupo ucraniano de danças e cantares, composto por 120 figuras. O «ballet» Veriovka, que já actuou em algumas cidades do País, nomeadamente em Évora, Almada e Aveiro, apresenta-se no Porto actualmente, até ao dia 23 de Fevereiro.

O «ballet» Veriovka actuará em Lisboa, no Coliseu dos Recreios, do dia 25 deste mês até ao dia 15 de Março. Os sócios da Associação Portugal-URSS terão 50% de desconto no preço dos bilhetes de plateia para qualquer dos dias de espectáculo.

Entretanto, no passado dia 16, o «ballet» Veriovka actuou no Barreiro, revertendo a receita para a referida associação.

ENSINO DA LÍNGUA RUSSA

A Associação Portugal-URSS (núcleo do Barreiro), sita na Av. Alfredo da Silva, 12-1.º-Dt.º, no Barreiro, vai promover o ensino da língua russa, pelo que já abriu inscrições para os sócios da Associação. O 1.º turno já está a funcionar. O 2.º turno começará no dia 21 de Fevereiro.

SEARA NOVA

EDITORIAL

A Situação Económica da Agricultura e da Indústria
por V. Gomes da Silva

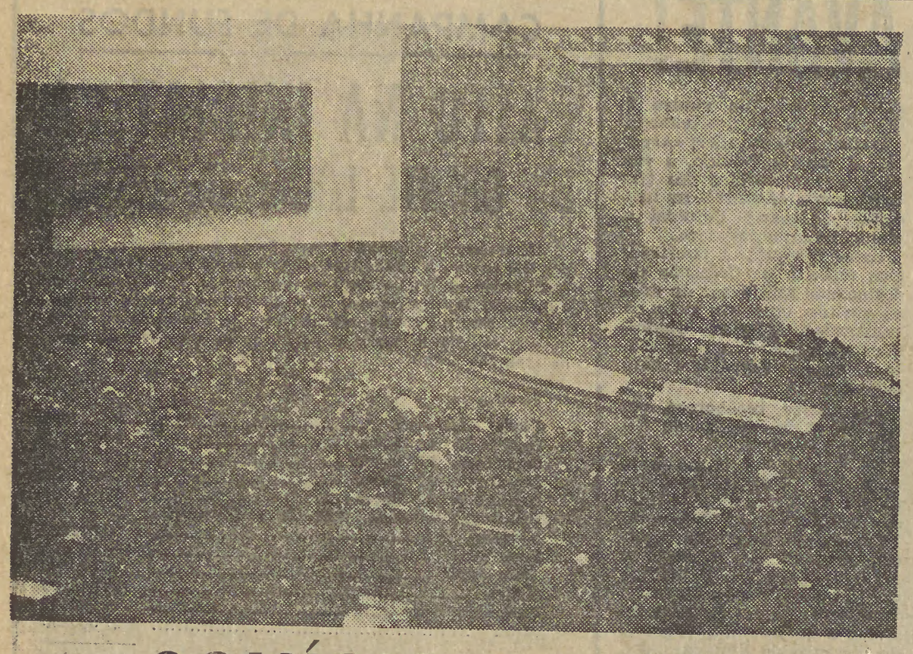
Mas Que Direito? Algumas Notas Críticas sobre Direito e Política
por Lino Lima

Um Grande Partido Nacional
por Albano Lima

O 7 de Fevereiro por Quem lá Esteve: Joaquim Pires Jorge
por Fernando Guerreiro

Poesia Africana de Expressão Portuguesa
por Maria Isabel Colaço

A Conjuntura Económica em Angola
por Mário Antão



COMÍCIO DA UEC

CONT. DA PÁG. 1

fascista», Vladimir Prokopov acrescentou:

«Estamos solidários convosco, quando o povo português com as Forças Armadas estão a resolver os problemas que se deparam a um Portugal novo. O povo soviético sabe muito bem o que é o fascismo, pois a União Soviética perdeu na guerra contra a Alemanha fascista cerca de 20 milhões de habitantes.»

Mais adiante declarou que apesar das calúnias da propaganda burguesa estão *«a construir uma sociedade nova e seguimos o caminho para o comunismo»*. Frisando, a seguir, que nunca nem a ninguém permitirão o regresso da União Soviética à miséria e ao analfabetismo e que a tarefa actual é garantir um nível de vida normal para a juventude e para o povo, o camarada Vladimir Prokopov acrescentou:

«Há muitos anos que liquidámos o analfabetismo, a miséria, a fome e o desemprego tão frequentes nas sociedades capitalistas. Estamos orgulhosos com a nossa economia e com o nosso país que é amante da paz. O socialismo deu à nossa juventude todos os direitos: direito ao trabalho, direito à instrução, direito ao descanso. A juventude soviética participa activamente em toda a vida do nosso país e com os camaradas mais velhos participamos em todos os aspectos da vida na União Soviética. Mais de 600 mil jovens soviéticos participam na direcção da nossa sociedade através dos órgãos soviéticos e o nosso Partido educa os jovens no espírito da responsabilidade e da sociedade nova que estamos a construir. Por isso temos a firme confiança que a juventude portuguesa também conseguirá fortes êxitos na sua luta.»

A juventude não pode ser iludida

O discurso do camarada soviético foi proferido perante uma assistência que enchia por completo a aula magna da reitoria e que, por várias vezes, sublinhou a sua intervenção gritando «Konsommol» e «Juventude soviética-Juventude portuguesa».

A mesa que presidiu ao comício de solidariedade era composta, além daquele camarada, pelos restantes membros da delegação soviética que visitam Portugal, a convite da União dos Estudantes Comunistas e do Movimento da Juventude Trabalhadora, Aleksei Iziumenski, do Comité Central do Konsommol da Bielo Rússia, e Yuri Denisenkov, funcionário do Konsommol. Em representação da UEC estavam presentes Zita Seabra, Joaquim Judas e Sita Vales, todos da Comissão Executiva, da Comissão Central e pelo MJT, César Roçado, Isabel Pato e Azevedo Marques. O camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central, representava o nosso Partido.

Iniciou o comício César Rocado que em nome do MJT saudou a juventude e o povo soviético. Referindo-se ao papel da juventude portuguesa apontou o papel que ela tem de desempenhar nas novas batalhas que se aproximam para que a sua vitória de conseguir o direito de voto aos 18 anos não fique por aí. Em seguida falou das tarefas inadiáveis como sejam a luta contra a exploração e os despedimentos e alertou para que os jovens trabalhadores não se deixem iludir pelos verbalistas irresponsáveis que apenas falam sem apontarem caminhos concretos de luta. E, a terminar, afirmou: *A juventude soviética aqui representada pode estar certa que a juventude portuguesa tudo fará para consolidar a democracia.*

Abordar os problemas dos estudantes

Começando por saudar a delegação da juventude soviética, o MJT e o nosso Partido, Zita Seabra, que falou em nome da UEC, aproveitou o momento de estarem reunidos centenas de estudantes para abordar alguns dos graves problemas que presentemente se lhes deparam. Falando do Serviço [illegible], pois de acentuar que numerosos estudantes se dispuseram a trabalhar para a reconstrução nacional perguntou: *Será assim complexo encontrar que fazer para os estudantes num país que tem 30 por cento de analfabetos, num povo cheio de carências num Portugal destruído por 50 anos de fascismo?*

Fazendo notar que se há resistências ou estruturas burocráticas elas precisam de ser vencidas rapidamente para que termine a triste situação de 28 000 estudantes completamente paralisados sem trabalho e sem estudo e depois de frisar que muitos estão dispostos a partir já hoje para o serviço cívico se necessário, e que em Lisboa há já mais de 3000 inscritos, Zita Seabra afirmou que só não querem partir os radicais pequeno-burgueses e os reaccionários, os jovens socialistas e os jovens sociais-democratas, *mas de pasmar seria se eles quisessem. De pasmar seria se o Congresso da Juventude Socialista aprovasse uma moção dizendo que estavam dispostos a pegar na pá e na picareta e a irem para o lado da classe operária ou dos camponeses reconstruir o País. É mil vezes mais agradável e fácil papaguear o catecismo mal aprendido dos papás sociais-democratas.*

Mas nós, comunistas, e connosco muitos estudantes, não temos medo de sujar as mãos, o trabalho não nos assusta, como não nos assustaram as cadeias fascistas. E face aos «teóricos argumentos» que inventam para encobrir o seu medo, damos-lhes um conselho: perguntem aos trabalhadores e aos camponeses deste País se lhes fazem alguma concorrência indo alfabetizar? Perguntem com quem concorrem se forem vacinar?

A concorrência, meus senhores, é outra. É que eles estão a ocupar os bancos da Universidade que os jovens trabalhadores, operários e camponeses deviam ocupar. Esta concorrência não os preocupa.

Seguidamente Zita Seabra focou o aspecto da Gestão Democrática nas escolas, apontando o perigo de a não existência de órgãos de gestão em muitas escolas estar *a entravar a reestruturação pedagógica e a resolução de problemas graves que se levantam aos estudantes, aos professores e aos trabalhadores.*

Por último e antes de terminar referiu a Assembleia Unitária de Estudantes que a UEC vai promover nos dias 8 e 9 de Março para que todos os estudantes em conjunto possam discutir e reerguer o Movimento Associativo, indispensável para intensificar a participação estudantil na vida política nacional.

O comício terminou com a actuação do Grupo Coral dos Trabalhadores de Cuba que cantaram várias canções alentejanas e, no final, o «Avante, Camarada», acompanhado por toda a assistência.

A delegação do Konsommol

A delegação da juventude soviética que se encontra de visita ao nosso País, a convite da UEC e do MJT, chegou a Portugal, na quinta-feira passada. Durante a sua estadia entre nós visitaram a Mague, tiveram encontros informais com a UEC, o MJT, e a Intersindical e assistiram ao concerto da Orquestra Sinfónica Popular na Aula Magna da Reitoria. No domingo passado estiveram em Beja, onde participaram na Conferência dos Pequenos Agricultores e durante a qual, um dos camaradas da delegação do Konsommol informou:

...O nosso Partido e o Estado soviético, dirigidos pelo camarada Lenine, estabeleceram como princípio, que quem não trabalha não come e que a terra deve pertencer àqueles que a trabalham. O nosso Estado presta grande atenção à agricultura das grandes herdades estatais e cooperativas de agricultores, auxiliando técnica e financeiramente, os agricultores e trabalhadores rurais.

Estamos convictos de que agora é possível desenvolver as relações, a cooperação mútua entre os nossos países, os nossos povos, os trabalhadores agrícolas da URSS e de Portugal.

Para além disso, os camaradas soviéticos têm visitado as escolas de Lisboa e depois de um encontro com o MDM e a Associação de Amizade Portugal-URSS e com a secretaria de Estado da Juventude e Desportos participaram no comício da Aula Magna da Reitoria como já referimos, e ontem estiveram no Porto, onde assistiram também a um comício. Esta tarde a delegação do Konsommol dará uma conferência de Imprensa para falarem da organização da juventude soviética que engloba cerca de 34 milhões de membros, regressando amanhã ao seu país.

OS CONTRATOS SÃO PARA SE CUMPRIREM

Em grande número de regiões rurais do Alto e Baixo Alentejo, os assalariados agrícolas conseguiram, pela primeira vez, arrancar *aos agrários convenções colectivas de trabalho com melhorias sensíveis no que respeita a salários, garantia de emprego, transportes, horários de trabalho, férias, regime de faltas, etc. Alguns desses contratos e acordos foram negociados directamente. Outros, devido à intransigência do patronato habituado à exploração e apoiado pela ALA e pelos grémios ainda não extintos do tempo do fascismo, tiveram de ser mandados aplicar por via administrativa, isto é, através de portarias da Secretaria de Estado do Trabalho.*

É do conhecimento geral que uma portaria, assim como um contrato colectivo ou qualquer outra convenção, negociada e assinada pelas partes interessadas, tem força de lei e é para ser cumprida. Ora, não foi isso o que aconteceu e continua a acontecer não só em Beja e Évora (casos mais divulgados) mas também noutros distritos.

Perante a recusa dos agrários em cumprirem aquilo que assinaram ou que a todo o custo se esforçaram por sabotar nas negociações com os trabalhadores, as entidades competentes têm ordenado a criação de comissões paritárias para, ouvindo as partes, fazer aplicar integralmente as convenções. Há casos, porém, em que a actuação dessas comissões não basta. Ter-se-á de recorrer a medidas compulsivas para obrigar ao cumprimento do que está estabelecido nas regulamentações de trabalho, designadamente no que respeita a salários.

Há ainda a interpretação das dúvidas *que esses contratos possam suscitar. Dificilmente se acreditaria que essas* dúvidas *fossem possíveis perante convenções de redacção tão clara e de clausulado tão simples. No entanto, é esse motivo que parece alegar-se, por exemplo, no distrito de Portalegre, onde recentemente, por despacho conjunto das Secretarias de Estado do Trabalho e da Agricultura, foi criada uma comissão paritária com representantes dos trabalhadores, dos agrários e do Governo, para em conjunto fiscalizarem, não só a aplicação dos acordos mas ainda para interpretarem as* dúvidas que essa aplicação possa suscitar.

As dúvidas não vêm dos trabalhadores. Pelo menos esse tipo de dúvidas *que obriga à criação de comissões paritárias para fazerem cumprir os acordos.*

O voto que se formula é que as comissões paritárias tenham uma actuação efectiva na defesa dos justos direitos dos trabalhadores. Mas a própria necessidade de criar essas comissões aponta para a urgência em reforçar a organização sindical dos assalariados agrícolas, apoiando os sindicatos já existentes e criando outros onde todos os trabalhadores participem e façam ouvir a sua voz perante o patronato, reforçando a independência dos seus organismos e obrigando os agrários a cumprir os acordos, obrigando-os a respeitar o que livremente assinaram, os compromissos que assumiram e que de modo nenhum são de molde a levá-los à ruína.

ASSEMBLEIA DO CONCELHO DO SEIXAL

CONTRIBUIR PARA A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS REGIONAIS

Se há camaleões, se a reacção se disfarça, é porque o terreno ainda não lhes é favorável para se mostrarem tal como são. Pois para fazerem a contra-revolução precisam de ganhar tempo.

Cabe ao povo, aos explorados, não lhes dar tempo nem espaço. Não dar espaço à conspiração é ocuparmos o espaço todo, a classe operária, os assalariados rurais, o campesinato, os empregados e intelectuais progressistas, os pequenos comerciantes, unidos na luta contra o principal inimigo comum: a burguesia monopolista.

Ocuparmos o espaço todo é, organizadamente, com os pés bem assentes no chão, fazermos com que sejamos nós a dirigir os nossos interesses de classe, que seja a maioria, os principais interessados no progresso deste País a dizermos como deve ser feito e depois fazermos!

É nesta óptica que devemos entender as amplas assembleias de trabalhadores, reunidas na resolução de problemas, como por exemplo os da indústria (no estudo, controlo e fiscalização da actividade das grandes e médias empresas), os da agricultura (no estudo e na prática do melhor aproveitamento da terra em benefício de quem a trabalha), os do comércio (na luta antimonopolista), os das escolas (na concretização de um ensino ao serviço do povo) e outros problemas, específicos ou não, de determinadas populações como os que aqui irão ser tratados (...)

Assim se referiu Eduardo Palaio na intervenção de abertura da I Assembleia Unitária do Concelho do Seixal, quando falava em nome dos três partidos políticos presentes — FSP, MDP/CDE e PCP.

A Assembleia, que se realizou no domingo passado, contou com a presença de cerca de 400 delegados representando as principais empresas do concelho, nomeadamente a Siderurgia Nacional Plessey Automática, Construtora Moderna, Indelma, SPE, SPA, TLP, Mundet, ELO, Wicander, Blue Bell e Conluz, e destinou-se a apreciar os seguintes pontos: assistência médica e social, transportes, fiscalização de preços, moradores, encarregados de educação e professores, desporto e cultura, situação de empresas e outros. Participaram ainda na Assembleia as Comissões de Moradores, Fiscalização e Preços, Desporto e Cultura, Transportes, Assistência Médica e Social, Encarregados de Educação e Professores, as Comissões Administrativas da Câmara do Seixal e das Juntas de Freguesia, as colectividades e cooperativas do concelho, o Sindicato dos Operários Corticeiros e os movimentos ou partidos políticos implantados no Seixal, como o MDM, MJT, UEC, FSP, MDP/CDE e PCP. Na sessão inaugural estiveram presentes cerca de mil e duzentos habitantes da região, que apoiaram activamente a iniciativa.

Sobre os numerosos assuntos levantados e debatidos durante a assembleia foram propostas várias soluções. Assim, no respeitante ao ensino foi pedida a oficialização do ensino pré-primário, a criação de transportes adequados à deslocação para as escolas e a criação de novas instalações que devem ser acompanhadas por infra-estruturas que permitam a prática cultural e desportiva. A abolição da discriminação salarial existente em relação às mulheres e a criação de uma efectiva assistência materno-infantil bem como de creches e parques infantis foram outro ponto focado. No respeitante aos transportes que servem a vila foi proposta a intensificação de carreiras rodoviárias e fluviais com a consequente substituição do barco que faz a ligação com Lisboa, pois os utentes têm vindo a abandonar este meio de transporte, por não terem as mínimas condições de segurança; um estudo geral de localização de paragens rodoviárias e abolição das existentes em paralelo; ligação ferroviária com o Barreiro, que terminou devido a interesses do monopólio Siderurgia Nacional; e criação de novas tarifas (passes) atendendo a que o maior número de utentes são trabalhadores e estudantes. A questão da habitação também mereceu uma referência, principalmente em relação aos bairros onde se notam as faltas mais prementes tais como: água, luz, arruamentos, esgotos, transportes públicos, policiamento, telefones públicos, táxis, etc., apontando-se a necessidade de se criarem prementemente comissões de moradores para que os problemas focados possam ter resolução mais rápida.

Estes alguns dos aspectos discutidos e aprovados durante a Assembleia. No final, foi aprovada, entre outras, uma saudação ao «Avante!» pelo seu 44.º aniversário.

A Assembleia Unitária do Concelho do Seixal demonstrou que as massas populares estão prontas a analisarem os problemas mais complexos e dispostas a avançarem na resolução desses problemas desde que os benefícios desse trabalho revertam para o seu bem-estar económico, social e político.

O "AVANTE!" É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

SUPLEMENTO DIÁRIO DO Avante!

DURANTE O PERÍODO ELEITORAL

40 números de 8 páginas cada
preço da assinatura
100$00

inscreve-te propõe assinantes!

Camaradas!

A distribuição pelo aparelho central dos suplementos diários do «Avante!» defrontará dificuldades de transporte. Não será fácil por vezes assegurar a chegada dos suplementos diários com a regularidade e expansão da do número semanal.

As assinaturas feitas desde já assumem, por isso, uma grande importância. O envio pelo correio para assinantes será uma forma muito eficaz de assegurarmos a expansão dos suplementos.

Para todos os militantes, para todas as organizações do nosso Partido, as tarefas de divulgação do suplemento diário do «Avante!» começam já!

É necessário obtermos milhares de assinantes!

Especialmente em regiões mais afastadas é necessário fazer desde já assinaturas que garantam que o nosso «Avante!» chegará todos os dias a todo o Portugal!

Camaradas:

Temos quinze dias para conseguir milhares de assinantes!

Ao trabalho!

SUPLEMENTO DIÁRIO DO «AVANTE!»

ASSINATURAS (40 números)

CONTINENTE E ILHAS		
Via normal (superfície)		100$00
Via aérea		120$00
ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR		
Via normal (superfície)		100$00
Via aérea		200$00
ESTRANGEIRO		
ESPANHA		
Via normal (superfície)		100$00
Via aérea		120$00
RESTANTES PAÍSES EUROPEUS		
Via normal (superfície)		150$00
Via aérea		180$00
ESTRANGEIRO NÃO EUROPEU		
GUINÉ-BISSAU		
Via normal (superfície)		100$00
Via aérea		200$00
BRASIL		
Via normal (superfície)		100$00
Via aérea		260$00
RESTANTES PAÍSES		
Via normal (superfície)		150$00
Via aérea		260$00
ASSINATURA DE APOIO	mais	100$00

CONTRA O CACIQUISMO NA SERRA DO CARAMULO

No tempo da «outra senhora», um dos grandes instrumentos da opressão fascista era o cacique local — o senhor, ou família de senhores, que detinham simultaneamente o poder económico e o poder político na sua terra, de forma a manterem a população subjugada, quer pelos «favores» concedidos, quer pelas dívidas onerosas e promessas bonitas quer ainda pelas ameaças de represálias pessoais ou políticas.

Toda a gente sabe que estes senhores continuam em muitos casos, a mandar, normalmente aliados ao padre reaccionário da paróquia local e aos indivíduos ainda não saneados que se encontram nas autarquias ou em organismos fascistas. Só uma política verdadeiramente antimonopolista e antilatifundista que ataque nas suas raízes o poder económico de um punhado de capitalistas, poderá identificar os dois poderes que neste momento estão divorciados. E só nessa altura, em regime profundamente popular, o poder da alta finança deixará de ser uma forma de pressão reaccionária junto das populações.

A região do Caramulo é um exemplo do caciquismo fascista. Uma família poderosa — a dos Lacerdas — conseguiu enriquecer impunemente à custa da usurpação do que até aí era propriedade do povo. Desde as terras e áreas florestais até à água, a electricidade, as empresas agrícolas, os sanatórios os museus, as vivendas luxuosas etc. — tudo isso tem a marca «Lacerda».

O predomínio desta «mui digna» família vai até ao ponto de na capela local existir uma parte exclusivamente reservada aos seus beatíficos componentes — para agradecer ao Senhor, com certeza, as benesses de uma vida regalada, à custa do suor alheio, roubando, enganando, explorando o povo...

Os Lacerdas têm mandado na Junta de Freguesia (que «legalizava» o roubo dos baldios) na Junta de Turismo (que expropriava os camponeses «por utilidade pública»...) e até em dada altura, nas forças repressivas do regime de Salazar-Caetano quando, por exemplo, mandaram prender os lavradores que decidiram fazer greve na entrega do leite aos «patrões» para conseguirem o aumento do seu preço.

Contam os mais velhos que na altura da campanha eleitoral de Humberto Delgado, o «senhor doutor» estava à porta do local de voto e pedia às pessoas para abrirem as listas. («Nestas alturas ele cumprimentava-nos muito...» — referem).

Cabe referir, também, que António Salazar era íntimo amigo desta ilustre família e não foi por acaso que várias vezes visitou o Caramulo — os «bons ares» do Caramulo! — tendo-lhe sido oferecida uma casa no alto da serra... No Museu Automóvel do Caramulo (propriedade do Lacerda) está exposto o carro blindado que Hitler deu a Salazar.

Era assim, com a protecção garantida do grande dono do País, que o Lacerda conseguia desviar para os seus sanatórios rendosos os doentes de serviços públicos ou dependentes do Estado. Era assim que o Lacerda podia actuar d rédea solta, com o rei na barriga, sem receio de qualquer averiguação judicial ou de qualquer forma de resistência popular.

Há numerosos factos (alguns quase inacreditáveis) que ilustram a história da exploração do povo do Caramulo — e nem só! — pela família Lacerda.

Com o 25 de Abril o cacique tentou manobrar levantou a cabeça até 28 de Setembro... pelo menos. Lá vai movimentando os seus lacaios na velha campanha anticomunista (incluindo respeitáveis senhoras dedicadas às coisas do Senhor divino e à educação da juventude...). Quer dizer, o seu poder político, no sentido de contrôle ideológico da população, tem sido pouco afectado. O seu poder económico muito menos!

É pois necessário que o povo do Caramulo se reúna em massa para discutir a situação local e que certas organizações políticas, se estiverem realmente empenhadas numa transformação democrática (e não no seu adiamento ou no combate anticomunista por mais que se di[illegible]gam «populares» ou «democráticos») ajudem a desmascarar o caciquismo reaccionário e a exploração de que tem sido alvo a população local. É urgente que se faça um inquérito rigoroso e controlado pelo povo sobre os processos como os fascistas, todos os «lacerdas» que há por aí, conseguiram gordas fortunas. E também é urgente que se avance sem hesitações e sem «legalismos» fascistas no saneamento de certos órgãos do poder local que, uma vez dirigidos democraticamente, podem contribuir bastante para a denúncia dos fascistas e dos seus directos lacaios.

Os comunistas e o nosso Partido estão com o povo na luta pelo imediato desmascaramento dos caciques, pela averiguação da origem das suas fortunas, pela sua eliminação como agentes reaccionários e exploradores das populações locais que pretendem o regresso à tenebrosa (ou pior ainda) situação antes do 25 de Abril, contra a vontade das massas populares em reunião com o M F A

ENCONTRO COM PEQUENOS AGRICULTORES DO BAIXO ALENTEJO

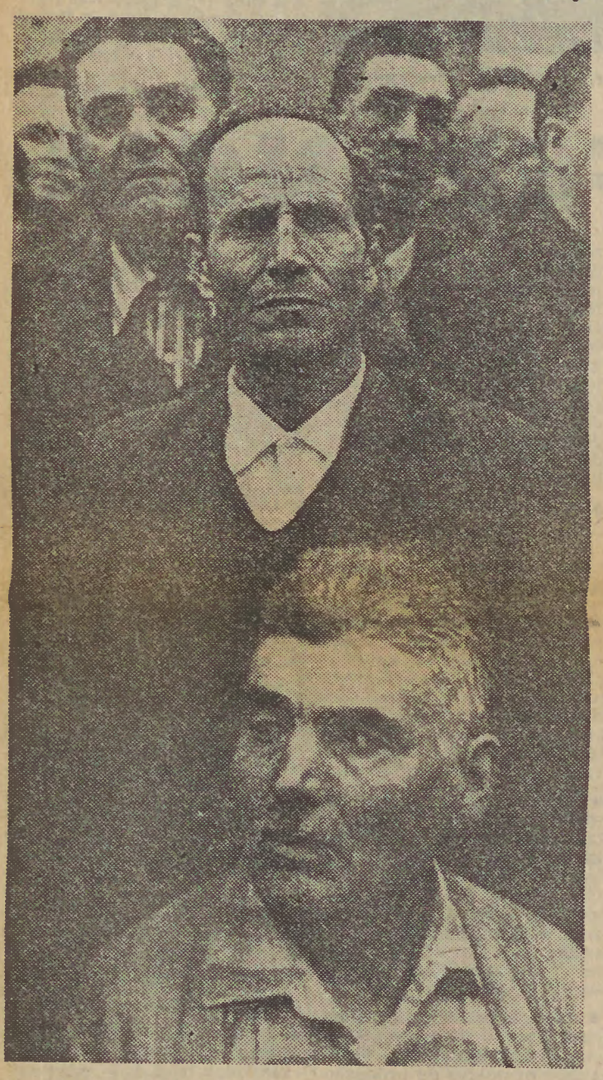
Em Beja, Baixo Alentejo, terra onde a resistência antifascista, sob orientação do nosso Partido, se escreveu em grandes lutas e sacrifícios que a repressão policial não conseguiu desmobilizar, encontraram-se, no passado domingo, os pequenos e médios camponeses do distrito. Mais de um milhão de homens que na vida conhecem apenas o ofício de trabalhar a terra, ofício que a política fascista tornou ingrato e desencorajador, debateram os problemas que mais os afectam. As secções de trabalho incluíam as questões que mais directamente afectam os pequenos e médios agricultores. Orientariam o trabalho das secções os camaradas Diniz Miranda do Comité Central e da DORAA e Santos (I Secção), Mota e Carlos Amaro (II Secção), o camarada Velez (DORAA) e Júlio Martins (III Secção), Marques e Guerreiro (IV Secção) e João Honrado e Valverde (V Secção).

A reforma agrária na ordem do dia

O camarada Dinis Miranda abriu os trabalhos presididos pelo camarada João Honrado com uma intervenção na qual a situação do distrito de Beja é exaustivamente analisada:

Como todos sabem, a questão não está na falta de terra para ser trabalhada por quem a queira trabalhar.

Basta vermos que no distrito de Beja existem 4230 explorações agrícolas com mais de 20 hectares cada uma delas, ocupando uma área



calculada em 670 088 hectares. Com mais de 20 hectares e menos de 200 hectares há 3527 explorações e com uma superfície total de 190 831 hectares o que dá uma média de 54 hectares cada.

— De 200 a menos de 500 hectares há 411 explorações com uma superfície total de 124 649 hectares o que dá uma média de 303 hectares.

— De 500 a menos de 1000 hectares há 175 explorações com uma superfície total de 118 396 hectares o que dá uma superfície média de 676 hectares para cada exploração.

— De 1000 a menos de 2500 hectares o número de explorações é de 92 com uma superfície de 131 440 e uma superfície média para cada uma das explorações de 1428 hectares.

— E com mais de 2500 hectares há 25 explorações com uma superfície total de 104 768 hectares o que dá uma média, para cada uma das explorações, de 4790 hectares.

— Isto quer dizer que, no distrito de Beja, 25 explorações agrícolas têm tanta terra como 1940 explorações com uma média de 54 hectares cada.

— Segundo as próprias estatísticas oficiais fascistas, entre os anos de 1950 e 1970, cerca de 1 milhão de pessoas foram obrigadas a abandonar a actividade agrícola.

— Diz-se que em quase todo o mundo o desenvolvimento económico se traduz numa diminuição da população agrícola. Mas também se diz que nos países desenvolvidos essa diminuição é acompanhada por aumentos de produtividade que permitem a um número menor de agricultores produzir maior quantidade de produtos alimentares.

Essa população que sai do trabalho agrícola é solicitada para empregos na indústria ou nos serviços.

No nosso País, à diminuição da população agrícola não correspondeu nenhum aumento da produção.

A produção agrícola tem vindo sempre a diminuir de forma alarmante.

— Os 10 anos entre 1963-1972 caracterizaram-se por um agravamento da crise agrícola em relação aos 10 anos anteriores e o último ano (de 1973), ainda foi mais desastroso.

Em relação à média dos últimos 10 anos, a produção de trigo baixou 15,4%, a do centeio 30%, a de cevada 15,4%, a de aveia 18,3%, a de fava 22,6%, a de grão de bico 31,9%, e a de azeite 35%.

Segundo as estatísticas, a única produção em que se verificou uma subida no último ano, foi a do arroz.

Dois factores concorreram para estas grandes quebras de produção. A primeira terá sido a da diminuição das áreas semeadas. A segunda terá sido a descida do rendimento por hectare das culturas.

Claro que a explicação para a diminuição da produção no nosso País está na crise aguda em que os Governos fascistas de Salazar e Caetano lançaram a agricultura, pela falta de auxílio aos agricultores que, explorados e expoliados por meio de impostos e contribuições, são obrigados a cultivar a terra por meios artesanais, sem ajuda técnica, sem recursos ao crédito, sem o mínimo incentivo para formarem cooperativas agrícolas. Daí a ruína dos pequenos e médios agricultores e o abandono da actividade agrícola.

Os pequenos agricultores, tal como os trabalhadores agrícolas, ao abandonarem a sua actividade agrícola, não encontraram no nosso país ocupação para os seus braços e, separados das famílias, tiveram que emigrar nas mais duras e difíceis condições.

E os pequenos e médios agricultores constituem o peso dominante no milhão e meio de emigrantes saídas do nosso país nesta última dezena de anos.

Escusado será dizer que a Reforma Agrária está na ordem do dia. Alguns passos já se avançaram nesse sentido.

E não tenhamos ilusões: A conquista de uma vida melhor está na mão dos próprios agricultores.

Que as conclusões deste Encontro sejam mais uma contribuição para o reforço da organização e unidade dos Pequenos Agricultores que os há-de conduzir à vitória.

Símbolo de cooperação e amizade entre o povo português e o povo soviético, foi o acolhimento da assistência à delegação do Konsomol que se deslocou a Beja para assistir ao plenário e saudar os participantes de abertura deste I Encontro dos Pequenos Agricultores do Baixo Alentejo.

O camarada Diogo Velez, da Organização Regional do Alentejo e Algarve, referiu-se à participação do nosso Partido na resolução dos problemas dos camponeses, destacando as lutas já desencadeadas pelos camponeses e trabalhadores rurais e salientando a necessidade imperiosa de reforçar as ligas de camponeses.

Após José Marques, técnico da da Liga dos Pequenos Agricultores de Beja, ter informado sobre o funcionamento das secções, iniciaram-se os trabalhos, tendo a secção relativas à Reforma Agrária funcionado no pátio em virtude da multidão interessada em participar neste debate.

Fortalece-se o espírito de organização entre os camponeses

A Liga dos Pequenos Agricultores, é o meio de todos nós, os pequenos, juntos podermos derrubar quem nos derrubou até esta data. Só somos pequenos se nos desunirmos. Se nos juntarmos nas Ligas, somos uma força.

Esta uma das primeiras intervenções na IV Secção, onde o afluxo de camponeses, determinou que se realizasse no Ginásio da Escola, onde decorrera o Plenário. Mais tarde, juntar-se-lhe-iam elementos da Liga dos Pequenos Agricultores de Évora enriquecendo com a experiência da sua organização, o debate em torno das questões práticas de formação das ligas.

Cerca de 400 camponeses manifestando-se vivamente, expondo problemas, interrogando-se sobre a criação das ligas, denunciando as manobras dos grandes agrários, são a prova irrefutável de que a organização, o espírito colectivo se enraízam cada vez mais na consciência das massas trabalhadoras do campo. Não é de mais salientar este facto. São conhecidas experiências históricas nas quais a associação surge dificilmente entre os camponeses. Esta não é a realidade vivida hoje, no Alentejo, e isto constitui um elemento altamente favorável ao desenvolvimento do processo político português.

Em todas as intervenções, o mesmo entusiasmo pela organização.

— A maior parte dos pequenos agricultores são analfabetos. Têm necessidades e muitas vezes, não sabem queixar-se do que lhes faz falta. Fiz a 4.ª classe com sacrifício aos 35 anos. Toda a vida trabalhei. Nunca conheci um feriado, nem um domingo. Esta miséria tem de acabar. E acaba se nos unirmos. A Liga dos Pequenos Agricultores é a nossa associação de classe que defende os pequenos e os médios da cobiça dos grandes. Eles que façam a vida deles lá na ALA que a gente faz a nossa, unidos e sem misturas com os nossos inimigos.

Um pequeno agricultor da freguesia do Alvito denunciou veementemente as manobras da ALA que, servindo-se do facto de serem analfabetos e pressionando-os com mentiras, levara cerca de duas dezenas de pequenos agricultores, a ligarem-se à ALA. Quando lhe foi respondido que não eram obrigados a continuar na ALA e que nada os impedia de constituirem uma comissão de freguesia da Liga, o alívio, a alegria destes homens enganados pelos latifundiários foi evidente. Mas a lição permanece e vários avisos se sucederam sobre a dolosa actuação da ALA.

Nos rostos atentos dos camponeses, rostos de velhos a maioria (resultado da sangria do País pela guerra e pela emigração), envelhecidos outros (reflexo de uma vida de faltas e angústia), a determinação em não mais se deixarem manobrar pelos latifundiários, tornou-se ainda mais firme quando um trabalhador rural, emocionado, se lhes dirigiu:

— É com a experiência de todos nós que trabalhamos a terra que nos podemos organizar. Atrás de vós, agricultores pequenos, estamos nós, os que mais temos sofrido, os trabalhadores rurais. Nunca mais ficaremos desamparados se nos unirmos. Vocês podem orientar os trabalhos das terras que, em conjunto, ocupámos legitimamente acabando com a sabotagem dos senhores. Mais teremos que ocupar para as cultivar. Temos de estar atentos porque está a surgir uma outra fase do contra-ataque dos latifundiários e do capital tentando convencer pequenos agricultores para uma divisão falsificada das terras. Não se deixem ir por conversa fiada e palavras bonitas! Os interesses dos pequenos agricultores não são, nem podem ser os dos grandes agrários. Se estiverem connosco, vós, agricultores pequenos, ganharão uma vida melhor. Se estiveram contra nós, trabalhadores rurais, nada conseguirão. Por isso devemos unirmo-nos e trabalhar em conjunto, trabalhadores rurais e pequenos agricultores.

Da parte da tarde, os participantes, nas secções I, II e III, uniram-se-iam a esta secção, dado o grande interesse manifestado por uma discussão colectiva da organização de classe e da organização de carácter económico (as cooperativas).

Entretanto, vindos de diferentes freguesias e concelhos, após o almoço muitos camponeses engrossaram o número de participantes. Durante a parte da tarde, no Ginásio da Escola, cerca de 400 camponeses, a maior parte de pé, continuaram, colectivamente, discutindo as soluções para os seus problemas. Soluções que se entroncam no saneamento da economia e na necessidade de salvaguardar o processo democrático.

É urgente avançar na reforma agrária

Morrer como um carrapato na lama é o destino dos pequenos e médios agricultores sem a Reforma Agrária. É urgente avançar!

Estas palavras de um pequeno rendeiro consubstanciam a discussão que se desenrolou na II Secção relativa a **Arrendamento Rural Baldios. Incultos e subaproveitados. Sabotagem económica e social. Herdades do Estado. Reforma Agrária.**

Foi asperamente criticada o atraso relativo à publicação da lei sobre arrendamento rural, ainda que os pequenos e médios agricultores estejam convictos de que a lei só pode ter em conta as suas sugestões e defender os seus interesses, **Nem admitimos que seja de outro modo!**

Os camponeses têm consciência de que estão em condições de fazer avançar um processo que favoreça a satisfação das suas aspirações:

Não temos máquinas é verdade, não temos adubos nem semente também é verdade. Mas podemos gritar aqui bem alto que todos temos braços para trabalhar e todos estamos dispostos a fazê-lo e todos estamos dispostos a lutar até à total destruição do fascismo, do capitalismo, dos monopólios e dos latifúndios.

A luta não parará enquanto os latifúndios não forem divididos

Os trabalhos finais de aprovação das conclusões decorreriam no pátio da Escola em virtude do número de participantes ter duplicado durante a tarde.

À aprovação das conclusões, seguir-se-ia o discurso de encerramento proferido pelo camarada Dinis Miranda. Após ter referido a sabotagem económica desenvolvida pelos latifundiários, Dinis Miranda afirmou, entre vibrantes aplausos:

Esquecem-se que o 25 de Abril não se fez para continuarem a existir milhares de hectares de terra aramada com tabuletas por todos os lados a dizerem que é proíbido pescar e caçar. O nosso Alentejo já parecia um campo de concentração onde os grandes latifundiários e monopolistas iam passar uns momentos de prazer a dar ao gatilho, enquanto os trabalhadores iam apertando cada vez mais o cinto

Esquecem-se que os trabalhadores rurais dispõem, já hoje, de uma forte organização sindical que, tal como ficou demonstrado faz hoje 15 dias, tem tal poder de mobilização que mobilizou umas 40 mil pessoas para uma manifestação aqui em Beja contra o desemprego e sabotagem económica.

Esqueceram-se que os pequenos agricultores dispõem também da sua própria organização de classe — A Liga dos Pequenos Agricultores — que nestes últimos dias lançou a palavra de ordem de lavrar as terras por cultivar.

Já o fizeram os valentes agricultores do Baixo Alentejo, do distrito de Évora, Portalegre, de Setúbal, etc.

Os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores já demonstraram nestas últimas semanas, que estão firmemente dispostos a acabar com o desemprego e com as terras incultas. Os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores estão no bom caminho. Identificam-se plenamente com os interesses da nação portuguesa. Todavia, continuam a verificar-se ainda algumas deficiências na actuação. É necessário que se reforcem as organizações de classe dos trabalhadores. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e a Liga dos Pequenos Agricultores começam a estar em perfeitas condições de orientar e conduzir a luta até à vitória final dos trabalhadores Agrícolas e dos Pequenos Agricultores.

É necessário que deixe de haver lado a lado terras por cultivar e trabalhadores sem trabalho. É necessário que a voz dos trabalhadores e dos pequenos agricultores encontre receptividade nos ministérios respectivos.

É necessário que se acabe com os grandes latifúndios porque eles são a fome, a miséria e o atraso do nosso País.

A Reforma Agrária pelas mãos daqueles que trabalham a terra começou a dar os primeiros passos.

É necessário que se lhes dê mais vida porque ela é a própria vida para aqueles que a trabalham e para os seus filhos e será um sério golpe para a reacção, para os que conspiram a toda a hora contra a ordem democrática.

Perante um entusiasmo crescente, o camarada Dinis Miranda disse, a terminar:

Estamos certos que a luta não parará enquanto os latifúndios não forem entregues a quem a trabalha e que as conclusões saídas deste 1.º Encontro dos Pequenos Agricultores irão apressar a solução dos problemas por que lutam os pequenos agricultores.

O PCP, a vanguarda da classe operária, i sempre esteve, está e estará, seja em que situação for, ao lado dos explorados e oprimidos.

Unidos e organizados, mãos á obra para novas vitórias!

Vivam os valorosos trabalhadores alentejanos!

Vivam os valorosos pequenos agricultores!

Viva a unidade de todos os trabalhadores!

Viva a aliança das massas populares com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o PCP!

CONCLUSÕES GERAIS DO ENCONTRO

Um Ministério da Agricultura ao serviço do povo

SECÇÃO I — **Contribuições e Impostos, Apoio técnico e financeiro do Ministério da Agricultura.**

1. *Contribuições e Impostos*

Durante toda a época fascista, os latifundiários e monopolistas utilizaram o aparelho do Estado para fazer pagar mais a quem menos pode. Urge que seja publicada, sem mais demora, nova legislação que faça pagar mais a quem mais tem e que liberte de taxas e impostos os pequenos agricultores.

2. Apoio Técnico

Os serviços técnicos do Estado têm estado ao dispor das grandes empresas, desprezando completamente os pequenos agricultores.

Estes serviços devem ser urgentemente saneados e postos ao serviço dos pequenos produtores e das respectivas cooperativas de produção, de comercialização e de industrialização de produtos.

3. *Apoio Financeiro*

Durante a época fascista, os grandes agrários chamaram a si toda a ajuda financeira do Estado (créditos e sobretudo subsídios, bónus), deixando os pequenos agricultores entregues à agiotagem, ao roubo dos seus bens, da sua saúde e da sua vida. Em vez de investirem na agricultura o que dela colhiam e o Estado lhes dava, os agrários compravam prédios de rendimento nas cidades, títulos na Bolsa ou esbanjavam-no em carros de luxo e outros consumos sumptuosos. Deixaram a agricultura empobrecida, as terras abandonadas e incultas, originaram e originam ainda a fuga dos campos para as cidades e para o estrangeiro de centenas de milhar de trabalhadores.

O sector agrário exige um investimento prioritário. É preciso produzir aqui, em Portugal, aquilo que nos custa milhares de contos em impostos. Sem desenvolvimento do sector agrícola não há desenvolvimento económico e social do País. Para fazer romper e avançar com força o processo produtivo é indispensável que o Governo abra urgentemente créditos à agricultura e para isso consideramos imperioso nacionalizar, sem demora, os grandes grupos económicos cujo enorme poder resulta, em grande parte de espoliação da agricultura.

4. Ministério da Agricultura

Os problemas agrários nacionais têm andado sempre subordinados aos interesses dos grandes grupos industriais e financeiros. A dependência da Secretaria de Estado da Agricultura em relação ao Ministério da Economia contribui para que o sector agrário continue a ser tratado como o filho pródigo e não como sector produtivo, essencial para o progresso do País. Daí a necessidade inadiável de um Ministério da Agricultura ao serviço do Povo.

Urgente a publicação da lei sobre arrendamento rural

SECÇÃO III — **Política de to rural, herdades do Estado sabotagem económica, reforma agrária.**

1. *Quanto a arrendamento:*

a) As rendas devem ser a dinheiro, sempre que o rendeiro o deseje; a renda deve ser fixa e limitada, tendo em conta a qualidade da terra.

b) Devem acabar os subarrendamentos.

c) O contrato de arrendamento deve ser escrito, mesmo para prédios inferiores a 5 hectares.

d) Os rendeiros devem ser indemnizados pelas benfeitorias feitas.

e) No caso de terras que foram tornadas produtivas pelos rendeiros, a renda deve referir-se ao valor incial da terra.

f) Total abolição de foros e parcerias.

2 — Considerando que muitos destes problemas foram sugeridos para inclusão na lei do arrendamento, quando ela esteve em debate público, e que a referida lei ainda não saiu, torna-se necessário e urgente a sua rápida publicação.

3 — Publicação urgente de legislação sobre terras incultas e subaproveitadas e sobre sabotagem económica.

4 — No caso de terras subaproveitadas e incultas a terra deverá ser arrendada compulsivamente pelo Estado.

5 — No caso de sabotagem económica e de terras valorizadas com o dinheiro do Povo Português (caso dos regadios), a terra deverá ser expropriada sem indemnização.

6 — Nos casos de expropriação e arrendamento compulsivo, a terra deverá ser entregue a quem a trabalha, e a sua forma de exploração deverá ser em cooperativas de produção, ou em herdades colectivas do Estado, devendo a prioridade na utilização das terras ser a seguinte:

1.º — Trabalhadores agrícolas e seareiros.

2.º — Pequenos agricultores sem terra (rendeiros).

3.º — Outros pequenos agricultores.

7.º — No processo de ocupação de terras expropriadas e arrendadas e compulsivamente, para a constituição de cooperativas de produção ou herdades colectivas do Estado, deverão ser os Sindicatos e as Ligas a conduzir a luta, como garante de intervenção organizada e expressiva da vontade unitária dos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores.

Reorganização do sector comercial e a produção agrária ao serviço dos trabalhadores e da economia

SECÇÃO II — **Arrendamento rural, herdades subaproveitadas baldios, herdades do Estado, sabotagem económica, reforma agrária.**

1. *Comercialização*

1. O sector comercial de produtos para a agricultura (máquinas, adubos rações, pesticidas, etc.) deve ser urgentemente reorganizado de modo a que deixe de ser aparelho dominado pelas grandes empresas e ao serviço destas.

1.2. O fascismo instalou, neste importante sector, Grémios da Lavoura e Federações, viciadas associações ditas cooperativas e organismos de coordenação dita económica que têm constituído um violento dispositivo de roubos e estrangulamento dos pequenos produtores.

1.3. Essa corrompida e parasitária estrutura comercial que sempre tem favorecido as classes privilegiadas, deve ser colocada rapidamente ao serviço das classes populares, dos produtores e dos consumidores.

1.4. Para isso devem ser simplificados, encurtados e barateados os circuitos comerciais:

— por um lado organizando verdadeiras cooperativas de comercialização de produtos para a agricultura, que substituam os Grémios da Lavoura e as outras associações a sanear, cujos bens devem ser nacionalizados e entregues àquelas autênticas cooperativas.

— por outro lado, transformando as actuais juntas e institutos em empresas públicas que venham a juntar-se às ocooperativas para constituírem, logo que possível, empresas mistas.

1.5. Estas empresas mistas devem actuar em cada ramo comercial (máquinas, adubos, rações, cereais leite, carne, etc.) e passar a assegurar o exclusivo ou o essencial na compra dos produtos aos produtores.

1.6. Ao pequeno produtor deve ser assegurado

a) aos produtos que vende:
— pagamento imediato
— preço remunerador e garantido com a possível antecipação;

b) nos produtos que compra:
— fornecimento na devida altura
— qualidade dos produtos/assistência técnica.

2. *Produção*

2.1. As grandes linhas de produção agrária foram desviadas pelos grandes agrários e pelo governo fascista só para favorecer as grandes empresas.

Com essa orientação não só foram prejudicadas as pequenas empresas como a produção nacional a qual tem vindo sempre a declinar, em especial após o 25 de Abril, com a generalizada sabotagem económica.

2.2. Urge que toda a produção agrária seja fomentada de modo a favorecer decididamente os trabalhadores do campo e a economia geral do País.

As Ligas de pequenos agricultores como aliadas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SECÇÃO IV — **Ligas de Pequenos Agricultores. Diferença entre Ligas e Cooperativas.**

1. A Liga dos Pequenos Agricultores deve ser uma realidade. Como associação de classe deve agrupar pequenos e médios agricultores e deverá ser a comissão de freguesia respectiva que se encarregará de definir quem deverão ser os agricultores a fazer parte da Liga.

2. Devem ser os próprios pequenos agricultores a buscar as soluções para os seus problemas.

3. Deverão constituir-se comissões de freguesia e comissões de concelho. Das comissões de concelho deverá formar-se a Comissão Distrital e desta o respectivo Secretariado da Liga.

4. A Liga dos Pequenos Agricultores deverá ser uma associação forte, aberta a todos os elementos técnicos que voluntariamente queiram colaborar na organização, mas estes não terão capacidade de decisão.

5. A Liga dos Pequenos Agricultores declara-se em total aliança com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

6. As Ligas são associações de classe bem distintas das cooperativas, que são associações de carácter económico.

7. Os pequenos agricultores não devem, isoladamente, desencadear formas de luta sem o «contrôle» e a discussão prévia na Liga dos Pequenos Agricultores. Deverá existir uma unidade perfeita dentro da Liga, a fim de não serem permitidos actos isolados que eventualmente possam ser inconsequentes.

8. A Liga dos Pequenos Agricultores deve exigir que os técnicos agrícolas dos gabinetes de Lisboa venham para os campos ajudar os pequenos agricultores, como consultores técnicos.

Socialização da Medicina

SECÇÃO V — **Previdência e Segurança Social**

Nesta secção foi aprovada por unanimidade a seguinte moção:

«Considerando que os pequenos agricultores, como trabalhadores da terra, não têm no campo da Previdência e Segurança Social qualquer regulamento, como seja a assistência na doença, na invalidez e na velhice bem como qualquer subsídio familiar;

Considerando que dentro das preocupantes condições que afectam as populações se encontra a falta de assistência;

Considerando que o estado sanitário lastimoso da grande maioria das populações rurais como seja a existência de fossas, estrumeiras, poços por limpar, etc., nos arredores ou mesmo dentro das povoações;

Considerando que apenas têm acesso à medicina os filhos dos agrários ricos em prejuízo da profissão enquanto as populações carecem de assistência;

A Assembleia concluiu, aprovou e adoptou para os pequenos agricultores:

1.º — As conclusões já apresentadas e aprovadas na Conferência dos Trabalhadores Rurais em Évora, em 9/2/75;

2.º — A socialização da medicina, que ponha todos os médicos ao serviço de toda a população e não apenas ao serviço de alguns privilegiados».

ASSINA O "AVANTE!"

II CONFERÊNCIA DE CAMPONESES DO NORTE

De todo o Norte, desde Castelo Branco a Viana do Castelo, desde Aveiro a Bragança, desde Coimbra a Braga, afluíram para o Porto, no passado domingo, largas centenas de agricultores para participar nos trabalhos da II Conferência de Camponeses do Norte.

Esta ampla reunião de trabalhadores da terra vem na sequência do trabalho desenvolvido na divulgação das conclusões da I Conferência e no seguimento da mobilização dos camponeses em defesa dos seus interesses. Desde a I Conferência até agora, muitos e muitos agricultores se têm reunido nas suas freguesias. Amplos encontros concelhios, distritais e regionais, foram realizados, com a presença de centenas de agricultores, em Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Castelo Branco, Trancoso, Aveiro e Barcelos. Em todas essas reuniões foram criticados, ampliados e enriquecidos os aspectos considerados na I Conferência.

O grande movimento de pequenos e médios agricultores que se tem verificado de Norte a Sul tem um grande e importante significado político. Os pequenos e médios agricultores acordam para a luta pela defesa dos seus interesses. As massas camponesas despolitizadas e votadas pelo fascismo à ignorância e miséria, surgem numa onda que cresce de dia para dia a reforçar o movimento popular das camadas trabalhadoras. Todas as reuniões, movimentos e organização dos camponeses em torno dos seus interesses de classe, económicos ou políticos, significam enriquecer e evitar fracturas no componente popular do processo revolucionário em curso.

A longo de muitas discussões e reuniões feitas depois da I Conferência, as suas conclusões correspondem no essencial aos interesses imediatos e mais sentidos dos pequenos e médios agricultores. Mas também se verificou que muito havia a aprofundar nos resultados obtidos. Foi por tudo isto que a Comissão do Partido Comunista Português para o trabalho Camponês no Norte levou a cabo na Faculdade de Engenharia do Porto um novo e amplo debate que, partindo das conclusões da I Conferência, modificadas ou não pelos agricultores nas várias reuniões, realizasse uma nova síntese das propostas de solução para os problemas que mais afectam os pequenos e médios agricultores do Norte.

Conhecer os amigos e os inimigos

Já antes das 9 e 30, hora marcada para o plenário inicial, era grande o número de pessoas que, de camioneta, automóvel, a pé ou de motorizada, iam chegando às imediações da Faculdade de Engenharia.

A abrir os trabalhos, teve lugar um plenário, no qual foram expressos por Agostinho Lopes os objectivos da II Conferência dos Camponeses do Norte. A mesa que presidiu era constituída pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido e os camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Comité Central; Ângelo Veloso, do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Norte; Margarida Tengarrinha, suplente ao Comité Central e da DORN; e António Bica, da Direcção da Organização Regional das Beiras. Para a mesa foram chamados alguns camponeses que colaboraram na I Conferência e que têm vindo a participar activamente nas reuniões que desde então se realizaram.

Depois de ter explicitado as razões que levaram a Comissão do PCP para o Trabalho Camponês do Norte a efectivar esta II Conferência, Agostinho Lopes salientou: **a presença do camarada Álvaro Cunhal reflecte bem a importância que o nosso Partido atribui aos problemas da agricultura, à situação dos pequenos e médios agricultores.** E a prosseguir: **o trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista Português para o esclarecimento e organização em volta da defesa dos seus interesses, que ao mesmo tempo os mobiliza na defesa da democracia, traduz a importância que atribuímos à aliança dos trabalhadores das fábricas com os trabalhadores dos campos para o futuro da democracia em Portugal.**

Os pequenos e médios agricultores começam a conhecer os seus amigos e os seus inimigos. A presença de centenas de agricultores nesta sala é uma prova de confiança dos camponeses do Norte. Saberemos corresponder e tudo faremos, como já vem acontecendo, para que o 25 de Abril chegue de facto aos campos portugueses.

Cinco horas de intenso debate

Depois de terem ouvido Álvaro Cunhal, era com expressões de regozijo e esperança, com exclamações de firmeza e confiança, que aqueles trabalhadores-lutadores da terra deixaram o salão nobre e partiram para as sessões de trabalho, distribuindo-se por seis salas, onde se efectuaram reuniões de grupos por temas.

As salas da faculdade encheram-se, então, de pequenos e médios agricultores, assalariados agrícolas e técnicos.

A vivacidade com que decorreram algumas destas secções, as constantes intervenções que se sucediam em torno das questões em análise são bem a prova de que as conclusões reflectem de facto a opinião dos que trabalham a terra. A discussão, a crítica, o levantamento de questões foram constantes que preencheram 5 horas de debate, simultaneamente nas seis secções.

Assistência na velhice e colocação dos produtos agrícolas

Vindo expressamente de Coimbra para a conferência, um pequeno agricultor, quando entrava para a sala de debate do ponto 6.º — **Casas do Povo; necessidade de saneamento e reforma para que fiquem ao Serviço da Assistência à Saúde, da Educação e Cultura e da Segurança Social dos agricultores** — disse-nos:

— Tenho setenta anos e é a primeira vez que alguém se lembra de dizer alguma coisa sobre as privações que passámos a vida inteira. Eu vim aqui para saber como seria isso da assistência na velhice ou reforma aos homens que como eu toda a vida trabalharam na terra e não ganhámos para as taxas que nos obrigaram a pagar. Só tenho a agradecer é ao Partido que se lembrou disto, que foi o Partido Comunista, e às Forças Armadas, que fizeram com que as pessoas se pudessem reunir à vontade. Com esta ideia já não espero receber mais nada das reformas que fizerem pela terra, mas ao menos que as Casas do Povo, para onde eu desconto todos os meses 17$50 mais 25$00, se transformasse numa casa que nos servisse mesmo.

— Vim cá porque estava interessado em ver os problemas da agricultura da nossa terra um pouco mais resolvidos. A gente também não sabia como estudá-los se não tivesse havido esta reunião de pessoas da agricultura. O nosso maior problema é a má colocação dos nossos produtos em relação ao que se recebe e ao que os trabalhadores merecem receber pelo trabalho que dão à terra — afirmou Manuel Augusto Pereira, da Guarda. E prosseguindo: **Foi o trabalho mais democrático a que já assisti, pois podemos dizer os nossos casos, os nossos problemas. E eu também disse os meus. Agora, só espero que o Governo tenha em conta os nossos desejos...**

Os trabalhos da Conferência registaram uma activa participação de muitas centenas de camponeses, oriundos de vários pontos do Norte do País

Defender os interesses da classe e conquistar melhores condições de vida

Essencialmente, o que caracterizou esta II Conferência de Camponeses do Norte foi uma análise mais aprofundada e geral, principalmente no que respeita à reorganização das explorações agrícolas em moldes que sirvam os pequenos e médios agricultores, à criação da sua organização de classe — Associações e Ligas — e à constituição das organizações económicas dos agricultores — Cooperativas Agrícolas. Simultaneamente foram tratados problemas ligados às Casas do Povo e à reorganiza-

CONT. NA PÁG. 7

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA

Das conclusões da conferência, e relativamente a cada um dos pontos em debate, damos a seguir alguns largos extractos.

PONTO 1 — As associações de pequenos e médios agricultores e as suas Ligas

● Como grupo profissional distinto dos proprietários absentistas, os pequenos e médios agricultores devem constituir uma organização profissional distinta — as associações de pequenos e médios agricultores. Dela devem fazer parte todos os que trabalham a terra, possuindo ou não terra, nomeadamnete todos os pequenos e médios agricultores, os rendeiros e os familiares de ambos.

● A legislação sobre associações sindicais e patronais não abrange os profissionais do tipo dos pequenos e médios agricultores, que são ao mesmo tempo donos da sua exploração agrícola e trabalhadores dela. É urgente, portanto, que seja promulgada pelo Governo legislação que reconheça a existência de associações profissionais de pequenos e médios agricultores.

● As associações profissionais de pequenos e médios agricultores devem estar voltadas para a defesa dos interesses profissionais dos agricultores em todos os seus aspectos.

● As funções que as associações profissionais de pequenos e médios agricultores devem desempenhar, são:

a) Organizar os pequenos e médios agricultores na defesa dos seus interesses de classe.

b) Representar os agricultores junto de todos os departamentos governamentais e nos organismos internacionais ligados à agricultura e, especialmente, ao associativismo agrícola.

c) Participar na elaboração de futuros planos de produção a nível regional e nacional, pelo menos com carácter consultivo.

d) Estudar e defender uma política de preços para os produtos agrícolas e para os produtos necessários à agricultura, que garantam aos pequenos e médios agricultores um nível de rendimento que se aproximem progressivamente dos rendimentos dos restantes sectores profissionais.

e) Estudar e lutar pela generalização a todos os agricultores e suas famílias dos benefícios da segurança social: integração dos camponeses no esquema geral da Previdência, com as adaptações decorrentes da especificidade e da sua situação, possibilitando o seu acesso e dos familiares, como medida imediata, aos benefícios fundamentais no âmbito da segurança social e da saúde (assistência médica e medicamentosa na doença, na gravidez e no parto; abonos de família; subsídios de doença, aleitação, nascimento e morte; pensões de invalidez, velhice e sobrevivência). Esta integração visará, como objectivo tendencial, a eliminação progressiva das diferenças existentes neste plano e entre a população trabalhadora do campo e das cidades, e pressuporá, paralelamente, estabelecimento de um esquema adequado de contribuições.

f) Lutar pelo direito ao ensino gratuito a todos os níveis, com bolsas de estudo aos alunos filhos de pequenos e médios agricultores que frequentem com bom aproveitamento estabelecitos médios e superiores do ensino agrícola.

g) Estudar a realização de obras de interesse local, que melhorem as condições de vida e a economia dos agricultores, e participar activamente na sua concretização em colaboração com o Governo, câmaras e juntas de freguesia.

h) Estudar e propor as formas de apoio técnico e apoio económico-financeiro que venham ao encontro dos pequenos e médios agricultores.

i) Impulsionar a formação de cooperativas agrícolas de comercialização e de produção, e acompanhar a sua vida e evolução de forma a evitar desvios, fraudes e predomínio dos grandes sobre os pequenos.

j) Divulgar de forma organizada os conhecimentos profissionais agrícolas e contribuir também organizadamente para a melhoria do nível cultural e de instrução dos agricultores. A criação de bolsas para o aperfeiçoamento dos trabalhadores, a todos os níveis, da agricultura.

● As associações de pequenos e médios agricultores deverão organizar-se em Uniões a nível regional e Federações de Uniões a nível nacional, como melhor forma de garantir a unidade de luta de todos os agricultores por melhores condições de vida.

● As associações de pequenos e médios agricultores, como associações profissionais que são, não devem subordinar-se a nenhum partido ou organização política, nem grupo ou corrente religiosa. Para reforçar o princípio da unidade entre todos os agricultores, a lei das associações de pequenos e médios agricultores deve aconselhar o princípio de que a cada região deve corresponder uma só associação.

MOÇÃO DE CONCLUSÃO — Reconhecidas as dificuldades de arranque das massas camponesas do Norte, emperradas por séculos de exploração e atraso, apelar para o MFA no sentido de desenvolver um trabalho de agitação intensivo nos campos, dirigido especialmente à formação de associações de pequenos e médios agricultores

PONTO 2 — I) Medidas para um aumento a curto prazo da produção nas pequenas e médias explorações

● No imediato devem ser assegurados aos pequenos e médios agricultores preços para os produtos agrícolas conhecidos antes do início dos trabalhos anuais de produção, e com garantia de compra de toda a produção

● Deve ser assegurado o fornecimento em boas condições dos produtos necessários à agricultura.

● A ligação entre os agricultores e os organismos que devem garantir a compra de produtos agrícolas e aqueles que devem garantir o fornecimento dos produtos necessários à agricultura, deve ser feita e assegurada por cooperativas agrícolas de comercialização que cubram todo o território do continente e ilhas.

● No sentido de fomentar e dinamizar as cooperativas agrícolas, devem ser tomados em conta os seguintes aspectos:

a) Para que as cooperativas tenham as disponibilidades financeiras capazes de as fazer suportar os seus encargos, deve o Estado fornecer o apoio necessário, através das Caixas Agrícolas Mútuas, Caixa Geral de Depósitos ou outras instituições de crédito do Estado. Que sejam estabelecidas medidas semelhantes às criadas para protecção às pequenas e médias empresas, em benefício dos pequenos e médios agricultores e suas associações cooperativas.

b) Deve ser promulgada legislação que reforme as leis sobre cooperativismo agrícola, e regulamente com simplicidade e clareza as Cooperativas Agrícolas de Produção e as Cooperativas Agrícolas de Comercialização.

c) Deve ser promulgada legislação que permita o imediato saneamento das cooperativas agrícolas e suas uniões, impedindo que continuem à frente das suas direcções elementos comprometidos com a organização corporativa e outras instituições fascistas, ou que sejam proprietários absentistas.

d) Os organismos públicos de comercialização devem estabelecer **preços diferenciados**, vantajosos para as cooperativas, quer para os produtos que lhes forneçam (adubos, rações), quer nos produtos que recolham (frutas, batata, cereais, leite, etc.).

● O crédito a curto e médio prazo a fornecer aos agricultores deve ser concedido pelas cooperativas agrícolas de comercialização, através da venda a crédito dos produtos necessários à agricultura e da possível antecipação do preço das colheitas futuras e pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

● Para se aumentar rapidamente a produção agrícola, todas as terras incultas ou mal utilizadas devem ser convenientemente cultivadas.

● O Governo deverá indicar para cada zona agrícola, devidamente definida e que tenha uma certa uniformidade de solo e clima, as culturas que são mais indicadas para essa zona, garantindo sempre o seu escoamento a preço previamente indicado.

● A promulgação da nova lei de arrendamento deve incluir os seguintes aspectos:

a) Os prazos de arrendamento, embora possam ser curtos, devem poder renovar-se indefinidamente enquanto os rendeiros o desejarem e cumprirem o contrato, sem possibilidade de o senhorio se opor às renovações.

b) Os senhorios não devem poder reservar culturas no terreno arrendado e os rendeiros devem ter o direito de fazer as culturas em que tiverem mais interesse, sem necessidade de autorização do senhorio, desde que não comprometam a fertilidade da terra.

c) Todas as rendas devem ser fixas e em dinheiro.

d) Deve ser reconhecido aos camponeses o direito de cederem a sua posição de arrendatários às cooperativas agrícolas de produção.

e) Proibição de subarrendamento.

f) Proibição de todas as formas de parceria.

g) O regime de arrendamento deve ser igual para todos os terrenos, qualquer que seja a sua área.

h) Criação de um organismo, a nível concelhio, que centralize a oferta de terras para arrendar. Assim, o senhorio que não as queira ou não as possa cultivar, coloca as suas terras em oferta nesse organismo.

i) As terras incultas e não oferecidas para arrendamento, como se indica na alínea anterior, devem estar sujeitas a um forte imposto anual.

j) Logo que a lei seja promulgada, deve rapidamente ser estabelecida pela SEA os valores máximos de rendas.

l) Que o pagamento das rendas seja anual.

● Deve ser dado apoio estatal, como, por exemplo, isenções fiscais ou comparticipações em investimentos para obras de melhoramento, alargamento e protecção das folhas de culturas. O apoio financeiro deve ser canalizado de preferência para cooperativas agrícolas de produção.

● Devem ser criadas as condições que permitam a eliminação das diferenças existentes entre os agricultores e assalariados agrícolas, e os restantes trabalhadores, no tocante à assistência médica e segurança social.

II) Reorganização das pequenas explorações agrícolas

A reorganização das pequenas explorações agrícolas, no sentido de se conseguir uma área de exploração economicamente viável para um plano e eficaz aproveitamento do trabalho humano e dos factores de produção, tem de ter em conta os seguintes princípios:

1 — **Garantir a todos os pequenos e médios proprietários o direito de propriedade sobre as suas terras.**

2 — **Que a obtenção da área óptima de exploração não seja feita à custa da ruína dos pequenos e médios proprietários.**

● Deve no imediato acabar-se com a legislação que proíbe a divisão de terras e que estabelece o direito de preferência na compra para os maiores proprietários. Deve haver particular cuidado no apoio financeiro e técnico pelo Estado às Cooperativas Agrícolas de Produção existentes e em funcionamento pois a sua ruína significaria travar o desenvolvimento de todo o cooperativismo agrícola em Portugal.

● A constituição de explorações agrícolas com área agrícola suficientemente grande e contínua, nas regiões de pequena e média propriedade deve ser conseguida através da constituição de Cooperativas Agrícolas de Produção com base na associação voluntária.

● Deverá ser vedada aos proprietários absentistas a intervenção no funcionamento e gestão das Cooperativas Agrícolas de Produção, devendo os mesmos apenas receber a renda em dinheiro que for estipulada, no caso de os mesmos pretenderem arrendar as suas terras à referida associação.

III) Entre as conclusões não directamente incluídas neste ponto, mas aditadas destacamos:

● A recente proibição do abate das vitelas de todas as raças e de todas as fêmeas leiteiras com menos de quatro anos causou dificuldades na venda das vitelas e das novilhas leiteiras pelos pequenos e médios agricultores do Norte. Por falta de condições de alojamento ou por necessidade urgente de realizar dinheiro, os agricultores precisam de vender estas fêmeas. Reconhece-se que esta medida de proibição é necessária para evitar a sabotagem económica que os grandes agrários estão a fazer. Mas é indispensável que os pequenos e médios agricultores que têm necessidade real de vender o seu gado, não fiquem privados de o fazer e, portanto, que os seus interesses não sejam atingidos pelas medidas decretadas contra a sabotagem económica.

Assim, devem ser tomadas as seguintes medidas:

1 — Declaração dos efectivos pelos grandes produtores e fiscalização rigorosa das suas existências, penalizando com pesadas multas, indo até à administração pelo Estado das explorações que procedam à venda injustificada de gado.

2 — Que seja abolido o despacho que proíbe o abate.

PONTO 3 — Os preços e a comercialização dos produtos agrícolas. As cooperativas agrícolas de comercialização. Organismos públicos de comercialização

● Alguns produtos que estão sujeitos a falsificação, como, por exemplo, o vinho, devem ser distribuídos, em exclusivo, pelos organismos de comercialização do Estado para se impedir a falsificação desses produtos, como acontece actualmente com a fabricação do vinho a martelo e com as misturas de óleos com azeite.

● Os organismos de comercialização dos produtos agrícolas devem receber as produções agrícolas através da cooperativa agrícola.

● As cooperativas agrícolas de comercialização devem ser organizadas em todos os concelhos ou regiões, de modo a poderem servir todos os agricultores

● Para poder armazenar os produtos e pagar a pronto aos agricultores e fazer antecipações de preços, nos casos em que se torne necessário, as cooperativas agrícolas de comercialização devem beneficiar de apoio técnico e financeiro por parte dos organismos de comercialização

● Para além de dever ser promulgada imediatamente legislação de saneamento das cooperativas agrícolas, deve ser reformada e simplificada a legislação sobre cooperativas agrícolas.

PONTO 4 — Produção e comercialização dos produtos necessários à agricultura

● O fornecimento de produtos necessários à agricultura tais como adubos, rações, máquinas agrícolas, produtos químicos para tratamento de plantas e animais deve ser assegurado por organismos de comercialização administrados pelo Estado.

● A fabricação de adubos deve ser controlada pelo Estado para garantir a qualidade dos fertilizantes e para manter os preços dentro dos limites justos e comportáveis com as possibilidades económicas dos agricultores. Deve ter-se em atenção que Portugal é dos países que menores quantidades de adubos consome e que os aumentos de produção estão relacionados com o consumo de fertilizantes.

● Sabendo-se que em 1973 o consumo de adubos foi da ordem dos 1 405 000 contos uma redução nos preços, ainda que pequena, representa uma verba apreciável, que ficará na posse da agricultura. Isto justifica amplamente a necessidade da criação de novos canais de distribuição que não tenham finalidades lucrativas, isto é, os organismos de comercialização estatais e cooperativas.

● Deverá ser exercido o maior «contrôle» e vigilância sobre as fábricas de formulação dos pesticidas, de modo a evitar fraudes. O mercado destes produtos é, em grande parte, dominado por empresas multinacionais, que estão mais interessadas em obter lucros chorudos do que servir a agricultura.

● Deverá ser exercida uma fiscalização eficaz sobre a composição química e biológica e os custos de produção das rações para defesa dos criadores de gado. Deverá ter-se em atenção que a indústria de rações está nas mãos ou de multinacionais ou de poderosas organizações capitalistas. Seria desejável que esta indústria passasse para a produção nacionalizada.

● A importação de tractores autorizada para todas as marcas, e em que se gasta anualmente cerca de um milhão de contos, deverá ser substituída por:

a) Importação de 2 ou 3 marcas seleccionadas, entre as que ofereçam maiores garantias de qualidade, assistência e características adequadas à agricultura portuguesa. A importação deveria passar a ser feita por um organismo estatal de comércio externo.

b) Montagem de tractores no País, de diversos modelos, que correspondam às exigências que deles se esperam.

c) Deverão ser criados parques de máquinas administrados pelo Estado.

● O comércio de sementes tem sido uma actividade especulativa que oferece à agricultura produtos caros e nem sempre de boa qualidade. Como as boas sementes têm uma importância fundamental no rendimento das culturas, este sector precisa de ser regulamentado de forma a defender os agricultores das manobras dos intermediários. O Governo deverá reorganizar a produção de sementes visando a obtenção de produtos de alta qualidade.

PONTO 5 — Criação do Ministério da Agricultura ao serviço dos pequenos e médios produtores

— Na Conferência de Camponeses realizada no Porto, em 29 de Dezembro de 1974 foram aprovadas conclusões depois de ampla discussão sobre os serviços de apoio à agricultura.

— Considera-se que as conclusões aprovadas na I Conferência são justas e que a criação de um ministério próprio favoreceria a mais rápida solução dos problemas mais prementes e imediata da agricultura portuguesa.

— Considera-se que manter integrado o sector agrário num Ministério da Economia significará, como tem acontecido até agora, o menosprezo dos interesses dos agricultores relativamente aos interesses da indústria e do comércio.

Assim:

● Deve ser criado um Ministério da Agricultura ou Ministério da Agricultura e Alimentação, de acordo com a tradição administrativa portuguesa, que só foi quebrada pelo fascismo.

● Este ministério deverá ser organizado de acordo com as três funções principais que deve desempenhar ou apoiar: a **comercialização** dos produtos necessários à agricultura e dos produtos agrícolas; a **produção** agrícola, pecuária e silvícola, e a **investigação** agrária. Deverá ainda ter-se em conta que o apoio às cooperativas deverá justificar um departamento autónomo no Ministério da Agricultura.

PONTO 6 — Casas do Povo

● As Casas do Povo constituíram um instrumento de «contrôle» social e político das populações rurais ao serviço do regime autoritário de Salazar e Caetano.

● É urgente e imperioso o saneamento das Casas do Povo. É preciso pôr à frente das Casas do Povo das freguesias onde o domínio social e político dos caciques locais é mais forte, comissões administrativas capazes de mostrarem na prática que as Casas do Povo têm de ser administradas pelo povo em seu exclusivo benefício.

● Promover inquéritos a todos os dirigentes e funcionários das Casas do Povo que não tenham desempenhado com honestidade as suas funções.

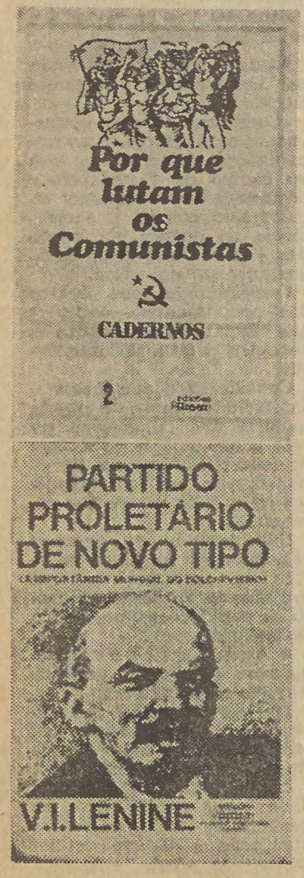
● A escolha de elementos para as comissões administrativas das Casas do Povo, deve ser feita com a participação dos partidos políticos, das câmaras municipais, associações ou ligas de camponeses onde elas existam, e delegados do Ministério do Trabalho, onde já estejam saneados, com homologação posterior pelo Governo Civil do distrito. Devem ser excluídos todos aqueles que pertenceram às antigas direcções fascistas das Casas do Povo ou das juntas de freguesia.

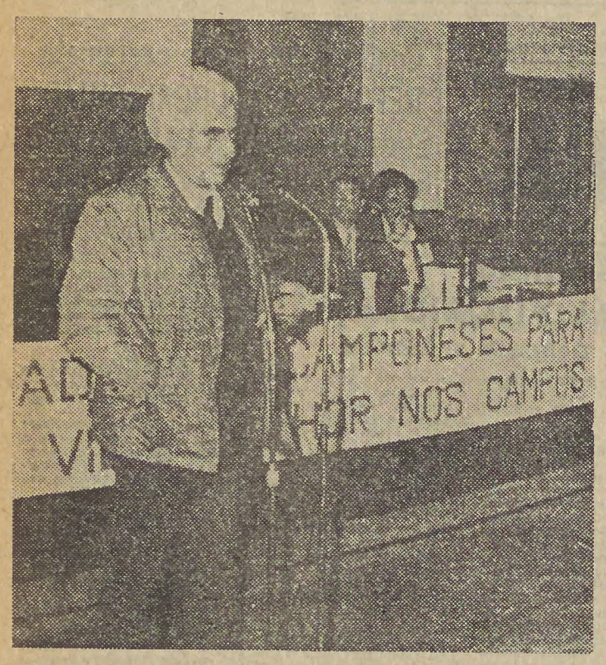
● As Casas do Povo deverão constituir centros de apoio a todas as iniciativas culturais.

● As funções de Previdência ou de segurança social devem transitar para as caixas distritais de Previdência.

● As Casas do Povo devem ser dotadas de um estatuto que deve obedecer a princípios básicos definidos por lei mas que poderão admitir variantes regionais, de acordo com a vontade da população e com as características do meio.

● Concessão do abono de família aos pequenos proprietários agrícolas que trabalham as suas terras desde que equiparados a sócios efectivos.





CONFERÊNCIA DE CAMPONESES DO NORTE

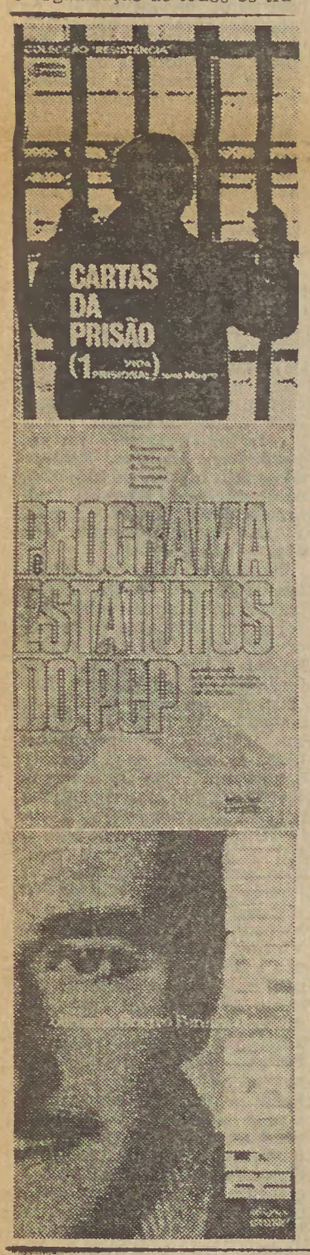
(CONT. DA PÁG. 6)

ção dos Serviços do Estado respeitantes à agricultura.

Para o apuramento destes problemas, já muito se avançara na I Conferência. Ela foi um marco na história das movimentações de camponeses do Norte e até mesmo do País.

Os resultados obtidos, as reuniões realizadas até à Conferência, colocam aos pequenos e médios agricultores a necessidade de se organizarem de uma forma permanente. A consciência de que só Associações de Pequenos e Médios agricultores poderão representar de uma forma estável e duradoura a unidade e organização de todos os trabalhadores da terra pequenos e médios proprietários, estava bem presente e ficou bem definida que pelo enorme número de agricultores que encheram o anfiteatro onde se realizou a discussão deste tema, quer ainda pelas opiniões expressas pelas muitas pessoas com quem dialogámos.

As armas para uma luta tenaz e consequente a levar a cabo pelos pequenos e médios agricultores são a sua organização económica, as Cooperativas e suas Uniões e a sua organização de classe, as Associações de Pequenos e Médios Agricultores e suas Ligas — esta a tónica geral de muitas das intervencões feitas.



O plenário de encerramento

Terminadas as reuniões por grupos, às 19 e 30, teve lugar um plenário de encerramento, onde, depois de lidas e aprovadas por aclamação todas as conclusões, falaram António Bica, Álvaro Cunhal e Margarida Tengarrinha.

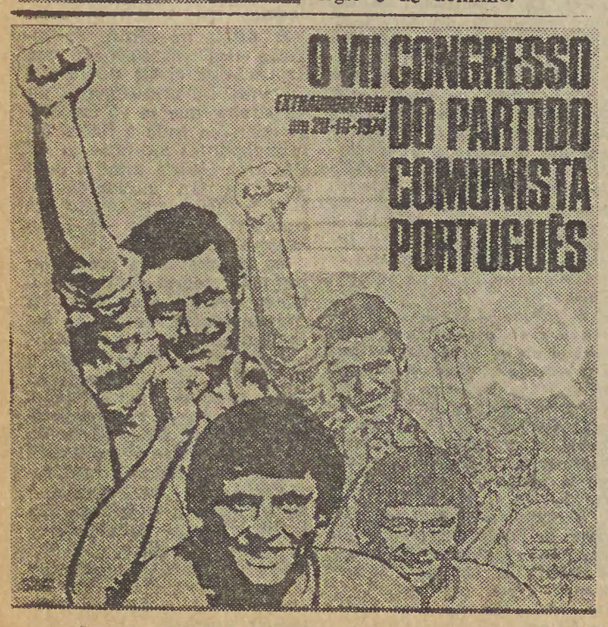
Depois de fazer uma análise do modo como decorreram os trabalhos e da importância desta Conferência, António Bica disse a dado ponto:

— Tem-se dito que o Partido Comunista vai pôr todos os camponeses na miséria, que lhes vai tirar as terras, e pô-los a comer por ração.

Pois, a essas vozes caluniosas o nosso Partido contrapõe os factos: organiza os agricultores para dizerem quais são os seus interesses e para os defender. O nosso Partido é o Partido de todos os trabalhadores. E os agricultores são trabalhadores. Por isso, o Partido Comunista está ao seu lado, como sempre esteve, na luta por uma vida melhor. O nosso Partido só está contra os exploradores, contra os inimigos de todos os trabalhadores que são os latifundiários e os monopolistas e os seus lacaios fascistas e reaccionarios.

Referindo-se a esta iniciativa, frisou:

— Esta Conferência, como a anterior e todas as muitas conferências e encontros de agricultores e entre trabalhadores deste país é a prova de que o nosso Partido é o Partido de todos os homens e mulheres que trabalham e vivem do seu trabalho. E a prova de que não é o Partido dos que vivem da exploração do trabalho dos outros. E é porque está empenhado nesta grande luta dos que trabalham contra os exploradores que o nosso Partido é algo dos mais cerrados e encarniçados ataques lançados pelos reaccionários e fascistas para manterem situações de privilégio e de domínio.



«A REFORMA AGRÁRIA ESTÁ NA ORDEM DO DIA» —afirmou Álvaro Cunhal no Porto

Discurso de abertura

Camaradas e amigos:

Estava marcada esta conferência para as 9 horas e 30 minutos, estamos um pouco em atraso, é necessário irmos ao trabalho, mas entretanto não queria deixar de vos dizer algumas palavras.

Passou apenas mês e meio desde a realização da I Conferência de Camponeses do Norte. Houve quem nesse momento dissesse que a iniciativa morreria ali. Mas o que se viu é que essa iniciativa não morreu, que depois da I Conferência houve novas reuniões de camponeses de várias regiões, que foi alargada a discussão sobre os problemas que tinham sido discutidos na I Conferência, que foi aprofundado o exame, que foram melhor definidos os problemas que interessam os pequenos e médios agricultores, e os seus objectivos. Estamos agora aqui na II Conferência para prosseguirmos os trabalhos, para conseguirmos definir melhor ainda quais os problemas de interesse dos pequenos e médios agricultores e para encontrarmos soluções para esses problemas.

Permiti, pois, que transmita à II Conferência de Camponeses do Norte, as fraternais saudações do Comité Central do Partido Comunista Português, desejando os melhores resultados para os trabalhos desta Conferência. Permiti, também, que por vosso intermédio, ou seja, por intermédio dos participantes à II Conferência de Camponeses do Norte, saúde todos os camponeses desta vasta região, desejando que, no mais breve espaço de tempo, consigam a satisfação das suas justas reivindicações.

Sabeis bem, que em muitos lados se faz uma grande campanha contra o PCP e que alguns procuram apresentá-lo como uma força política que tem objectivos contrários aos interesses dos camponeses. Há quem utilize uma grande parte do seu tempo a atacar o PC e a querer apresentá-lo perante os camponeses não como um amigo mas como um inimigo. Nós, os comunistas, preferimos empregar uma boa parte do nosso tempo a ver com os pequenos e médios agricultores quais são os seus pproblemas e a procurarmos com eles quais são as soluções para esses problemas.

O momento é bom para esta II Conferência, porque estamos a caminho de resolver alguns problemas que mais afectam os interesses dos pequenos e médios agricultores.

Esta conferência será uma contribuição muito grande para que se possa avançar. Não se trata só de escrever papéis, mas de se conseguirem de facto respostas e medidas do Governo a alguns dos problemas que mais afectam os pequenos e médios agricultores, que afectam os camponeses do Norte.

Portanto, queridos amigos e camaradas, é altura de irmos ao trabalho. Há Comissões de Trabalho e logo à tarde haverá certamente mais alguma coisa a dizer em correspondência com os resultados desta conferência.

A todos, enfim, muitas felicidades, bons votos para que os trabalhos se realizem no melhor ambiente democrático, em que todos possam dizer a sua opinião. Não perguntamos a ninguém o que pensa sobre política, perguntamos aos camponeses quais são os seus interesses, qual é a sua opinião. Aqui nesta Conferência tem opinião igualmente respeitada qualquer participante, seja comunista ou não seja comunista. O que interessa é o que ele pensa dos seus problemas, o que pensa dos problemas dos pequenos e médios agricultores e que soluções propõe. Todas as vezes são bem-vindas, todas as opiniões são bem-vindas, para chegarmos a conclusões comuns e podermos assim com maior eficiência defender os interesses dos pequenos e médios agricultores desta vasta região do País.

Chamaram-me agora a atenção e perguntaram-me o seguinte: o que é que tem feito o Governo? Realmente procura-se saber o que é que o Governo tem feito para responder aos problemas colocados pelos pequenos e médios agricultores. Eu quero dizer, que alguma coisa tem feito e que há algumas medidas que dentro de muito poucos dias serão anunciadas, que respondem a muitos dos objectivos avançados pela I Conferência e na reuniões ulteriores dos pequenos e médios agricultores.

No que respeita ao arrendamento, mesmo no que respeita a preços, há coisas que estão praticamente resolvidas e que vão ao encontro favorável das reclamações dos pequenos e médios agricultores. Naturalmente não me cabe a mim antes do anúncio oficial destas medidas, dizê-las nesta Conferência, mas entretanto, logo à tarde, poderei referir, em termos gerais, alguns dos aspectos que já foram considerados e que terão dentro de um curto espaço de tempo uma resposta bastante favorável e que respondem aos objectivos definidos na I Conferência e noutras reuniões de pequenos e médios agricultores.

Embora seja muito difícil resolver de uma vez todos os complexos problemas que afectam os camponeses, o que é certo é que creio que vamos em bom caminho. Pode haver respostas muito favoráveis e a curto prazo a alguns dos problemas mais angustiantes dos pequenos e médios agricultores. Por exemplo, no que respeita ao arrendamento avançou-se bastante. Muitos daqueles problemas que foram avançados na I Conferência vão ser satisfeitos dentro de dias.

E isto para dizer que podemos trabalhar com confiança, que não estamos a trabalhar apenas para chegarmos a conclusões que depois ficam no papel, mas que há condições no nosso país para que em curto prazo sejam resolvidos alguns, não todos mas alguns, daqueles problemas fundamentais que afectam os pequenos e médios agricultores.

A realização da I Conferência, as reuniões dos agricultores, as suas conclusões, têm sido uma ajuda muito importante e mesmo decisiva, para que o Governo tome as medidas que se impõem.

Sem a luta, sem a organização, sem a intervenção dos camponeses, o Governo não tomaria essas medidas. É necessário, pois, que essa acção se faça sentir, que os camponeses façam ouvir essa opinião sobre os problemas, quais as soluções que propõem e poderemos estar certos que esta é a melhor maneira de conseguirmos que o Governo tome as medidas necessárias para responder aos problemas postos. Portanto, é com confiança que podemos trabalhar debatendo os problemas e definido os objectivos, pois, podemos estar seguros, vamos alcançá-los.

O difícil processo da formação das cooperativas

Muitos dos problemas são particularmente complexos.

Dou como exemplo um objectivo que foi definido praticamente em todas as secções como uma solução importante para os problemas dos pequenos e médios agricultores — as cooperativas.

Não pensemos que as cooperativas se resolvem por um decreto. O processo da formação das cooperativas e do seu desenvolvimento é um processo longo e difícil. Para que uma cooperativa possa viver, necessita em primeiro lugar, de ser constituída na base da decisão inteiramente voluntária daqueles que a constituem. Não pode haver qualquer pressão, não pode haver qualquer obrigação para pertencer a uma cooperativa. Tem de ser a vontade, o desejo livremente expresso dos pequenos e médios agricultores que constituem a cooperativa. Esse princípio da voluntariedade das decisões (de que seja respeitada a vontade de todos, de que haja o direito de sair da cooperativa, como houve a liberdade de entrar nela) deve ser plenamente respeitado para que uma cooperativa possa ser eficiente e possa resolver os problemas dos pequenos e médios agricultores.

Mais ainda, formar uma cooperativa não chega. Numa sociedade capitalista, porque vivemos ainda nela, uma cooperativa para poder sobreviver, para ser eficiente, necessita de créditos, necessita de máquinas, necessita de adubos, necessita de pesticidas, necessita de uma tecnologia, necessita de aumentar as produções unitárias, necessita de mercados, necessita de uma reorganização da própria produção agrícola. Se não fizer isso não poderá resolver as dificuldades que hoje, separados uns dos outros, defrontam os pequenos e médios agricultores.

A formação e o desenvolvimento das cooperativas é todo um processo difícil, demorado, que exige uma grande vontade, uma grande energia, uma luta tenaz, dos próprios pequenos e médios agricultores para conseguirem do Estado, do Governo e de outras entidades aquela ajuda, aquele apoio, aquele auxílio de que necessita a cooperativa para poder desenvolver-se favoravelmente.

Discurso de encerramento

Camaradas e amigos:

Para esta II Conferência, camponeses do Norte vieram de longe, deixaram as suas terras, fizeram-se ao caminho, possivelmente vão deitar-se tarde e levantar-se cedo e pouco dormir. Mas não foi inútil terem vindo porque as conclusões desta Conferência serão sem dúvida uma contribuição positiva para a solução dos problemas que afectam os pequenos e médios agricultores.

As conclusões desta Conferência são a voz da Conferência, de uma Conferência em que foram respeitados os princípios democráticos de discussão, em que tomou a palavra quem quis tomar a palavra, em que foi ouvida a opinião de todos aqueles que quiseram manifestá-la e que cada secção teve em conta a opinião de todos para chegar a conclusões comuns. Isto não quer dizer, naturalmente, que todas as conclusões se possam considerar definitivas. Os problemas são muito complexos, eles envolvem todos os problemas dos pequenos e médios agricultores, os problemas da agricultura nacional, os problemas de toda a nossa economia e mesmo da situação política. As conclusões indicam medidas a curto prazo, ou seja, medidas imediatas outras a médio prazo, ou seja que necessitarão de meses para serem realizadas, e outras mesmo a longo prazo que decerto levarão muitos anos a realizar na sua totalidade.

Seria pois uma profunda ilusão pensarmos que tudo aquilo que aqui se decidiu estará realizado amanhã ou por decreto. É necessário continuar a luta dos camponeses, a sua unidade, a sua organização, para se conseguir que sejam alcançados os objectivos que aqui foram definidos.

Associação livre e numa base voluntária

As conclusões que aqui foram tiradas, no geral, são muito positivas. Se aqui foram tiradas, não é para ficarem no papel. É para que os objectivos dos pequenos e médios agricultores sejam alcançados. E como alcançá-los? Aqui foi referida, tanto nas reuniões parcelares, como nas próprias conclusões a necessidade da organização. Tratou-se das associações dos pequenos e médios agricultores, que também não podem deixar de ser constituídas na base da decisão voluntária dos pequenos e médios agricultores. Quer dizer: aqueles que querem entrar numa associação entram, os que não querem não entram. Não se pode obrigar ninguém a associar-se. Deve ser uma associação inteiramente livre, resultante da vontade dos pequenos e médios agricultores de se associarem. Sendo assim, não se pode resolver por decreto, não se pode resolver por lei, que numa mesma região todos os pequenos e médios agricultores se associem numa só associação. Isto para me referir a um voto, expresso numa das conclusões segundo o qual o decreto sobre as associações dos pequenos e médios agricultores deveria estabelecer o princípio de uma organização única por cada região. O problema da associação dos pequenos e médios agricultores não se pode confundir com o problema da organização sindical: A solução não poderá ser a mesma. Por isso não queria deixar de referir que essa conclusão será de muito difícil aplicação nas condições em que vivemos.

A unidade dos pequenos e médios agricultores tem de estabelecer-se numa base voluntária e forjar-se na medida em que os pequenos e médios agricultores, pela sua própria experiência, vêem que dessa unidade resulta a obtenção daquilo que desejam. Se não se obtivessem resultados concretos de todas estas conferências, da vossa organização e da vossa vontade, daqui a uns meses, se se convocasse uma outra Conferência não viria metade daqueles que aqui estão. É o resultado que dá confiança aos pequenos aos problemas e médios agricultores e que reforça a vontade de manterem e desenvolverem a sua organização. Se no que respeita por exemplo ao arrendamento se passassem os meses sem verem satisfeitas as suas aspirações, se, no que respeita aos preços, nada víssem de positivo, certamente viria o desânimo em relação a todas estas iniciativas, em relação às conferências, em relação às associações e a todo o nosso trabalho e à nossa luta. Uma ideia fundamental que devemos reter, é que a união e associação dos pequenos e médios agricultores é para conseguirem resultados concretos, é para resolverem os seus problemas.

E pode-se perguntar se sim ou não é possível obter esses resultados concretos. Podemos dizer que algumas das aspirações, algumas só (não todas), mas algumas das aspirações, alguns dos objectivos que têm sido definidos pelos pequenos e médios agricultores estão quase a ser alcançados.

O problema do arrendamento

Quero referir-me, por exemplo, ao arrendamento. Lembrai-vos todos que na I Conferência dos Pequenos e Médios Agricultores do Norte, foi reivindicativo que os arrendamentos fossem por escrito e as rendas fossem pagas em dinheiro. O primeiro projecto do Governo previa o arrendamento por escrito e pago em dinheiro mas, apenas para as explorações de mais de 5 hectares.

Certamente, entre os presente haverá muitos que se lembram das discussões que houve acerca desse projecto do Governo e a exigência de que o arrendamento por escrito e a renda paga em dinheiro fossem para as explorações de menos de 5 hectares. Se fosse só para aquelas que têm mais de 5 hectares praticamente deixava de fora os pequenos e médios agricultores de grande parte do país. Pois bem: estou em condições de vos dizer que o decreto que irá ser publicado abrangerá as explorações abaixo de 5 hectares. Quer dizer, que os pequenos e médios agricultores conseguiram fazer ouvir a sua voz.

Tínhamos, também, a questão da renda paga em dinheiro. Nas reuniões de pequenos e médios agricultores, viu-se que a renda devia ser paga em dinheiro, mas que em muitos casos poderia ser difícil em todos os casos pagar em dinheiro e gostavam de ficar com a faculdade de nesses casos poderem pagar em géneros da própria exploração. Também julgo estar em condições de vos dizer, se nada for alterado até ao fim, que ficará no decreto precisamente uma disposição nestes termos. Portanto, também vem ao encontro dos interesses dos pequenos e médios agricultores, e fim, rendeiros.

Devem estar lembrados aqueles que participaram nas discussões do grande interesse que manifestaram os pequenos e médios agricultores para que a cultura fosse decidida pelo rendeiro e não pelo proprietário absentista, que muitas vezes mete o nariz naquilo em que não é chamado e vem dizer, como, por exemplo, foi citado numa reunião de agricultores, que o rendeiro tinha que semear determinado milho amarelo porque a patroa tinha umas galinhas que só comiam aquele milho.

Sabem todos, pela sua própria experiência, que muitas vezes o senhorio quer intervir, e intervém, sem vantagem nenhuma para o rendeiro. Também aí, segundo tudo indica, os rendeiros conseguirão e a curto prazo, a satisfação dessas reivindicações.

Quanto aos prazos do arrendamento (outra questão que foi também amplamente discutida pelos rendeiros) conhecemos as dificuldades para os rendeiros dos prazos curtos. Julgo estar assegurado que o prazo seja longo, acercando-se dos 20 anos o mínimo da prorrogação possível. E talvez possa ser ainda decidido que no caso de haver benfeitorias que transformem o valor da terra arrendada, nesse caso possa o rendeiro prolongar indefinidamente os arrendamentos desde que se esteja interessado nisso.

Isto é para dizer que no que respeita ao arrendamento, a luta dos pequenos e médios agricultores está em vésperas de obter um grande sucesso. A lei do arerndamento, segundo creia, irá satisfazer no essencial as reclamações dos pequenos e médios agricultores nesta matéria.

Também muitas vezes tem havido a reclamação da abolição dos foros e a abolição efectiva das parcerias. Isso praticamente está também adquirido. Mas a esse respeito devemos estar advertidos de que o fim geral em todo o território português das parcerias será um complexo processo. Não se pode de um dia para o outro transformar a parceria num arrendamento pago em dinheiro. Todos sabem, pelas suas regiões e por muitas situações, que essa transformação necessitará tempo. Há situações muito diversas de região para região, e a transformação da parceria em arrendamento e do pagamento em géneros em pagamento em dinheiro, exigirá para se tornar efectiva um certo espaço de tempo.

Os preços e os interesses em jogo

No que respeita aos preços sabemos que há muitas pequenas explorações que estão estranguladas pela situação em que se encontram. Necessitam rapidamente de uma solução para os seus problemas financeiros.

O problema dos preços tem dois aspectos e é visto de uma maneira diferente pelo produtor agrícola e pelo consumidor das cidades. O aumento do preço dos produtos agrícolas, se é um aumento do custo de vida e portanto um agravamento da situação das classes trabalhadoras que não são pequenos e médios agricultores. Quer dizer que o aumento do preço do leite e dos outros produtos sem dúvida que afectam o nível dos trabalhadores, cujo salário não aumenta pelo facto de aumentarem os preços dos produtos agrícolas. Eu não digo isto para negar a legitimidade do aumento dos preços dos produtos agrícolas. É para que também os pequenos e médios agricultores compreendam a situação de outras classes e camadas da população, que não são seus inimigos, são seus amigos, são seus aliados, que são os trabalhadores das fábricas, os trabalhadores dos escritórios, que não são inimigos dos pequenos e médios agricultores, que, pelo contário, são companheiros na luta para o melhoramento geral do nível de vida do nosso povo. Devemos ter em conta os interesses recíprocos destas várias classes e camadas da nossa população. Isto para dizer que se encontra sempre, no exame do aumento dos preços dos produtos agrícolas, a consideração de outro problema: o que isso vai representar para a população em geral que compra no mercado.

Não temos ainda um aparelho de comercialização, nem temos ainda cooperativas. Para podermos aumentar muito os preços dos produtos agrícolas sem que sejam aumentados ao consumidor, teremos de pôr fim a todo um aparelho parasitário que existe entre o produtor e o consumidor e que estamos muito longe de ter liquidado e ter substituído por um aparelho comercial cooperativo que pode ser inclusivamente o aparelho de venda directa no mercado, como aqui foi reclamado pelos pequenos e médios agricultores.

Por exemplo, no que respeita à batata, uma das conclusões da Conferência é que os pequenos e médios agricultores produtores de batata exigem a possibilidade de poderem vender a batata ao consumidor, incluindo no Porto e em Lisboa. Se bem ouvi, assim vem nas conclusões desta Conferência. Mas isto não se resolve em relação a todos os produtos rapidamente. A substituição do pesado e parasitário aparelho comercial que existe entre o produtor e o consumidor não se faz de um dia para o outro. E o aumento dos preços que hoje se verifiquem nos produtos agrícolas vão imediatamente reflectir-se no agravamento das condições de vida de grandes camadas da população portuguesa.

Isto para explicar as razões das dificuldades que têm havido em relação ao aumento dos preços dos produtos agrícolas e também para explicar por vezes que aumentos que possam ser decididos possam não corresponder a tudo aquito quanto desejam os pequenos e médios agricultores. Entretanto, creio que também estaremos em vésperas de uma resposta favorável, ainda que não plenamente satisfatória, à reivindicação dos pequenos e médios agricultores no que respeita ao aumento do preço do leite. Não será uma resposta total, mas certamente contribuirá para a resolução das dificuldades mais graves dos pequenos e médios agricultores produtores de leite no nosso país.

Também aqui se verificou que no que respeita ao gado depois de muitas discussões que mostraram nas diversas secções as apreensões quanto ao depacho que decretou a proibição do abate de gado em determinadas condições. Os pequenos e médios agricultores têm todo o direito de defender os seus interesses e direitos e portanto a moção aprovada na Conferência é justa e, no que me diz respeito, ela será apoiada, como pelos meus camaradas que trabalham nos vários sítios onde podem defender uma tal ideia. Na verdade esse despacho cria situações muito graves aos produtores que têm gado no Norte do país e é necessário encontrar a forma de modificar uma disposição que tem causado bastantes prejuízos e está causando bastantes prejuízos, prejuízos aos pequenos e médios produtores, e de uma maneira geral, à produção de carne.

O mercado interno e o mercado externo

Ainda em relação ao mercado há a dificuldade de colocação no mercado de muitos produtos e muitas vezes se tem falado na possibilidade de exportar esses produtos. A nossa agricultura, no que respeita a produtos agrícolas e florestais em grande parte vive da exportação. É o caso dos vinhos, é o caso de alguns frutos, como da amêndoa, é a questão dos concentrados de tomate. No que respeita aos produtos da floresta temos as madeiras, a cortiça, e as reseinas. Há muitos sectores da agricultura e sivicultura que dependem das exportações. Sabemos bem como os produtores de vinho estão ainda engasgados com a colheita de 1973 que em grande parte está por vender.

Muitas vezes se tem falado nas possibilidades de absorção pelos países socialistas de uma parte desses produtos agrícolas. É uma perspectiva real. Podem na verdade exportar-se para os países socialistas muitos desses produtos. Mas o aparelho para o comércio externo não está preparado para esse novo tipo de exportações. Mas certamente esses mercados vão abrir-se e vão dar largas possibilidades de colocação. Conheceis o que se diz no sentido de diminuir as possibilidades de venda à União Soviética. Se a notícia que acabo de receber não é falsa, só no que respeita a concentrado de tomate há já uma encomenda da União Soviética para efectivar que soma mais de 100 mil contos.

O futuro pode enganar-nos, as coisas podem não corresponder aos nossos desejos, às nossas aspirações e às nossas esperanças mas estou convencido, camaradas e amigos, que também o vinho se venderá, que as amêndoas se venderão, e se alargarão as vendas para os países socialistas, e naturalmente também para a União Soviética.

Ainda em relação às importações e exportações, hoje houve uma discussão de particular interesse quando se falava precisamente nos problemas do mercado para o milho. Houve pequenos e médios agricultores que criticaram grandes importações de milho. O nosso País é deficitário na produção de milho, nós não temos milho suficiente para a forragem, temos que importar milho e muito milho. Problemas como este resolvem-se com medidas de fundo, quer dizer, medidas que representam uma transformação da nossa agricultura. Com rendimentos tão baixos de milho por hectare, não temos uma produção suficiente. Portanto, isso exige o melhoramento de toda a técnica agrícola e todos os processos adoptados para conseguirmos produzir mais milho por hectare, e produzirmos milho de maneira rentável, em terreno em que hoje, na verdade, não pode ser produzido de maneira a dar lucros. Isso significa que necessitamos de uma transformação muito grande.

O mesmo em relação ao leite. O aumento do preço não resolve o problema. Nós continuamos a ter uma produção leiteira na base muitas vezes do proprietário de duas vacas, e mesmo como se diz, até de uma vaca ou de uma vaca e meia. Quer dizer, a média é muito pequena. Portanto, necessita-se de uma reconversão da produção leiteira. Estão encarados, por exemplo, os postos de ordenha mecânica, que podem simplificar e embaratecer a produção e portanto permitir, com maior rendimento, uma venda do leite no mercado. Calcula-se, por exemplo, que 200 ou 300 postos de ordenha mecânica já permitem aos pequenos agricultores produzirem mais e em melhores condições, e portanto terem melhor remuneração. Não é só o Estado que pode resolver esses problemas. O desenvolvimento do cooperativismo é também necessário.

A defesa da democracia é uma questão de vida ou de morte para todos os que trabalham

Não vos quero fatigar muito. Só gostaria ainda em duas palavras de fazer uma referência à situação que atravessamos em Portugal, em que da vida ou da morte da democracia no nosso País podemos dizer que resultará resolverem-se ou não se resolverem os problemas dos pequenos e médios agricultores. Se isto voltasse para trás, se os fascistas voltassem a mandar no nosso país, todo este processo voltaria também para trás, e os pequenos e médios agricultores certamente durante muito tempo não ficariam sequer com mais possibilidade de poderem reunir-se e discutir os seus problemas, de manifestarem livremente as suas opiniões, de disporem, como é o caso de hoje, de edifícios públicos, de terem, se necessário, o apoio e a protecção das Forças Armadas, de discutirem os seus problemas em completa liberdade. Se os fascistas voltassem, impediriam que os pequenos e médios agricultores pudessem defender os seus direitos, pudessem reunir, pudessem associar-se.

O fascismo, o regime reaccionário que durante meio século oprimiu o nosso povo, não era uma coisa que não tivesse suportes, que não tivesse apoios, que não estivesse ao serviço de alguém. Esse aparelho estava ao serviço de alguém, e só por isso é que existia. Era ao serviço dos grandes proprietários, dos grandes capitalistas. Portanto, se voltasse o fascismo para a nossa terra, era para servir os grandes proprietários, os grandes capitalistas, que não deixariam de procurar afogar o pequeno e médio produtor em todas as dificuldades novamente num regime de exploração ainda mais violenta e mais cruel do que antes do 25 de Abril.

Portanto, a defesa e a consolidação de um regime democrático é não apenas uma questão política, em abstracto, mas é também a questão de vida ou de morte para os pequenos e médios agricultores resolverem as suas dificuldades e conseguirem caminhar adiante, até terem uma agricultura próspera, explorações prósperas, que permitam a todos e aos seus filhos um nível de vida bastante superior àquele que hoje têm. Conheceis melhor do que eu as vossas dificuldades, a miséria, as dificuldades para educar os filhos, as casas muitas vezes sem um mínimo de conforto, sem água, sem luz, como em muitas serranias e em muitas regiões do nosso país. Nós queremos transformar toda esta situação, queremos transformar o nosso país, queremos que o nosso país dê na verdade ao nosso povo aquilo que ele não tem desde há séculos. Mas para isso é necessário sabermos defender as liberdades, sabermos defender a democracia no nosso país.

Há forças bastantes para assegurar este processo. Nós temos confiança no povo. Pensamos que ele pode organizar-se e deve organizar-se e que está em condições de defender os seus direitos e as suas aspirações, e assegurar o êxito final da democracia no nosso país. E pensamos também que nas condições em que vivemos, o povo só, por si, não o poderia fazer, necessita também das Forças Armadas, concretamente, necessita do MFA. E eu não quero aqui fazer política mas penso que o nosso povo sente bem que se o MFA neste momento desaparecesse do nosso país ficaria um pouco desamparado perante as ofensivas da reacção e do fascismo. Nós defendemos a aliança do movimento popular com o MFA. Unidos, organizados, confiantes, saibamos defender com firmeza os interesses dos pequenos e médios agricultores, unidos a todas as outras camadas trabalhadoras do nosso povo e marchemos juntos adiante para a consolidação das liberdades, para a construção de um Portugal democrático e independente.

AS MULTINACIONAIS, A SABOTAGEM ECONÓMICA E A LUTA DOS TRABALHADORES NA ITT-RABOR

A ITT — Internacional Telegraph & Telephone — é a mais poderosa multinacional americana em Portugal e nem só. No seu conjunto as empresas industriais «portuguesas» do grupo ITT efectuam vendas anuais superiores a 1 milhão de contos, o que as coloca entre as dez principais sociedades industriais portuguesas.

Fazem parte da ITT, entre nós, a Imprimarte (listas telefónicas e tipografia) a Standard Electrica, a Rabor e a Facel (as três fabricantes de material eléctrico), a Oliva (máquinas de costura), a Avis (aluguer de automóveis sem condutor) e o Hotel Sheraton.

ITT, CIA, Kissinger...

A ITT é uma demonstração exemplar do «estádio supremo do capitalismo». Expoliação dos recursos naturais de países subdesenvolvidos, aproveitamento de mão-de-obra ao preço da chuva, facilidades fiscais e bancárias, garantia de retorno da mais-valia à «pátria-mãe», manipulação de governos-fantoches e fascistas, contra-revolução programada... eis o que os trabalhadores de todo o Mundo sabem das multinacionais. Chile: um modelo de perfeição conspirativa, de sabotagem concertada, de massacre «libertador». ITT, CIA, KISSINGER... a exploração, a poliCIA, a diplomaCIA. Como?

Em Março de 1972 a Imprensa dos Estados Unidos deslindou as ligações entre a ITT e a conspiração contra-revolucionária no Chile, com a CIA e o sorridente Kissinger à mistura... Entre 14 de Setembro de 1970 e 18 de Novembro do mesmo ano trocou-se importante correspondência («PESSOAL CONFIDENCIAL») entre chefes daquelas três «peças» do imperialismo norte-americano. Em 29-9-70, o 1.º vice-presidente da ITT, Gerrity, enviou uma carta ao seu presidente-director-geral em que apresentava sugestões esclarecedoras:

1 — Os bancos não devem renovar os créditos ou, para o fazerem, devem-se fazer muito rogados.

2 — As companhias devem demorar o mais possível para enviar dinheiro, fazer entregas, expedir peças da substituição, etc.

3 — As Caixas de Aforro e de Crédito têm dificuldades. Se se fizesse pressão sobre elas, teriam de fechar as portas, o que criaria assim uma pressão mais forte.

4 — Devemos retirar todo o auxílio técnico e não prometer nenhum para o futuro. As companhias que podem fazê-lo devem fechar as portas...

Bom... e numa carta de 9-10-70 a John McCone, ex-director da CIA, um outro vice-presidente da ITT sugeria ainda mais:

Mais importante ainda, o desemprego maciço e a agitação podem produzir violência para forçar os militares (fascistas) a intervir. O sucesso desta manobra repousa em larga medida sobre a reacção de extrema-esquerda violenta (Castrista-Marxista) no campo de Allende... Mas adiante, que isso é outra história!

Já é conhecido o efeito do 25 de Abril nas esferas do capital monopolista, nacional e estrangeiro. Desalojados, no fundamental, do poder político fascista, os monopólios têm dado tudo por uma sabotagem escura, por uma contra-revolução armada, inclusivamente, que «ponha isto na ordem». As multinacionais, em íntima aliança com a grande burguesia nacional, já deram também o seu «lamiré». Applied Magnetics, Standard Eléctrica, Rabor...

Em Portugal a indústria de material eléctrico está praticamente sob o controlo do capital estrangeiro, nomeadamente da ITT. A Rabor, empresa de motores eléctricos localizada em Ovar, é uma delas.

Trabalhadores denunciam sabotagem

A Rabor é uma empresa que tem ao seu serviço cerca de 550 pessoas, sendo a sua facturação global da ordem dos 120 000 contos, 50 por cento dos quais para o mercado externo e os outros 50 por cento para o mercado nacional.

A ITT-Rabor está ocupada pelos trabalhadores desde o dia 8, estando estes na disposição de garantir a laboração da empresa. Motivo principal: sabotagem económica por parte da administração.

Já muito antes do 25 de Abril a Rabor era uma das empresas do distrito de Aveiro onde a luta dos trabalhadores se desenvolvia com certa frequência. Pouco antes da campanha eleitoral de 1973 houve um despedimento por motivos nitidamente políticos. Atentos, por isso, à defesa dos seus interesses, os trabalhadores mais conscientes e politizados da Rabor cedo se aperceberam da margem de manobra que a ITT tinha após o movimento do 25 de Abril, que o capital monopolista desde a primeira hora tentou travar ou neutralizar. As suspeitas foram-se acumulando e no dia 8 de Fevereiro rebentou a «bomba». Desde há cerca de seis meses que um grupo de trabalhadores se dedicava à vigilância da administração...

Num comunicado de 8-2-74, os trabalhadores dão a conhecer as conclusões a que chegaram e que são as seguintes:

a) Ter sido mal gerida a empresa desde 1968, com consequências prejudiciais para os trabalhadores e para a economia nacional;

b) Existir prática de subfacturação nos produtos de exportação;

c) Ter havido imposição de negócios que à partida se sabia não serem rentáveis para a empresa;

d) Existir sabotagem económica, pois sendo conhecidos os objectivos para a empresa que previa o aumento gradual da facturação que atingiria em 1979, os 10 milhões de dólares (mais ou menos 260 000 contos), logo após o 25 de Abril estes objectivos começam a declinar;

e) Terem sido anulados totalmente os investimentos para 1975;

f) Que na sequência do corte de encomendas há várias dezenas de trabalhadores sem ocupação;

g) Haver falta de dinheiro para levantamento de matérias-primas na Alfândega, com todas as consequências inerentes;

h) Que perante esta situação a ITT não garantiu até hoje qualquer fundo de maneio.

Por isso, foi decidido em plenário:

a) Que se faça a ocupação imediata da empresa, tendo em vista impedir a saída de documentação;

b) Que se impeça a entrada de elementos da administração, até que se verifique a presença dos representantes do Governo;

c) Solicitar ao Governo a intervenção imediata, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 660/74;

d) Dar deste acontecimento a mais ampla divulgação perante o povo português.

Mas tomemos atenção nas palavras dos próprios trabalhadores da comissão de iniciativa, com quem contactámos.

A origem da ocupação está no seguinte: depois do 25 de Abril os trabalhadores começaram-se a aperceber da prática de irregularidades na nossa empresa. Organizaram-se para exercer uma vigilância democrática que lhes permitisse detectar anomalias que fossem ocorrendo. Um grupo de trabalhadores constituiu-se em comissão de iniciativa e preparou um relatório que no dia 29 de Janeiro divulgou no âmbito da empresa. Esse relatório foi aprovado por todo o pessoal e esse mesmo plenário autorizou a comissão de iniciativa a fazer contactos a nível do Governo para denunciar todas as irregularidades apontadas no relatório e comprovadas por documentação recolhida. Tudo isso foi divulgado, portanto, a nível do Governo e dos órgãos da Informação e, na sequência disto, a administração publica um desmentido no jornal O SECULO. É esse desmentido que vem criar condições para se avançar na luta, se ocupar a empresa se dinamizar assim todo o processo de intervenção estatal.

As irregularidades são: subfacturação, corte de investimentos, anulação de encomendas para as empresas associadas da ITT na Europa, falta de liquidez de caixa, trabalhadores desocupados. Fundamentalmente é isto. Sabemos também que a empresa tem um capital de 25 mil contos e neste momento deve cerca de 120 mil contos...

Os credores são os bancos, a banca privada, fornecedores e a própria ITT.

Por outro lado os mercados que a ITT nos oferece subordinam-nos aos interesses particulares desta empresa multinacional no que diz respeito a compra de matérias-primas, sua transformação e circuitos de comercialização, com todas as consequências inerentes às imposições de custos, que visam a transferência da «MAIS-VALIA» para os países onde podem ser obtidas melhores vantagens económicas.

Objectivo imediato: aplicação do Decreto 660/74

Perante tudo isto e até este momento, que diligências foram feitas no sentido de resolver a situação da empresa? Disse-nos um elemento da comissão de iniciativa dos trabalhadores:

— Pedimos a intervenção do Estado, ao abrigo do Decreto n.º 660/74. Pedimos a intervenção a nível de primeiro-ministro, ministros sem pasta Melo Antunes, Vítor Alves, Álvaro Cunhal, ministro do Trabalho, Ministério da Economia, Secretaria de Estado do Orçamento, Secretaria de Estado da Indústria, Forças Armadas...

— Os trabalhadores pretendem a nacionalização da empresa?

— O nosso objectivo a curto prazo é a aplicação do Decreto n.º 660/74, a médio prazo a nacionalização da empresa e a longo prazo a sua socialização.

Na possibilidade de uma intervenção do Estado na administração da empresa, os trabalhadores estão dispostos a participar nela?

— Os trabalhadores exigem participar nessa administração, a todos os níveis.

— A partir deste vosso processo de luta, que pensam da penetração do capital estrangeiro e das multinacionais no nosso país?

— Podemos pôr a questão noutros termos: como é que pensamos impedir que as multinacionais levem o dinheiro daqui para fora... Que nós saibamos, a ITT nunca trouxe para cá um dólar: a ITT intervém na nossa economia com empréstimos da nossa banca. Monta negócios, começa a exportar mais-valia sem investir... Eles têm um processo de intervenção que é político. Gozam de determinadas posições políticas que lhes permite intervir. E gozam da liberdade de iniciativa privada que lhes permite montar negócios que não implicam propriamente trazer dinheiro e fazer investimentos. Eles recorrem aos empréstimos da nossa banca, as empresas que eles montam pagam juros à banca e eles, entretanto, através da exportação — porque as multinacionais todas elas se dedicam à produção de artigos de exportação — transferem a mais-valia para o estrangeiro.

Organização dos trabalhadores na empresa e condições de trabalho

Aproveitámos a reunião da comissão de iniciativa para saber do comportamento da administração em relação aos contratos colectivos e da organização dos trabalhadores na empresa.

— A administração estava a cumprir os contratos colectivos?

— No que diz respeito a tabelas salariais sim. Quanto, por exemplo, a segurança não estavam a fazer absolutamente nada. A lei prevê a existência de uma comissão de segurança, que aqui não existe.

— E quais são os sectores sindicais na empresa?

— São muitos. Temos 13 sindicatos, sendo os electricistas e os metalúrgicos os mais influentes. Ainda quanto ao contrato colectivo, nós temos um esquema vertical de contratação que é o do Contrato dos Fabricantes de Material Eléctrico.

— De um modo geral como é que são as condições de trabalho na fábrica?

— Do ponto de vista de segurança as condições estão bastante más, são mesmo péssimas. Há sectores de trabalho muito perigosos onde nunca se investiu sequer um escudo. A consequência desta realidade é que há vários mutilados aqui nesta empresa. Do ponto de vista de higiene e instalações sanitárias, actualmente as condições não são más. Mas a empresa, por exemplo, não dispõe de uma cantina, o que cria muitos problemas ao pessoal de mais longe. Do ponto de vista de relações humanas, pois existiu sempre um clima de repressão... Antes do 25 de Abril houve um despedimento por motivos políticos.

— Esta comissão de iniciativa que elaborou o relatório é uma comissão «ad hoc» ou é para funcionar permanentemente no futuro?

— Os trabalhadores é que o dirão. Contudo, parece-nos que logo que as comissões sindicais estejam absolutamente definidas no âmbito da lei elas serão a via correcta para os trabalhadores. Não terá razão de ser este tipo de comissões.

— Quais as funções que atribuem a uma comissão de trabalhadores de empresa?

— Parece-nos que uma comissão de trabalhadores, sindical ou de qualquer outra índole, se deve preocupar sempre com aspectos de trabalho, aspectos sociais, culturais e políticos. Sobre iniciativas culturais na Rabor, já temos uma que é o Jornal de Parede. Um grupo de trabalhadores interessou-se, organizou e mantém vivo um jornal de parede, que vai já no seu sexto número. Esse mesmo grupo de trabalhadores tem também nos seus planos a criação de uma associação recreativa e cultural para os trabalhadores da empresa.

Contra os monopólios e o imperialismo

A luta da RABOR tem sido bastante apoiada pela organização do Partido Comunista Português. Em muitas paredes das instalações vimos cartazes do PCP e o «slogan» UNIDOS VENCEREMOS. Desenhos humorísticos desmascaravam os traidores da classe operária... Um jornal de parede informava sobre a luta da empresa e, em geral, sobre a luta de todos os trabalhadores. Apercebemo-nos do peso da organização dos trabalhadores na eventual resolução do conflito.

— Vocês confiam que o problema irá ser resolvido?

— Nós confiamos e estamos convencidos que se o problema não viesse a ser resolvido não valia a pena lutar, que não valia a pena ter-se feito o 25 de Abril. O 25 de Abril fez-se para permitir resolver estes problemas! Se o Estado não andasse para a frente, isso quer dizer que o Estado não está atento nem vinculado aos interesses das massas e do povo trabalhador. Se se vincular entre o Estado e o povo trabalhador, que se tem mantido até este momento desde o 25 de Abril, deixasse de existir, nessa altura...

— Querem acrescentar alguma coisa ao que já foi dito?

— Talvez... Que a nossa luta se insere em todo aquele contexto da luta a travar contra o poder dos monopólios, poder esse que entendemos ser fundamental destruir para o avanço da democracia no nosso país.

EXIJAMOS A GARANTIA DE EMPREGO

A luta contra os despedimentos continua a mobilizar os trabalhadores. Com o apoio dos sindicatos e o recurso ao apoio técnico dos serviços do Ministério e da Secretaria de Estado do Trabalho, têm sido evitados numerosos despedimentos, têm-se gorado ameaças de encerramento e de diminuição de horas normais de serviço, falências fraudulentas e outras formas de ludibriar os trabalhadores e de os atingir no seu elementar direito ao trabalho.

São frequentes os pedidos de peritagem e de sindicância a empresas que alegam incapacidade financeira para justificar despedimentos ou recusar aumento de encargos com o pessoal. Frequentemente, surgem casos como o da EDIFER (empresa de construção civil da Venda Nova, Amadora, com mais de 1600 trabalhadores) que ameaçam com despedimentos mal se avizinha uma proposta de aumento de salários. Recentemente, nesta firma houve uma paralisação contra uma ameaça desse tipo, acabando a administração por concordar em submeter-se a uma peritagem, depois de uma reunião com os representantes dos trabalhadores e do Sindicato, no Ministério do Trabalho.

Falamos neste caso por ser um dos mais recentes. Mas há vários como este, em empresas de maior e menor dimensão, que têm levado os trabalhadores, juntamente com as suas comissões eleitas e com os sindicatos verdadeiramente representativos, a impor, por vários meios, as suas condições ao patronato, exigindo o cumprimento dos contratos quando proíbem os despedimentos sem justa causa e recorrendo aos departamentos governamentais, nomeadamente aos Ministérios do Trabalho e da Economia, sempre que se verificam alegações de incapacidade financeira, que vulgarmente escondem a ganância do lucro desmedido, a incúria na gestão ou a recusa dos proprietários em investir, desviando os lucros para outras actividades ou, muito simplesmente, para os cofres pessoais.

ANO 42 — SÉRIE VI — N.º 439 — MARÇO DE 1972 PREÇO: 1$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Contra o fascismo caetanista
REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO E A ACTIVIDADE CLANDESTINA
INTENSIFICAR A ACÇÃO LEGAL

Na ampla troca de ideias com os camaradas da RPL, que esta transmitiu sob a forma de entrevista, a 29 de Janeiro, afirmou o Secretário Geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal:

«... o governo tem medo. Sim, tem medo. Tem medo do povo. Tem medo da luta popular. Tem medo que o povo continue a voltar contra ele a sua própria demagogia».

E noutro passo

«... O regresso ostensivo aos métodos salazaristas expressa o fracasso da demagogia liberalizante».

Os fascistas encarregaram-se de dar uma nítida ilustração a estas palavras através da conferência da ANP (28 e 29 de Fevereiro) e do longo discurso que M. Caetano aí pronunciou.

A «ameaça» de dissolução social» é na boca de M. Caetano, a expressão que traduz o pavor dos fascistas ante o desenvolvimento da luta popular

E em que consiste o «dissolução social»?

É a luta e o movimento sindical, a que ele chama o perigo dos sindicatos fascistas se transformarem em «instrumentos re-

Na Grundig
GREVE TOTAL VITORIOSA
2.700 operários ocupam a fábrica

Não se contentando com os lucros chorudos obtidos em Portugal à custa do baixo preço da mão-de-obra portuguesa (6 vezes mais barata que na Alemanha), os exploradores da **Grundig** descobriram um processo fácil de tornar ainda mais rendosa a super-exploração dos trabalhadores portugueses: transferir a seu belo prazer os trabalhadores de Sindicato para Sindicato, numa corrida aos Contratos Colectivos de trabalho menos favoráveis aos trabalhadores.

Assim, logo que foi aprovado o C. C. T. dos electricistas, para se esquivarem a satisfazer as novas regalias conquistadas pelos trabalhadores, apressaram-se a transferir a maioria do pessoal para o Sindicato dos metalúrgicos; agora que foi aprovado o C. C. T. dos metalúrgicos, mais vantajoso para os trabalhadores relativamente ao dos electricistas, os senhores da Grundig não estiveram com meias medidas e ensaiaram a manobra inversa. Era a exploração imperialista em pleno regabofe.

Era nestes termos que o «Avante!» n.º 439, de Março de 1972, abria um extenso artigo em que fazia um levantamento do que foi a justa greve dos trabalhadores da Grundig, fez há dias 3 anos. Para a recordar, para tirar dela os obrigatórios ensinamentos, para recordar a forma como foi conduzida a luta e como a repressão se abateu sobre os trabalhadores, o «Avante!» teve um encontro com quatro antigos grevistas: Manuel Macedo, Francisco Sousa Louro, Alfredo Cardoso e António Silvério.

É o Manuel Macedo quem tem mais presente tudo, dado que no momento era dirigente no Sindicato dos Metalúrgicos.

A luta dos trabalhadores da Grundig — explica-nos — não começa nesta altura. A consciência da importância da unidade começa com uma paralisação, em Maio de 71, exploração imperialista em Portugal, de que a Grundig é apenas um exemplo, é denunciada.

O director alemão da Grundig manobra para protelar o problema até Março. Mas a posição dos trabalhadores mantém-se inabalável.

Numa clara manobra de intimidação e divisão, a direcção da fábrica propõe que as negociações prossigam apenas com a Comissão dos Trabalhadores. Porém, a unidade dos trabalhadores não sofre brecha. A Comissão não se deixou comprar pelo patronato.

No segundo dia de greve total com ocupação da fábrica, a polícia invade-a violentamente, fecha as portas para impedir o contacto entre os trabalhadores das diversas secções. Com interrogatórios conduzidos por agentes da PIDE que tinham montado o seu «quartel» na cantina, com ameaças, empurrões, a Polícia procura obrigá-los a retomar o trabalho. Os trabalhadores mantêm-se firmes. Vivem-se momentos de tensão e de agitação. Há quatro operárias que desmaiam. Perante os gritos, os trabalhadores, armados com ferros, ameaçam voltar-se contra a Polícia. Esta é obrigada a recuar.

A par disto trabalhadores de outras empresas da cidade acolhem com entusiasmo a notícia da greve. Os trabalhadores da Fábrica dos Sarotos estavam na firme disposição de levarem a cabo, no dia 17, uma greve de solidariedade.

É então, na altura da invasão das instalações pela Polícia, que chega um director vindo expressamente da Alemanha, que se vê forçado a ceder em toda a linha. Os trabalhadores alcançavam assim uma vitória total, a qual se cifra em aumentos de 40% a 70%, com efeito retroactivo a partir de 1 de Janeiro desse ano.

Ao levantarem a greve, no meio da alegria geral, os valentes operários da Grundig tinham razões de sobra para isso — frisa o «Avante!», a terminar. — **Com efeito, a sua vitória não se resume ao justo aumento conquistado. Pondo à prova as inesgotáveis energias combativas da classe operária, o seu exemplo de luta contra a exploração, rico de ensinamentos, é por si só uma vitória de que justamente os trabalhadores se podem orgulhar.**

Eis um elucidativo exemplo do que foi a dura luta da classe operária durante a ditadura fascista.

UMA LUTA DE HÁ TRÊS ANOS

RECORDANDO A GREVE VITORIOSA NA GRUNDIG

Não se contentando com os lucros chorudos obtidos em Portugal à custa do baixo preço da mão-de-obra portuguesa (6 vezes mais barata que na Alemanha), os exploradores da Grundig descobriram um processo fácil de tornar ainda mais rendosa a superexploração dos trabalhadores portugueses: transferir, a seu belo-prazer, os trabalhadores de sindicato para sindicato, numa corrida aos Contratos Colectivos de Trabalho menos favoráveis aos trabalhadores.

Assim, logo que foi aprovado o C. C. T. dos electricistas, para se esquivarem a satisfazer as novas regalias conquistadas pelos trabalhadores, apressaram-se a transferir a maioria do pessoal para o Sindicato dos Metalúrgicos; agora que foi aprovado o C. C. T. dos Metalúrgicos, mais vantajoso para os trabalhadores relativamente ao dos Electricistas, os senhores da Grundig não estiveram com meias medidas e ensaiaram a manobra inversa. Era a exploração imperialista em pleno regabofe.

Era nestes termos que o «Avante!» n.º 439, de Março de 1972, abria um extenso artigo em que fazia um levantamento do que foi a justa greve dos trabalhadores da Grundig, fez há dias 3 anos. Para a recordar, para tirar dela os obrigatórios ensinamentos, para recordar a forma como foi conduzida a luta e como a repressão se abateu sobre os trabalhadores, o «Avante!» teve um encontro com quatro antigos grevistas: Manuel Macedo, Francisco Sousa Louro, Alfredo Cardoso e António Silvério.

É o Manuel Macedo quem tem mais presente tudo, dado que no momento era dirigente no Sindicato dos Metalúrgicos.

A luta dos trabalhadores da Grundig — explica-nos — não começa nesta altura. A consciência da importância da unidade começa com uma paralisação, em Maio de 71, das mulheres. Foi aqui que todos viram que se não conseguiria a defesa dos nossos interesses senão lutando. Depois seguiu-se um trabalho diário. Trabalho de discussão e de consciencialização. Recolheram-se muitas assinaturas para a libertação dos presos políticos. Venderam-se materiais.

Assim, os trabalhadores estavam preparados e atentos e a repetição da falcatrua patronal chocou-se com a sua firme disposição de luta com a sua unidade. Em 31 de Janeiro, dia de pagamento de ordenados, há um descontentamento geral; o patronato insiste em pagar a féria segundo as condições do C. C. T. dos Electricistas, teimando, pois, em transferi-los de sindicato. Entretanto — recorda o Manuel Macedo — quando da discussão do novo Contrato Colectivo nós no Sindicato, tínhamos garantido já a sindicalização de todos, para que não houvesse problemas depois.

Os trabalhadores manifestaram o seu descontentamento, exigindo o salário estipulado no Contrato dos Metalúrgicos a que tinham direito. O patronato não os quis ouvir. E os trabalhadores resolveram servir-se da sua melhor arma. Voltando novamente ao «Avante!»: **Na segunda-feira seguinte, ocupando os seus lugares de trabalho, os operários da Grundig, unânimes, davam início à greve, a qual se mantiveram três dias — até à vitória.**

Falham as manobras de intimidação da Polícia e dos patrões. O aparato policial à volta da fábrica torna-se impressionante. Mas os trabalhadores não se deixam intimidar. Na quarta-feira, terceiro dia de greve total com ocupação da fábrica, a Polícia invade-a violentamente, fecha as portas para impedir o contacto entre as diversas secções. Com interrogatórios conduzidos por agentes da PIDE que tinham montado o seu «quartel» na cantina, com ameaças, empurrões, a Polícia procura obrigá-los a retomar o trabalho. Os trabalhadores mantêm-se firmes. Vivem-se momentos de tensão e de agitação. Há quatro operárias que desmaiam. Perante os gritos, os trabalhadores, armados com ferros, ameaçam voltar-se contra a Polícia. Esta é obrigada a recuar.

A par disto trabalhadores de outras empresas da cidade acolhem com entusiasmo a notícia da greve. Os trabalhadores da Fábrica dos Sarotos estavam na firme disposição de levarem a cabo, no dia 17, uma greve de solidariedade.

É então, na altura da invasão das instalações pela Polícia, que chega um director vindo expressamente da Alemanha, que se vê forçado a ceder em toda a linha. Os trabalhadores alcançavam assim uma vitória total, a qual se cifra em aumentos de 40% a 70%, com efeito retroactivo a partir de 1 de Janeiro desse ano.

Ao levantarem a greve, no meio da alegria geral, os valentes operários da Grundig tinham razões de sobra para isso — frisa o «Avante!», a terminar. — **Com efeito, a sua vitória não se resume ao justo aumento conquistado. Pondo à prova as inesgotáveis energias combativas da classe operária, o seu exemplo de luta contra a exploração, rico de ensinamentos, é por si só uma vitória de que justamente os trabalhadores se podem orgulhar.**

Eis um elucidativo exemplo do que foi a dura luta da classe operária durante a ditadura fascista.

TRABALHADORES DA FIAÇÃO DE TOMAR EM LUTA

Ao longo dos meses e «silenciosamente» — desde o 25 de Abril até agora — os administradores da Fábrica de Fiação tentaram levar a empresa à paralisação. Os trabalhadores aperceberam-se das manobras do patronato e, decididamente, entraram em luta. A classe operária e todos os trabalhadores portugueses já não têm dúvidas sobre quem são os seus verdadeiros inimigos.

A luta contra os sabotadores da economia nacional, os latifundiários e os monopolistas, já começou. É uma luta que não terá tréguas até à vitória final. As massas trabalhadoras, dia a dia mais conscientes, tomam nas suas mãos proletárias a defesa dos seus direitos e dos reais interesses do País, defendendo e aumentando a produção, esforçando-se para resolver os problemas das empresas em dificuldades, assegurando o funcionamento de empresas, propondo novos postos de trabalho, afirmando, enfim, inequivocamente, o seu elevado sentido de responsabilidade e demonstrando na acção que a consolidação da democracia só será possível com o trabalho abnegado e a iniciativa criadora do povo trabalhador.

A batalha desencadeada contra o capital monopolista e latifundista é o resultado lógico da necessidade objectiva de resolver a grave crise que afecta a economia nacional. Como disse o camarada Álvaro Cunhal em Évora, são os trabalhadores que, defendendo os seus interesses de classe, defendem a solução dos grandes problemas económicos. Os interesses dos trabalhadores identificam-se com os interesses da nação portuguesa.

O processo desencadeado na Fiação de Tomar partiu da iniciativa de um grupo de 12 elementos que, mais dedididos — e dado o clima de apreensão e insegurança criado na fábrica à medida que os trabalhadores se foram apercebendo das manobras sabotadoras por parte da administração — resolveram entregar no Ministério do Trabalho um relatório detalhado sobre a situação na empresa e pedir a intervenção dos organismos responsáveis.

Com efeito, após o 25 de Abril, os trabalhadores começaram a notar uma mudança radical no comportamento dos administradores, nomeadamente no que se refere ao eng.º Trindade dos Santos que, normalmente, sempre que telefonava para a empresa, queria saber como estava a produção e passou apenas a preocupar-se com o comportamento dos trabalhadores, desinteressando-se completamente da fábrica.

Entretanto, começou a faltar o algodão, havendo mesmo máquinas que tiveram de parar por falta de matéria-prima.

A incerteza do «dia de amanhã» tornou-se preocupação comum.

Sabendo que o eng.º Trindade dos Santos se preparava para abandonar a casa onde morava, dentro da empresa, a comissão de iniciativa composta pelos 12 trabalhadores decide tomar medidas. Assim, na madrugada do passado dia 5, ocupam as instalações da fábrica e começam por informar o turno de serviço sobre a situação da mesma. À medida que vão sendo rendidos, os turnos são informados do que se passa e dão completo apoio à iniciativa, aderindo à luta.

Já em assembleia geral os trabalhadores, depois de discutida a situação da empresa, concluem que a mesma não se pode arrastar por mais tempo e resolvem sanear a administração. De imediato se restabelece contacto com o M. T., agora não só os 12 elementos da comissão de iniciativa mas sim os 814 trabalhadores da Fiação.

A partir desta tomada de posição o processo desenrola-se normalmente — as Forças Armadas são postas ao corrente dos acontecimentos, formam-se piquetes de vigilância, controlam-se os telefones, assegura-se o pleno funcionamento da empresa.

O saneamento dos administradores consuma-se no dia 7, altura em que são informados que devem abandonar as suas residências, que pertencem à fábrica, e que, no exacto momento em que atravessarem os portões de saída, jamais poderiam voltar a entrar na fábrica. Como sublinhou a comissão de trabalhadores ao «Avante!», **é importante frisar bem que os administradores não só não poderão voltar a entrar na fábrica, seja em que circunstâncias for, como também os trabalhadores não admitem que «toquem» em qualquer papel que diga respeito à empresa.**

Segredo inicial porquê?

Poderá parecer estranho, por que razão a «comissão dos 12» que desencadeou o processo actuou inicialmente, digamos, por conta própria, só informando os restantes trabalhadores aquando da ocupação das instalações fabris.

Mas a razão torna-se clara quando a comissão de iniciativa — **agora comissão de trabalhadores representativa** — refere as características da personalidade do administrador mais prepotente, o eng.º Trindade dos Santos. Ele próprio afirmava com frequência que sempre **teve** «o cuidado de que os operários o temessem e não que o respeitassem».

O mesmo administrador teve também o «cuidado» de retirar aos trabalhadores todas as regalias que possuíam, como é o caso do balneário ainda existente mas ao qual mandou retirar a canalização, torneiras e chuveiros; casas de banho e refeitório eram considerados luxos a que os trabalhadores não tinham direito. Basta dizer que na secção de Tecelagem os operários são obrigados a comer na oficina com todo o pó do algodão caindo-lhes em cima e, consequentemente, na comida. **Se fosse só o pó! Outro dia caiu-me uma osga no prato, imagine** — conta uma operária toda coberta de farripas de algodão. **E o cheiro?** — continua ela — **temos de comer mesmo punto das retretes, se isto se admite!**

De assinalar também o barulho ensurdecedor dos teares em trabalho — que nunca param — o que significa que nem durante as horas da refeição os trabalhadores podem ter um momento de descanso e silêncio.

A temperatura ambiente também está longe de se poder considerar satisfatória. Basta dizer que as secções de Bobinadeiras, Armazém de Fio e Casa do Pano são separadas da rua apenas por placas de «platex», por onde o frio, humidade e chuva entram sem que haja qualquer hipótese de os evitar.

Apesar das condições sub-humanas de trabalho os operários não podiam sequer esboçar o mínimo protesto, pois fazer despedimentos era o passatempo preferido do dito administrador — antes do 25 de Abril, claro — que ficava tanto mais contente quanto mais anos de casa tinha o empregado que despedia. Durante o «reinado» do eng.º Trindade dos Santos os despedimentos processavam-se sem justa causa e «por dá cá aquela palha». Para exemplo, é elucidativo referir que o simples facto de ele ver algum trabalhador sair da casa de banho (se assim se lhe pode chamar), era imediatamente despedido, sem sequer permitir que lhe explicassem por que razão o trabalhador não estava no seu lugar de trabalho. **Trabalhar sob chicote era o método considerado ideal.**

Se aliarmos a este clima de repressão algumas considerações que o mesmo indivíduo costumava tecer em relação à situação política pós 25 de Abril — **Desgraçado País, o que estes patifes lhe fizeram.**

Pirem-se, porque se me chateiam muito ponho-os a todos na miséria, porque eu sou a única pessoa cá dentro que não preciso disto para nada, porque tenho uma mulher rica e posso facilmente colocar-me no Brasil (certamente aproveitando-se das suas relações de amizade com Marcelo Caetano, ou ainda de ligações com membros da ex-PIDE, de cujos contactos existem provas) — compreende-se perfeitamente porque se torna necessário, de início, rodear o processo da Fiação dos maiores cuidados, não se fosse «espantar a caça» e ficar de mãos vazias.

Contra a sabotagem a consciência operária

O eng.º Trindade dos Santos era efectivamente um ditador, que resolvia todos os problemas da empresa sem consultar, ou ao menos comunicar, com os restantes administradores. Mais ainda, não permitia que lhe fizessem qualquer reparo à sua maneira de actuar. Quando os assuntos não lhe corriam como ambicionava, tentava, por todos os meios, atirar as culpas para quem o rodeava — declarou a comissão de trabalhadores no decorrer da nossa entrevista, referindo-se em seguida à má gestão realizada pelo mesmo administrador:

— Muito dinheiro foi gasto em obras desnecessárias e de menor prioridade, dinheiro esse que poderia ter sido aplicado na compra de bom equipamento ou ainda na reestruturação do mesmo. Apesar de tudo isto e com as condições humanas existentes, muito de válido poderia ter sido feito, com a ajuda de algodão de boa qualidade, que nunca tivemos, pelo menos para consumo próprio.

No que respeita aos algodões utilizado na produção, jamais foram comprados em função da qualidade, mas sim em função do seu preço de custo, resultando daqui a utilização de uma matéria-prima a maior parte das vezes inadequada, querendo isto dizer que os serviços técnicos nunca tiveram matéria-prima apropriada para os fios que tínhamos necessidade de produzir. Isto levava, por consequência, a entregar-se aos clientes mercadoria sempre diferente da amostra representativa da venda. Logicamente, esta situação originava divergências, discussões e processos entre as duas partes contratantes que eram, muitas vezes, solucionadas por indemnizações de largas centenas de contos e é a causa primordial de perda dos mercados estrangeiros que habitualmente abasteciamos, tais como: Itália, Inglaterra, Dinamarca, Noruega, etc., já não fazendo referência ao cumprimento dos respectivos prazos de entrega que, para o referido senhar, nunca foram considerados. Registe-se ainda que, durante certos e determinados períodos de tempo, a empresa dedicou-se, também, a importar directamente a respectiva matéria-prima, o que poderia ter trazido vantagens enormes (como este senhor afirmou aos trabalhadores e ao MFA que tinha algodão para a Fábrica laborar até fins de 1975) se não fora aquilo que nós consideramos ilógico e prejudicial aos interesses da empresa — ter vendido a melhor qualidade e deixar para consumo a pior.

Consideramos ainda, delicado e muitíssimo grave a atitude na comercialização da respectiva rama de algodão, visando única e exclusivamente o lucro rápido, pondo de parte o abastecimeno certo e prolongado da fábrica, do que resultou o lucro de algumas dezenas de milhares de contos nos anos de 1973 e 1974, contrastando com a actual situação que é de pouca matéria-prima, agravada com os contratos, em tempo devidamente aceites, a preços incompatíveis com a actual situação do mercado.

Esta má administração era ainda agravada pelo comportamento absentista do outro administrador, dr. Fernando Féria, e pela incompetência técnica do director fabril, eng.º Resende Elvas.

Da administração fazia ainda parte outro elemento, o sr. Teodoro das Neves, que não foi saneado pois os trabalhadores depositam nele toda a confiança, continuando na empresa como qualquer outro trabalhador.

A Fábrica de Fiação de Tomar encontra-se a funcionar normalmente. Os trabalhadores não estão interessados em greves ou outras paragens de produção, pois na actual situação isso só beneficiaria os «Trindades» que ainda existem no nosso país. **Queremos a fábrica a trabalhar para assegurar a todos nós o que nos é devido e assim ajudarmos a consolidar a estabilidade democrática em Portugal, que passa inevitavelmetne pela segurança económica de todos os trabalhadores,** afirmação que expressa de forma inequívoca o sentir comum de todos os operários.

A atitude ditatorial e de desinteresse dos administradores respondem os trabalhadores com um elevado sentido das responsabilidades, traduzido na livre iniciativa de transformar o passado domingo dia 9 em dia de trabalho, sem exigirem qualquer pagamento, desejando compensar a paralisação verificada no dia 6.

A sindicância que os trabalhadores da Fiação exigiram já está em curso. É com confiança que aguardam os resultados, trabalhando, agora, com entusiasmo, um sorriso de esperança aberto ao futuro.

OCUPADA A EUROFIL

A NACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA DEFENDIDA PELOS TRABALHADORES

— Não há dúvida de que trabalhamos com mais vontade! — dizia-nos Francisca da Conceição Bexiga, operária da EUROFIL há cerca de cinco anos, quando lhe perguntámos o que pensava da nova situação da fábrica, onde a administração foi afastada e as instalações ocupadas pelos trabalhadores, os quais mantêm uma vigilância permanente.

Antes, aquela operária trabalhara 14 meses numa empresa de produtos eléctricos, em Arruda dos Vinhos, para onde tinha vindo em busca de um futuro melhor depois de dezenas de anos de trabalho rural no Baixo Alentejo, donde é natural. A situação que vive presentemente é absolutamente nova não só para ela, que tem 52 anos, mas também para mais 1600 trabalhadores daquela empresa, que se dedica à transformação de matérias plásticas.

Ocupada a EUROFIL, que pertence ao Grupo Borges & Irmão (Manuel Quina), a situação é absolutamente normal: a produção processa-se sem problemas, certas anomalias foram suprimidas e os operários começam a acreditar que realmente estão a participar num processo que tem directamente a ver com eles próprios.

Um domingo de trabalho

É Carlota de Sá, membro da comissão de trabalhadores, quem nos fala do último domingo, que na sua secção foi um dia de trabalho igual aos outros.

— Apareceu muito trabalho agora, de repente, e é necessário cumprir os prazos que apresentámos aos clientes. Por isso, quando fui informada de que havia uma grande encomenda e que era necessário trabalhar extraordinariamente para ficar pronta no prazo previsto falei com as operárias da secção de acabamentos, a que pertenço, para ver da possibilidade de trabalharem no domingo, explicando, contudo, que deveríamos trabalhar sem qualquer remuneração para que saísse o material e entrasse o dinheiro que tanta falta faz para a manutenção do trabalho na empresa. Quase todas vieram. E o trabalho fez-se, demonstrando a consciência das trabalhadoras.

A este respeito acrescentou Ana Alves Vicente, há cinco anos a trabalhar na EUROFIL, o que não a impediu de manter a sua vivacidade:

— Trabalhei domingo e trabalharei sempre que for necessário e com a melhor boa vontade.

Referindo-se, depois, à luta dos trabalhadores dentro da empresa, acrescentou que quanto mais para a frente melhor para acabar com o capitalismo e que agora se sentia a trabalhar para o conjunto dos trabalhadores.

Também Joaquina Oliveira Gaspar, monitora da secção de acabamentos onde trabalham 60 mulheres em dois turnos diários é da mesma opinião e dá uma panorâmica do ambiente que ali se vive:

— Nesta empresa muita coisa estava mal. É a primeira vez que vivo este momento alegre e feliz da luta dos trabalhadores. Também as operárias estão conscientes e de acordo com as decisões tomadas. Aliás, ouço-as dizer que agora é que podem trabalhar à vontade.

Racionalizar igual a despedir

A luta da EUROFIL não começou agora com a ocupação das instalações e o afastamento da administração. Logo após o 25 de Abril, face à extrema exploração que se verificava (pagavam-se salários de 37$50 às mulheres e admitiam-se constantemente trabalhadores que passado pouco tempo eram substituídos por outros e assim mais facilmente se praticavam os salários de miséria), foi elaborado um caderno reivindicativo, constando de 15 pontos e no qual se previa o aumento salarial dos homens para 6000$00 e das mulheres para 4000$00. O facto do salário pedido para as mulheres ser inferior não resulta de nenhuma segregação, conforme nos explicaram, e apenas surgiu na medida em que cada secção de trabalho da fábrica elaborou o seu caderno reivindicativo e nas secções onde o pessoal feminino era maioritário, verificou-se que os ordenados pedidos rondavam pelos 3500$00, pois consideravam o trabalho dos homens mais pesado e, portanto, deveria ser mais bem pago.

Do caderno reivindicativo final a administração da empresa aprovou apenas 7 pontos e que diziam respeito ao aumento de salários pedido, subsídio de alimentação (que a administração, enganando os trabalhadores, conseguiu incluir no total dos salários), 13.º mês, comparticipação nos lucros (neste ponto a administração não pôs qualquer entrave, pois sabia que a empresa não dava lucros), refeitório, posto médico e pagamento do complemento dos subsídios por doença da Caixa de Previdência (ponto este que a administração aceitou mas nunca cumpriu).

No documento assinado foi incluído um parágrafo pelo patronato que dizia respeito à racionalização dos serviços e que os trabalhadores na sua boa-fé assinaram. Com base nessa racionalização dentro de pouco tempo eram despedidos 17 trabalhadores, dizendo que estavam a «racionalizar os serviços» e se não fosse a intervenção rápida dos operários seguir-se-iam mais 300 que estavam previstos.

Perante esta situação, que sucedeu em Julho do ano passado, e aproveitando uma ocasião em que a administração se encontrava toda dentro da fábrica os trabalhadores fecharam os portões, impedindo assim que os mesmos saíssem sem resolverem primeiro a situação dos despedidos. Alarmados, estes pediram ajuda às Forças Armadas, argumentando que os trabalhadores os queriam matar, o que era manifestamente falso. No entanto, no dia seguinte a solução foi acordada no Ministério do Trabalho, onde decorreram as negociações e durante as quais foi assinado um compromisso por parte da administração readmitindo os trabalhadores despedidos que manteriam as suas regalias e receberiam o vencimento durante o tempo que estiveram afastados compulsivamente. Ficou acordado igualmente que até 30 de Setembro estavam proibidos os despedimentos, comprometendo-se a administração a apresentar o caderno de racionalização dos serviços até essa data, o que não chegou a fazer.

Sabotagem económica: avolumam-se as desconfianças

Paralelamente ao decorrer destes acontecimentos os trabalhadores começam a interrogar-se sobre as intenções da administração, visto que tudo o que era produzido ia para o armazém e não se verificavam vendas dos produtos acabados. A este respeito Carlota de Sá esclarece novamente:

— Antes do 25 de Abril trabalhávamos continuamente, muitas vezes aos domingos, e era só produzir, produzir. Tudo se vendia. Mas naquela altura já vínhamos para a fábrica a maior parte das vezes para picar o cartão de entrada e depois ficávamos na oficina, encostadas às máquinas, sem nada para trabalhar. Não compreendíamos aquela situação.

A reacção violenta da administração perante um panfleto dos trabalhadores em que se perguntava por que não se vendiam os produtos acabados, ainda mais levantou suspeitas que vêm a atingir o máximo quando se verifica um atraso substancial no pagamento do 13.º mês.

Deste modo a comissão de trabalhadores procurou reunir informações, nomeadamente sobre contas-correntes, dados sobre importações e exportações da firma, muitos dos quais fornecidos em colaboração com a Comissão Ad-Hoc dos Trabalhadores do Grupo Borges. E chegam a conclusões interessantes.

Alguns factos

A investigação conjunta dos trabalhadores constatou que entre muitas outras irregularidades a empresa no ano de 1973 estava a comprar matéria-prima ao preço de 1000 dólares por tonelada quando no mercado essa mesma matéria-prima era vendida a 700 dólares. Para onde foi o excedente dos 300 dólares por tonelada (que corresponde a aproximadamente 75 contos) é uma incógnita que os trabalhadores gostariam de ver resolvida. Convém acrescentar que nesse ano a empresa efectuou a maior compra de matéria-prima de sempre, donde uma substancial fuga de divisas.

Por outro lado e através de uma carta do Fundo de Fomento de Exportação vinda de Nova York, constatou-se que em Dezembro passado a administração da EUROFIL se preparava para vender o processo de fabrico aos Estados Unidos, Dinamarca, Inglaterra e Bélgica, precisamente os países que eram os maiores clientes e onde o poder de colocação do produto fabricado é maior. Esta tentativa surge quando a administração mais se queixava da concorrência capitalista, afirmando que a situação seria incomportável de sustentar. Por isso os trabalhadores perguntam qual seria o interesse da administração ao vender o processo de fabrico precisamente aos principais clientes e aventam a hipótese de o patronato querer encerrar a fábrica, garantindo através daquela venda o reembolso do capital.

A ocupação

É no seguimento destas descobertas que no dia 4 de Fevereiro se reúne o plenário da empresa durante o qual a comissão de trabalhadores apresenta todos os dados recolhidos sobre a actividade da administração, ao mesmo tempo que são apresentadas duas propostas. A primeira visa a negociação com a administração, exigindo entre outros pontos a garantia de um «stock» constante de matéria-prima para seis meses e o aumento de capital social de 110 mil contos para 300 mil contos. A segunda propõe a ocupação imediata da firma continuando a laboração. Em relação às duas propostas apresentadas fazem-se ver os prós e os contras. Em relação à segunda chega-se mesmo a dizer que os trabalhadores poderão estar algum tempo sem receber ordenados. No entanto, dos 1400 presentes no plenário apenas 43 pessoas votam a primeira proposta e a fábrica é ocupada.

António Ramos, afinador de teares e membro da comissão de trabalhadores encarregado da informação externa explica-nos quais os objectivos prioritários da luta dos trabalhadores: nacionalização da empresa, com fiscalização por parte dos trabalhadores; processo criminal contra Miguel Quina que seja público para todos os trabalhadores poderem acompanhar; e que seja Miguel Quina a pagar as dívidas aos bancos e não o Estado, por via da nacionalização.

A situação actual

Presentemente existem cerca de 420 mil contos de dívidas de financiamentos de 15 bancos, entre os quais alguns americanos. Os trabalhadores pretendem que quando do processo de nacionalização seja a administração a pagar as dívidas e nunca o Estado, pois isso significava que o dinheiro voltava a sair dos trabalhadores que desde sempre têm sido explorados.

De momento a fábrica continua a sua laboração normal até acabar a matéria-prima e os trabalhadores pretendem saldar as dívidas aos fornecedores (na sua maior parte americanos e italianos) para que eles garantam mais créditos o que significa uma garantia de continuarem a trabalhar. Ao mesmo tempo, estão a tentar encontrar compradores para todo o material fabricado desde o 25 de Abril e que propositadamente a administração deixou de vender, acumulando nos armazéns ou deixando ao ar livre, sujeito a estragar-se e que se não fosse a intervenção dos trabalhadores acondicionando devidamente os materiais, tudo aquilo estaria agora estragado com o irreparável prejuízo que daí adviria. Aliás, comprovando a sabotagem que se estava a verificar basta uma visita aos armazéns onde não é possível acondicionar mais nada.

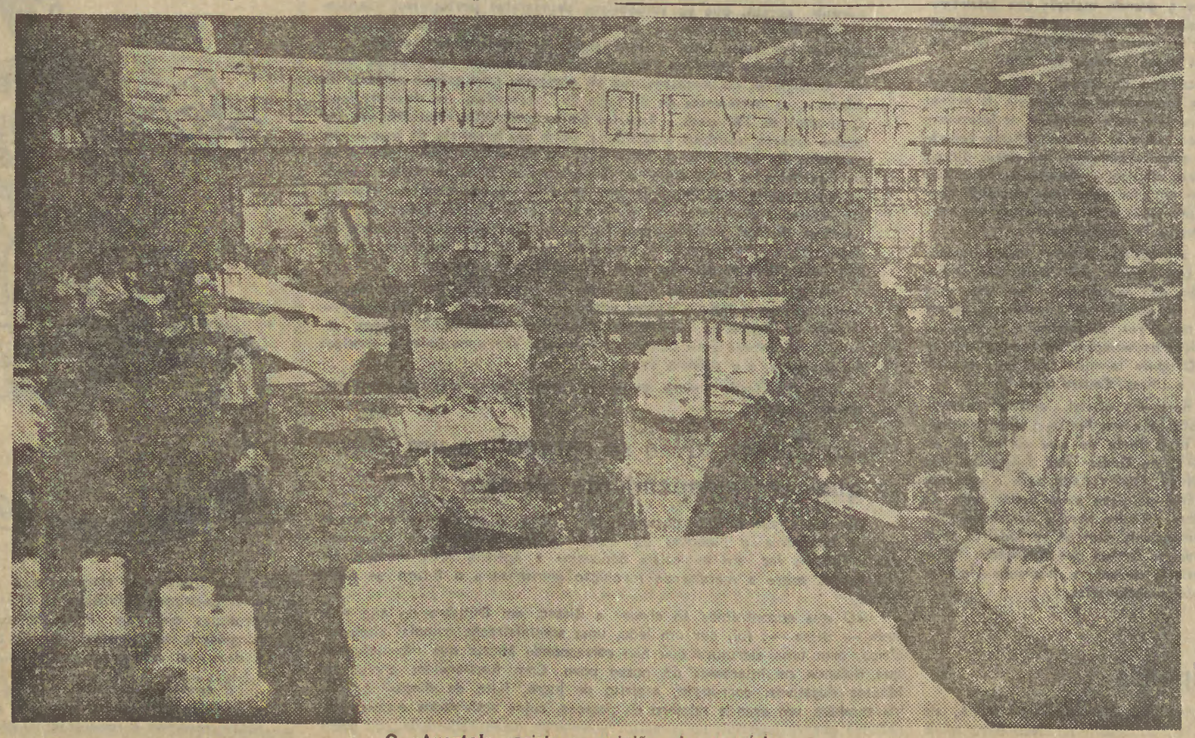
Ultimamente segundo nos informou a comissão de trabalhadores, os financiamentos americanos serviam principalmente para pagar os ordenados. Esclarecem também que apesar da facturação rondar os 25 mil contos mensais, pouco antes do 25 de Abril pagava-se mais em juros e amortizações aos bancos do que em salários. Aliás, a EUROFIL era a principal cliente do Banco Borges & Irmão em divisas estrangeiras, de tal forma que ocupava cerca de 60 por cento do movimento de divisas estrangeiras daquele estabelecimento bancário. Deste modo o banco era o único que lucrava com o funcionamento da firma, pois ganhava de duas maneiras: com a entrada de matérias-primas e com a exportação dos produtos manufacturados.

Salientando a má gestão a comissão de trabalhadores refere que 85 por cento da produção da EUROFIL se destinava ao mercado externo onde tinha grande aceitação. No entanto, se já em fins de 1973 se verificava o inconcebível de os encargos financeiros serem sensivelmente iguais ao preço da matéria-prima utilizada, enquanto a mão-de-obra por ser explorada, representava um mínimo insignificante a partir dessa altura e coincidindo com a crise mundial do petróleo verificou-se uma subida vertiginosa dos encargos financeiros o que veio limitar o poder concorrencial com firmas estrangeiras que para além de terem uma mão-de-obra muito mais bem paga sofreram também o aumento da matéria-prima; simplesmente devido a uma gestão equilibrada não tinham encargos financeiros tão elevados.

A comprovar igualmente a má gestão constata-se a compra de maquinaria, muita da qual nunca chegou a ser utilizada (ou está encaixotada ou então encontra-se na alfândega à espera de ser levantada). Por outro lado aquelas máquinas, mesmo que se quisesse utilizá-las, seria impossível na medida em que foi esquecida toda a infra-estrutura do seu abastecimento.

Depois de terem contactado com o Ministério da Economia e o Ministério do Trabalho e verificado uma situação de impasse a comissão de trabalhadores contactou na sexta-feira passada o ministro Álvaro Cunhal que lhes prometeu o maior apoio ficando assente, como informa um comunicado da comissão de trabalhadores, que seria entregue o envio de documentação mais detalhada assim como um plano executivo do que a empresa necessita para o futuro. No gabinete do Primeiro-Ministro, onde também foram recebidos, foi-lhes solicitado o mesmo. Esta documentação foi entregue na segunda-feira.

Os trabalhadores aguardam agora o desfecho da sua luta, convictos de que a solução terá em conta todos os sacrifícios por que passaram e que já é altura de serem os beneficiados a pagarem pelos erros cometidos.



O «Avante!» regista as opiniões dos operários

O Programa do PCP está à venda nas livrarias e tabacarias

APLICADO O DECRETO 660/74

VITÓRIA SOBRE A SABOTAGEM ECONÓMICA NA SOC. FRANCISCO DOS SANTOS

Uma análise das últimas lutas conduzidas pelos trabalhadores contra as técnicas concertadas e pouco originais de sabotagem económica do capital permite extrair algumas conclusões. Em primeiro lugar, é evidente a crescente força de organização e capacidade de actuação dos trabalhadores. Em segundo, os instrumentos legais ao serviço dos trabalhadores são utilizados por estes com eficácia. Por último o Governo Provisório não tem negado apoio às legítimas aspirações dos trabalhadores quando estas se apresentam com uma firmeza e uma justiça inabaláveis.

Esta também a grande lição a extrair da luta conduzida pelos trabalhadores da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos, Lda. (Sacavém), um dos primeiros casos de aplicação do Decreto-Lei n.º 660/74 (25 de Novembro) segundo o qual **as empresas privadas, individuais ou colectivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País e para a satisfação dos interesses superiores da colectividade nacional poderão ser assistidas pelo Estado na obtenção dos meios financeiros indispensáveis ao seu regular funcionamento e, caso necessário sujeitas a intervenção directa daquele na sua gestão.**

Os trabalhadores respondem ao «lock-out»

A intervenção directa do Estado aprovada em Conselho de Ministros, através da nomeação de administrador por parte do Estado foi provocada por ameaça de despedimento e paralisação da empresa pela entidade patronal.

Ao «lock-out» da entidade patronal, que deixava de braços caídos 600 trabalhadores, responderam estes reabrindo a empresa estabelecendo piquetes que defendessem e conservassem o seu património e contactando com o Governo no sentido de retomarem a laboração.

Com o «lock-out», a entidade patronal não apenas atingia os trabalhadores mas recusava-se à satisfação de compromissos para com inúmeros clientes. Assim paralisaram diversas construções entre as quais uma torre habitada por cerca de 500 pessoas, em Miraflores, que ameaçava desmoronamento por ter sido interrompida a construção de um muro de suporte de betão armado. A Câmara de Oeiras, perante o perigo que ameaçava os habitantes das torres contactada pela Comissão de Trabalhadores da Soc. Joaquim Francisco dos Santos, toma uma posição que estes consideram revolucionária autorizando-os a orientar os trabalhos.

Aqui se iniciou uma nova fase no processo de luta dos trabalhadores, na qual, mercê da sua organização, estes avançam mostrando-se capazes de orientar a laboração da empresa.

Em contacto com elementos da Comissão de Trabalhadores, «Avante!» recolheu depoimentos, cujo conteúdo pedagógico sob as formas de actuação se nos afigura importante exemplo para outros trabalhadores.

«Avante!» — Como foi possível após a decisão da Comissão Administrativa da Câmara de Oeiras, os trabalhadores ultrapassarem os problemas de responsabilidade técnica que se levantam quanto a construções?

Severiano Falcão — É certo que a Comissão de Trabalhadores não estava suficientemente qualificada do ponto de vista técnico. Teria que haver um engenheiro técnico que se prestasse a entrar também na jogada revolucionária que consistia, afinal, em substituir toda a administração com o seu aparelho técnico. Aqui aparece o nosso amigo engenheiro Rogério Grave, o qual faz a declaração de responsabilidade para a Câmara de Oeiras e o trabalho inicia-se. Na TAP, onde as nossas obras estavam paralisadas, conseguimos o mesmo. Assim, quase metade dos trabalhadores começam a ser absorvidos o processo começa a rodar em ritmo acelerado a nosso favor embaraçando a administração que se vê perante trabalhadores que tinham tomado as rédeas da empresa nas mãos.

«Avante!» — A administração fez tudo para boicotar o vosso processo como, aliás, vocês esperaram.

Severiano Falcão — Sim a chefia do anterior aparelho técnico lançou calúnias, afirmando que as obras em andamento estavam a ser feitas de modo irresponsável, que os materiais empregues eram deteriorados. As análises ao betão, quer as feitas por nós, quer as do Laboratório de Engenharia Civil, testemunham a falsidade destes boatos.

A insistência dos trabalhadores junto dos organismos oficiais e a compreensão destes, levou à intervenção do Estado na empresa que se saldou no afastamento da antiga administração e na criação de uma comissão administrativa composta por um delegado do Governo, um delegado da Câmara de Loures e um delegado dos trabalhadores que foi já eleito em plenário.

A comissão administrativa não foi ainda empossada, o que nos primeiros dias causou problemas aos trabalhadores. Porém, o retomar dos trabalhos em Miraflores, na TAP e num hotel de 16 andares e as perspectivas de, brevemente, recomeçarmos mais duas obras, vão resolvendo as questões de absorção da mão-de-obra.

O esclarecimento político, factor de estímulo à produção

«Avante!» — Houve dificuldades relativamente ao pagamento de salários. Qual a reacção dos trabalhadores?

S. F. — Ora aí está. Isso é que é o aspecto mais heróico da luta dos trabalhadores. Desde 3 de Dezembro que a empresa ficou fechada e só nos primeiros dias de Janeiro receberam cerca de mil duzentos e cinquenta contos, o que deu para cerca de 50 % dos salários de Dezembro.

O Ministério do Trabalho tem-nos concedido empréstimos. Já em Fevereiro conseguimos mil contos no mesmo estilo, o que deu cerca de dois mil escudos a cada trabalhador. Qual o aspecto positivo da distribuição deste dinheiro? É que todos os trabalhadores ocupados na sua jornada plena, das oito e meia às seis, foram os primeiros a propor que a distribuição deste dinheiro fosse feita igualmente por todos os trabalhadores, mesmo aqueles que não tinham ocupação. Isto é um aspecto importante.

«Avante!» — A empresa está ligada ao Ministério do Equipamento Social. Como sabem, está em projecto um plano de construção de habitações de carácter social. Na concretização deste plano, empresas como a vossa poderão ter um papel importante. O que pensam a este respeito?

Rogério Grave — A esse respeito posso dizer que se o apoio financeiro que nos foi prometido vier, ficaremos com condições para resolver grande parte do problema da habitação social neste País através de uma remodelação total dos processos de construção.

«Avante!» — Vocês colocam com muita clareza, num comunicado, a hipótese de alguns clientes e fornecedores boicotarem a vossa actividade. Isso tem acontecido em muitos casos em que os trabalhadores intervêm na administração da empresa. A questão que vos ponho é esta: perante um possível boicote por parte de fornecedores e clientes, a empresa tem perspectivas de aguentar-se em actividade garantindo emprego aos trabalhadores?

R. G. — Mesmo sem pensar na aquisição de mais material, só com o equipamento que temos com os quadros actuais (embora num ou noutro ponto tenham de ser reforçados) e com o apoio que o Governo nos garante de quarenta mil contos, ninguém tenha pena de nós. Vamos fazer disto uma empresa rendível. Não tenho dúvidas disso.

S. F. — Vamos encontrar, certamente, reacção por parte de alguns fornecedores e clientes. Este é já um aspecto de natureza política que será tanto mais fácil de dominar e de afastar do caminho quer desta quer doutras empresas na medida em que o processo democrático avançar e naturalmente este tipo de reacções e de sabotagem se vá marginalizando. Estamos também dependentes da situação de toda a indústria em Portugal. Nós não fazemos milagres. Vamos lutar, mas a nossa luta está dependente do êxito da luta das forças democráticas no País.

«Avante!» — A economia nacional debate-se com graves problemas agudizados pela baixa de produtividade provocada por paralisações de trabalho, algumas das quais muito justas. Pensam que a vossa forma de gestão da empresa estimulará os trabalhadores no sentido destes corresponderem ao esforço de reconstrução nacional?

Licínio — Se os trabalhadores foram capazes de aguentar o processo de luta quando o futuro se apresentava incerto, mais agora corresponderão às necessidades que se colocam. Com realismo, tendo em conta a passada luta, posso dizer que a produção aumentará porque os trabalhadores estão dispostos ao trabalho.

S. F. — Por outro lado, nós Comissão de Trabalhadores, realizaremos toda uma actividade cultural que é indispensável à consciencialização dos trabalhadores no seu conjunto. Foi já decidido que dentro de seis meses não haverá na empresa um único analfabeto. Temos já assegurados professores. Sem sessões de esclarecimento e uma actividade cultural de sentido político não creio que a produção aumente muito.

Estamos a sair ainda de um processo de luta que todos vivemos, com o qual estamos entusiasmados. Mas agora vamos iniciar outro. Outros problemas de ordem económica serão levantados pelos trabalhadores, que teremos de resolver. A melhor forma de os resolver num futuro próximo é desde já atacar no plano cultural, de esclarecimento e de alfabetização para os identificar não apenas com problemas económicos da empresa e individuais, mas também com problemas do País. Uma politização que os faça transbordar dos trabalhadores desta empresa para o processo político nacional dando-lhes a consciência capaz de lhes permitir produzir mais.

Regularizaremos ainda situações herdadas do fascismo que é urgente solucionar.

Devemos também deixar claro que as relações humanas na empresa se transformarão radicalmente. Os trabalhadores não consentirão mais que os velhos métodos sejam utilizados. A intervenção dos trabalhadores será uma realidade. Em cada zona de trabalho vamos criar um conselho de zona composto por trabalhadores eleitos, que terão obrigação de «contrôle» e de vigilância dos seus sectores de trabalho. Este conselho reunirá periodicamente para analisar não apenas as relações entre trabalhadores como ainda os aspectos técnicos e de desenvolvimento da própria obra. Inclusivamente reconhece-lhes capacidade de crítica junto do técnico que neste caso não se chamará encarregado para não herdarmos nomenclatura que nos repugna, mas que se chamará monitor ou qualquer outro nome que lhe arranjaremos. Automaticamente os trabalhadores sentir-se-ão responsabilizados por todo o trabalho de crítica e de vigilância.

Este conselho estará ligado por elementos ao Secretariado da Comissão de Trabalhadores. Esta uma forma de os trabalhadores participarem, directamente na empresa. Deste modo, esperamos criar as condições para que o trabalhador experimente possibilidades de realização e trabalhe com alegria.

Unidade, organização, actuação paciente, factores da vitória dos trabalhadores

«Avante!» — A percentagem de trabalhadores cabo-verdianos é de cerca de 25 % na vossa empresa. Qual a sua participação no processo de luta?

S. F. — Os cabo-verdianos são trabalhadores silenciosos mas nem por isso menos actuantes. Os que estão entre nós, colaboraram de tal modo que destacámos o facto no último plenário de trabalhadores. Actuaram de forma consciente e organizados sem se incompatibilizarem em nada com a nossa luta. Por outro lado isto também nos satisfez e satisfaz bastante na medida em que esse aparente silêncio deles se conjugava e se conjugou sempre com as linhas de orientação justas preconizadas pela Comissão de Trabalhadores e seguida pelos restantes trabalhadores.

«Avante!» — A unidade é, aliás, a raiz da vossa vitória, assim como a organização e a actuação pacientemente desencadeada.

S. F. — Nos trabalhadores despertou o sentimento de que participavam na luta geral dos trabalhadores ao lado do Governo Provisório e do Movimento das Forças Armadas e portanto no alargamento e na consolidação de todas as liberdades conquistadas. Compreenderam que o seu sacrifício não era em vão, que as consequências desta luta podiam ser educativas ou deseducativas para os outros trabalhadores. Apelando neste sentido enriquecemos um conteúdo de carácter económico importante com conceitos de honestidade e de patriotismo. Esta foi a raiz da nossa capacidade de mobilização, a raiz da nossa unidade porque se ficarmos apenas pelo problema económico nem aqui nem em parte nenhuma, nem ontem hoje ou amanhã, se conseguirá o que quer que seja. A par disso a preocupação dos elementos da Comissão de Trabalhadores foi de começar, muito atrás e com muito tempo, a prever, na medida do possível, qual seria o desenvolvimento do processo para dispor de armas capazes de na altura lhes responder. Esta é a verdade. Andamos sempre à frente mas cautelosamente, não dando passos que comprometessem num mínimo que fosse o processo. E a verdade é que a luta foi longa. Ora a grande lição a extrair é esta: «Sem um trabalho em profundidade, sem preparação e formação de quadros, não é possível levar por diante seja que tipo de luta for.»

ENCONTRO NACIONAL DOS TABALHADORES-ESTUDANTES

O ENSINO AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

O ensino será tema de debate no I Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes que se realiza no próximo fim-de-semana, em Lisboa, por iniciativa conjunta do MJT e da Intersindical.

O Encontro iniciar-se-á no dia 22, às 15 horas, no Instituto Superior Técnico, com a presença de centenas de delegados — trabalhadores-estudantes, jovens trabalhadores e professores progressistas — das escolas técnicas, liceus, estabelecimentos de ensino particular, fábricas e sindicatos; estarão também presentes representantes do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério do Trabalho, bem como individualidades da vida política portuguesa.

Após a sessão de abertura, os delegados dividir-se-ão pelas diversas secções de trabalho:

1 — Via Única; 2 — Acesso; 3 — Métodos Pedagógicos; 4 — Ensino Profissional; 5 — O Trabalhador-Estudante e a sua Organização nas Escolas; 6 — O Trabalhador-Estudante na Empresa; 7 — O Ensino Particular Nocturno.

Os problemas inerentes aos vários temas serão debatidos durante a tarde e noite de sábado, com base em estudos realizados pelos delegados vindos de todos os pontos do País.

As conclusões finais, a elaborar domingo de manhã, serão apresentadas da parte da tarde no Pavilhão dos Desportos, num comício que será o ponto alto do intenso trabalho que desde Dezembro de 1974 tem vindo a mobilizar milhares de trabalhadores-estudantes e jovens trabalhadores na discussão dos problemas mais sentidos e na definição dos objectivos a atingir, expressão de quantos estão firmemente decididos a lutar por um ensino ao serviço do povo.

O entusiasmo com que o Encontro está a ser preparado de Norte a Sul do País leva a prever que o Pavilhão dos Desportos transbordará de juventude no próximo domingo.

No momento em que o ensino se debate com graves problemas e enquanto as escolas, os liceus, as universidades se encontram prejudicados pela acção daqueles que nem estudam nem querem trabalhar, os trabalhadores-estudantes e os jovens trabalhadores dão o exemplo da verdadeira maturidade política da nossa juventude, do seu elevado espírito de responsabilidade, da riqueza da sua capacidade criadora.

Ao tomar a iniciativa deste Encontro, o MJT reafirma-se como organização de vanguarda da Juventude Trabalhadora e dá um valioso contributo para a concretização de transformações democráticas no ensino, que o coloquem ao serviço do povo e contribuam para o avanço do processo revolucionário em curso no nosso país.

informação

- Portugal e a Bulgária assinaram em Sófia um acordo comercial que prevê o desenvolvimento da cooperação económica, industrial e técnica entre os dois países. «Registamos — declarou na ocasião o secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo — que existe um grande interesse do Governo da Bulgária em colaborar connosco.»

- Carvalho Neto, ex-secretário de Marcelo Caetano, foi preso. Será instaurado contra ele um processo-crime.

- O Grupo Democrático dos Portugueses da Austrália vem desenvolvendo naquele país entre trabalhadores imigrados, um importante trabalho de esclarecimento. O jornal «Tribune», órgão central do Partido Comunista Australiano dedicou duas páginas a uma análise do processo revolucionário português feita pelo camarada Viri Pires.

- O «Diário de Notícias» transcreveu parcialmente o editorial da nossa última edição.

- Por despacho do chefe do Estado Maior-General das Forças Armadas, a comissão «ad hoc» para o 28 de Setembro foi integrada na Direcção Geral de Reclassificação e Saneamento.

- Os incidentes ocorridos no Liceu da Amadora foram provocados por elementos posteriormente identificados como pertencentes a uma organização reaccionária.

- O Partido Popular Democrático, num comunicado distribuído aos órgãos de Informação, manifestou-se contra a atribuição de poderes legislativos à Junta de Salvação Nacional.

- Por determinação do general Carlos Fabião, chefe do Estado-Maior do Exército, foi ordenado um inquérito ao comportamento do coronel Santos Júnior, ex-comandante distrital da PSP do Porto, acusado de ser o responsável da agressão de que foram vítimas os profs. Ruy Luís Gomes e José Morgado e Virgínia Moura, durante o regime fascista deposto.

- O Vaticano e o Governo Provisório Português assinaram um acordo que reconhece aos cônjuges católicos de casamentos realizados em Portugal o direito legal de se divorciarem.

- Treze contentores carregados com 150 000 garrafas de vinho do Porto foram retidos na alfândega francesa de Rião. A medida relaciona-se com a suspeita de utilização de álcool sintético e baixo nível de carbono.

- Encontra-se em Lisboa uma delegação do Ministério do Comércio Externo de Cuba para estabelecer com o Governo Provisório contactos tendentes à intensificação das relações comerciais entre os dois países.

- Durante o 24.º Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana, realizado em Adis Abeba, o secretário-geral da OUA, William Eteki, elogiou Portugal pela coragem e realismo de que vem dando provas ao longo do processo de descolonização e convidou os Estados membros da entidade a rever as suas relações com o Governo Português.

- Na sequência de um inquérito em curso na Secretaria Geral da Presidência do Conselho, foram suspensos por 90 dias o secretário-geral e o chefe da Repartição Administrativa daquele departamento, Diogo Paiva Brandão e José de Oliveira Sena. O inquérito foi ordenado pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves e relaciona-se com a destruição de documentos da Presidência do Conselho, nos dias posteriores ao 25 de Abril.

- Em saudação dirigida aos membros das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, o camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA, defendeu a necessidade de se harmonizar a posição dos três movimentos de libertação no seio do Governo de Transição e exortou todos os militantes do seu partido a prosseguirem o combate contra o inimigo principal do do povo angolano: o imperialismo e os seus agentes.

- A Comissão Pró-UNEP, promotora de uma ampla campanha de solidariedade com a Guiné-Bissau, recebeu dos trabalhadores da TAP, cerca de 100 quilos de material escolar.

- O camarada Vasco Cabral, comissário da Economia da República de Guiné-Bissau, reuniu-se em Lisboa com os membros da Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau. Durante o encontro foi salientado que a jovem República africana tem neste momento uma grande necessidade de medicamentos, sobretudo vitaminas, antiparasitários, derivados de ferro, antibióticos, antipalúdicos, soros e leite. Quaisquer donativos podem ser encaminhados para a sede da Associação, Rua do Loreto, 13-2.º, em Lisboa.

- Encontra-se em Lourenço Marques uma delegação do Partido Comunista Búlgaro, constituída por onze elementos e presidida pelo camarada Vladislav Vidonov, membro da Comissão Executiva do CC.

- A FRELIMO promoveu em Mocuba, na Zambézia, o primeiro plenário que se realiza em Moçambique após a descolonização. Na sua intervenção, o camarada Joaquim Chissano, primeiro-ministro do Governo de Transição, afirmou que Moçambique aceitará a cooperação de qualquer país desde que essa ajuda não implique interferências nos seus assuntos internos e, portanto, ameaças à independência nacional.

- O Governo de Transição de Moçambique persuadiu 1300 trabalhadores das minas de carvão de Moatize a pôr termo a uma greve de 24 horas, pois a paralisação poderia ter efeitos sérios para a economia local, afectando nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica a Tete e o serviço ferroviário entre o Noroeste e a Beira.

- A Direcção-Geral dos Serviços Prisionais Militares informou que um ex-agente da PIDE, Nascimento Martins Baldo, fugiu no dia 8, quando se dirigia a Castelo Branco, acompanhado por um guarda. O pide em questão inventou a «morte da mãe», a fim de obter autorização para assistir ao «funeral». Tem 26 anos, é natural de Quadrazais, concelho do Sabugal, e era egente de 2.ª classe da PIDE desde Novembro de 1973. Pede-se a quem souber do seu paradeiro que informe a DGSPM pelos telefones 32 68 22 e 32 88 75 ou avise as autoridades mais próximas. Estave preso na Penitenciária de Lisboa.

- A Companhia Woodside Burma Oil afirma ter encontrado indícios de petróleo ou gás no primeiro poço marítimo aberto no Sudoeste de Timor. Logo que a notícia foi conhecida na Austrália as acções de Woodside e da Timor Oil registaram uma alta sensível. O interesse da Austrália por Timor e o interesse pelo petróleo timorense dos monopólios petrolíferos operam na Austrália são inseparáveis.

- Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do Mercado Comum, reunidos em Dublin, na Irlanda, debateram as relações da Comunidade Económica Europeia com Portugal. Segundo as agências noticiosas, não foram tomadas decisões.

- Encontram-se abertas até 28 de Fevereiro as inscrições para o Serviço Cívico Estudantil. A inscrição é voluntária e destina-se a todos os candidatos ao ensino superior que tenham completado o 7.º ano liceal.

- A Polícia Judiciária está a investigar a transferência ilegal para o estrangeiro de um milhão e vinte e cinco mil e novecentos contos. É o maior escandaloso caso de sabotagem económica ligada à transferência fraudulenta de dinheiro até agora conhecido.

- Dezenas de escritores portugueses subscreveram um telegrama enviado ao primeiro-ministro da Espanha, Arias Navarro, no qual protestam «contra a prisão de trabalhadores intelectuais e artistas espanhóis na sua justa luta por uma Espanha livre e exigem a sua imediata libertação».

- Todos os empresários agrícolas dos distritos de Santarém, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora e Beja que possuam mais de 10 vacas e (ou) 50 ovelhas, são obrigados a apresentar uma relação do gado na Intendência Pecuária da respectiva área. A acção fiscalizadora visa a evitar a sabotagem económica, pois numerosos agrários têm abatido numerosas fêmeas em claro desafio contra-revolucionário.

- Foi suspensa a utilização no estrangeiro de cartões de crédito emitidos a favor de residentes no Continente e nas Ilhas Adjacentes. A utilização desses cartões era uma arma utilizada pelos sabotadores da economia nacional. Destacados elementos da reacção usavam os cartões para justificar despesas que na realidade não faziam. Um processo fácil de transferir fundos com a cumplicidade de comerciantes estrangeiros, até hoteleiros.

- Foi assinado em Lourenço Marques um acordo entre Portugal e Moçambique para oficializar a atribuição ao Governo de Transição de um subsídio não reembolsável de 500 000 contos.

Um comunicado contra-revolucionário do Conselho Geral da Ordem dos Advogados

A propósito do não cumprimento de algumas leis anteriores e posteriores ao 25 de Abril, o Conselho Geral da Ordem dos Advogados divulgou um comunicado que, pela forma contraditória como nele são abordados certos problemas não corresponde ao objectivo aparente da iniciativa: esclarecer com clareza a posição da Ordem.

Por um lado, o Conselho reconhece que «o direito legislado terá de ser, em significativa medida, reformulado». A lei, lembra-se, nasce para morrer e não para permanecer intocável. O direito, salienta-se, não pode ser arvorado numa teologia do capitalismo. Para construir um país novo, sublinha-se, há que criar um direito novo.

Por outro lado, pretende o Conselho que «o ordenamento jurídico existente, enquanto se mantiver em vigor, tem de ser respeitado — e de ser feito respeitar».

As premissas são, evidentemente, incompatíveis com a conclusão. Mais grave, porém, do que esse erro no terreno da teorização é o conjunto de justificativas e exemplos que recheia o comunicado. Segundo o Conselho «basta olhar em redor para se atentar no galopante descrédito do primado do direito, do qual minorias massificadas e incontidas fazem tábua rasa, como se vivessem num país em que a lei fosse vontade de cada um, ou de alguns».

Invoca o Conselho os arquivos da Ordem para relembrar que ela sempre se opôs à violação dos direitos do homem durante o regime fascista, mas fá-lo para criticar «limitações excessivamente marcadas que têm

ocorrido quanto ao exercício dos direitos de defesa» após o 25 de Abril. Sustenta também que os magistrados portugueses não se comprometeram politicamente, numa significativa maioria, nem se recolheram numa passividade colaborante, durante o fascismo. E fá-lo, fundamentalmente, para, em defesa de um primado do direito, supostamente intangível, protestar contra a violação diária de leis «com uma impunidade que não pode deixar de se considerar lamentável». «Esta institucionalização do anti-direito — é a conclusão do Conselho da Ordem — não deixará de conduzir a uma irreversível crise que destruirá os alicerces da sociedade aberta e livre a que o processo revolucionário em curso poderá saudavelmente conduzir.

O menos que se pode dizer do comunicado do Conselho da Ordem dos Advogados — para empregar um termo nele contido — é que se trata de um documento lamentável.

Se o País precisa de criar um direito novo, se o direito não pode ser arvorado numa teologia do captitalismo, se a lei nasce para morrer e não é intocável — e estamos de acordo com essas premissas — não se percebe a santa indignação do Conselho da Ordem ante o não cumprimento, em muitas situações, de um pesado edifício jurídico que, em grande parte, é ainda uma herança do fascismo. O tema daria motivo, por si só, para um longo comentário. Como criar um direito novo sem passar por cima de uma abundantíssima legislação de claro conteúdo fascista ainda em vigor? Como conciliar a tese de que o direito não pode ser arvorado numa teologia do capitalismo com afirmação de que o direito, enquanto se mantiver em vigor, tem de ser rigidamente respeitado, se incontáveis leis, ainda não revogadas, foram concebidas e promulgadas para defender os privilégios do capitalismo monopolista mais obscurantista e senhorial da Europa?

O comunicado é, sintomaticamente, omisso quanto à violação de certas leis posteriores ao 25 de Abril que, essas sim, constituem o embrião de um futuro direito que traduza, em termos jurídicos, uma ordem social e democrática. A violação diária, permanente, por exemplo, dos decretos editados para impedir a sabotagem económica praticada pelos monopólios, pelos latifundiários que deixam as terras incultas, abatem o gado ou enterram a azeitona, pelos banqueiros que transferem ilegalmente milhões de contos para o estrangeiro, pelos empresários que recorrem aos despedimentos maciços ou levam, deliberadamente, as suas fábricas à falência. Não é a acção dessas minorias reaccionárias, não são as manobras da minoria que pretende manter os seus privilégios de classe que inquietem o Conselho da Ordem dos Advogados. Não. O que preocupa é o comportamento de «minorias massificadas». Que minorias, de que massas se trata? O comunicado, fértil em profecias catastróficas, não é explícito. Porventura os senhores membros do Conselho da Ordem, zelosos defensores de um direito abstracto, aludem aos operários agrícolas do Sul que, para enfrentarem a sabotagem, para evitarem as consequências do desemprego, para impedirem uma queda desastrosa da produção, decidiram assegurar o funcionamento de certas explorações agrícolas abandonadas, sem o cuidado prévio de consultar os códigos fascistas e de apresentarem requerimentos que se perderiam nos meandros de uma máquina burocrática fabricada ao longo de 48 anos de ditadura? Ou acaso se referem aos operários que, batalhando também contra a subversão, assegurem o funcionamento de fábricas que os monopólios desejam ver fechadas, e para isso não pedem autorização a conselhos de administração muitas vezes instalados no estrangeiro?

Se essa é a razão da amargura do Conselho da Ordem dos Advogados, tem cabimento recordar que a grande maioria das iniciativas desse tipo tomadas pelos trabalhadores portugueses foi, ou está em vias de ser, legalizada pelo próprio Governo Provisório e tem merecido a compreensão e em muitos casos o apoio do MFA.

O direito, queira ou não o Conselho da Ordem, não é um fim em si mesmo, mas um instrumento inseparável da vigência da ordem social que procura garantir. Invocar leis para defender os interesses de classes empenhadas na volta ao passado é uma atitude contra-revolucionária. Em Portugal, hoje, como salientamos no nosso último editorial, «dos estratos sociais mais amplos e duramente afectados pela política antipopular do regime anterior sobe uma decidida vontade de desalojar dos circuitos da produção e da distribuição de bens e serviços os interesses monopolistas e latifundiários».

Essa tendência irreprimível do movimento popular, como componente do processo revolucionário, não agrada, pelo visto, aos senhores membros do Conselho da Ordem dos Advogados. Vêem nela uma «institucionalização da antidireito». Os autores do comunicado olham com desconfiança para as massas populares, elogiam-se a si próprios como heróis da democracia e rendem homenagem ao comportamento da magistradura sob o fascismo. O apelo termina com uma espécie de apelo à aliança entre advogados e juízes. Contra quem?

O MFA, pela palavra do seu porta-voz oficial, lembrou recentemente aos desmemoriados que existe hoje em Portugal uma legitimidade revolucionária que é muito mais forte do que certas leis de códigos superados. O Conselho Geral da Ordem dos Advogados não ouviu ou não quis ouvir a advertência. Está voltado para o passado. Esquece que a vontade revolucionária do povo pode muito mais do que os desejos de advogados e juízes voltados para a defesa de interesses e privilégios de classe, incompatíveis com os verdadeiros interesses do povo. Os órgãos dirigentes da Ordem dos Advogados tomaram muitas vezes atitudes progressistas durante o fascismo. Hoje as posições do seu Conselho Geral são reaccionárias.

O MPLA desmantelou os «escritórios» de Chipenda

Forças militares mistas, constituídas por elementos do MPLA, do Exército Português, da FNLA e da UNITA, ocuparam na sexta-feira todos os «escritórios de propaganda» que o grupo de Daniel Chipenda abrira em Luanda.

Essa iniciativa foi uma consequência directa dos incidentes verificados na capital de Angola, dias antes, quando os partidários daquele elemento divisionista resistiram às medidas tomadas pelo MPLA para pôr termo a uma situação ilegal, que violava frontalmente os acordos de Mombaça e Alvor.

Publicamos, a seguir, o comunicado que o Bureau Político do MPLA divulgou sobre os acontecimentos:

«Os acordos de Mombaça entre a FNLA, o MPLA e a UNITA e os de Alvor entre a FNLA, o MPLA e a UNITA e Portugal estabeleceram as bases políticas e constitucionais capazes de dar solução definitiva à descolonização do nosso país.

«Reconheceram-se as nossas organizações como únicos interlocutores junto do Governo Português, cuja cooperação tornaria possível o processo de descolonização. Todas as organizações e forças militares não integradas nos movimentos de libertação foram assim consideradas ilegais, e, por conseguinte, sujeitas a desmantelamento.

«Desmantelaram-se os flechas, os fiéis os leais e outras encontram-se em processos de desmantelamento.

«O MPLA, por intermédio dos seus representantes no Governo de Transição, pôs o problema do desmantelamento das forças militares ilegais chefiadas por Daniel Chipenda.

«Esse desmantelamento tornava-se urgente, pois forças reaccionárias a soldo do imperialismo estavam abertamente utilizando todos os meios de corrupção para aumentar o seu poderio, tentando pôr o Governo de Transição perante o facto consumado da existência de uma força militar para dialogar. Os objectivos últimos visavam evidentemente a confusão, a multiplicidade de centros de decisão e a destruição do MPLA, vanguarda do povo angolano.

«Tendo em conta que o Governo de Transição, unanimemente, considerou a ilegalidade das forças de Chipenda e a necessidade do seu desmantelamento;

«Considerando os desmandos e actos repressivos na pessoa do nosso povo que essas forças fora da lei iam procedendo;

«Tendo conhecimento da chegada de reforços em homens e material a Luanda ou a caminho;

«Como medida preventiva, decidiu o MPLA neutralizar essas forças ilegais, perigosas e reaccionárias, realizando um cerco às suas instalações, aguardando ainda as medidas práticas do Governo de Transição.

«O MPLA lamenta que essas forças tenham reagido violentamente ao cerco, causando vítimas entre os combatentes das FAPLA, o que, levou as nossas forças a um outro assalto às suas instalações, para efeito de desarmamento dessas forças ilegais.

O MPLA espera que o Governo de Transição e os outros movimentos de libertação tomem as medidas que se impõem para que este acesso imperialista deixe, de uma vez para sempre, de criar entraves ao pacífico e progressivo processo de descolonização que foi encetado em 31 de Janeiro de 1975.

«A vitória é certa.»

Uma visão sombria do futuro

No comício que o PS promoveu na última sexta-feira em Lisboa, vários oradores dedicaram mais tempo a críticas ao PCP do que à exposição e defesa das teses programáticas do seu partido. Não estranhamos, porque o anticomunismo se tornou nas últimas semanas o tema favorito de certos dirigentes socialistas.

O secretário-geral do PS, Mário Soares, fez, porém, uma afirmação e uma promessa que merecem um breve comentário. «Não somos —disse —nem seremos jamais um partido anticomunista. Defendemos os comunistas e defendê-los-emos no futuro.»

Todo o comício negou a primeira parte da sentença. Foi de começo ao fim um comício marcado por ataques ao nosso Partido. Mas Mário Soares recordou um facto verdadeiro quando salientou que já houve comunistas defendidos por socialistas. Ele próprio o fez na barra dos tribunais plenários. Aludia à defesa de militantes comunistas por advogados socialistas, nos tempos do fascismo. O que não se entende é o tom de generosidade triunfal da afirmação. Quem estava na prisão? Quem estava em liberdade? Os perseguidos, os réus, as vítimas do fascismo eram sobretudo os comunistas. E estavam na prisão, compareciam perante os tribunais de Salazar e Caetano precisamente porque nunca deixaram de se bater contra o colonialismo, pela liberdade e pela democracia.

Quanto ao «defendê-los-emos no futuro», o menos que a profecia provoca é um sentimento de inquietação no tocante à visão que o secretário-geral do PS tem do futuro do actual processo revolucionário. Para que os socialistas nos viessem a defender de novo seria necessário que se verificassem pelo menos duas situações. A primeira seria um regresso dos comunistas às prisões, isto é uma derrota das forças democráticas e progressivas e uma volta da reacção ao Poder. Porventura as análises políticas do PS prevêm semelhante catástrofe como coisa provável? A segunda condição está implícita também na generosa promessa de ajuda. Os comunistas somente poderiam ser defendidos por socialistas se, num contexto em que voltassem a ser perseguidos por um Estado fascista, a sorte de uns fosse diferente da dos outros. Os comunistas iriam para a prisão; os socialistas ficariam em liberdade.

A campanha de mentiras da reacção portuguesa no Brasil

A reacção portuguesa no Brasil está em plena campanha eleitoral. Mudou de táctica, mas as pessoas e os métodos não mudaram. É um prolongamento da reacção interna. Agora não pode mais elogiar Marcelo Caetano e fazer a apologia do fascismo e do colonialismo. Seria demasiado chocante e essa linha não lhe permitiria atingir os seus fins, inseparáveis da conquista dos votos dos emigrantes que podem participar nas eleições para a Constituinte. Mas, como a cúpula da colónia portuguesa mantém íntimos laços com as forças mais reaccionárias do Brasil, os organizadores da campanha procuram imitar a extrema-direita local pintando também Portugal como um país à beira do caos e da anarquia. Chegaram à conclusão de que essa será a maneira mais indicada de encaminhar os votos para os partidos reaccionários e para outros, que, dizendo-se democráticos, transformaram o anticomunismo em tema central da sua propaganda.

Uma estranha entidade, intitulada Associação Portuguesa de Brasília que, nos últimos anos, nunca deu sinal de vida, acaba, por exemplo, de lançar um apelo aos nossos compatriotas residentes no Brasil pedindo-lhes que cerrem fileiras em torno de um único ideal: «o ideal do Portugal em perigo». O movimento tem um nome que lembra outros fundados, no tempo de Salazar, para defender a guerra colonial: «Viva Portugal!» A única política, sustentam os comendadores dessa Associação de fantasmas, é «a que saiba defender o direito à sobrevivência da pátria portuguesa». De contrário, afirmam, «estaremos em face de um suicídio colectivo».

Os trabalhadores portugueses do Brasil não passaram obviamente qualquer procuração aos cavalheiros do «Viva Portugal!» para falarem em seu nome. A política repressiva do Governo do general Geisel não permite, porém, que os verdadeiros democratas portugueses residentes no Brasil combatam a «cruzada» anti-MFA e anticomunista em marcha. Por outro lado, a insuficiência do saneamento favorece uma estranha aliança entre os elementos declaradamente fascistas da colónia portuguesa, os representantes de empresas portuguesas estatais ou mistas e os porta-vozes de partidos que pretendem ser democráticos. O director da TAP para a América Latina, indivíduo envolvido em negócios escuros, continua a utilizar o cargo em benefício de forças empenhadas na campanha de descrédito da Revolução Portuguesa. A filial brasileira da Caixa Geral de Depósitos e as filiais de vários bancos privados portugueses continuavam, ainda há poucas semanas, a publicar anúncios caríssimos em jornais que insultam em todos os seus números o MFA e o Governo Provisório. Em vários consulados, os elementos que substituíram o pessoal saneado são iguais ou piores pelo seu passado, do que os substituídos.

Os maiores órgãos de Informação do Brasil destilam ódio, diariamente, contra o MFA e contra o Governo Provisório, insultam o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, caluniam, inventam, deturpam. A atitude mais comum, na maioria dos consulados e serviços de Imprensa, é o silêncio total.

Que significado poderá ter em tais condições o voto dos portugueses do Brasil?

Vasco Cabral: «Não se pergunta a um povo se quer ser independente ou não»

Durante a sua recente passagem por Lisboa, o comissário de Estado para a Economia e Finanças da República da Guiné-Bissau, camarada Vasco Cabral, fez, em entrevista concedida à Agência ANI, importentes declarações sobre a marcha da revolução guineense e o futuro de Cabo Verde.

«O que encontrámos ao chegar a Bissau, em Outubro do ano passado — disse —, foi, por um lado, uma administração colonial cheia de vícios, com uma estrutura que não corresponde àquela que nós achamos que defende os interesses do nosso povo. Com funcionários cheios de hábitos negativos, corrupção, espírito de lucro, falta de disciplina. Havia também um grande número de pessoas, cujas actividades estavam ligadas à guerra colonial. Foi preciso reconverter essas actividades da guerra em actividades de paz, o que levantou problemas de salários, de emprego e desemprego, de organização de certas actividades e outros. Por outro lado, no sector do comércio, a balança comercial era deficitária e as exportações tinham diminuído bastante. Foi necessário começar a introduzir elementos novos na situação existente. No comércio, por exemplo — precisou —, tínhamos nas regiões libertadas os armazéns do povo. Tratava-se, agora, de fazer com que eles integrassem a nova situação com o que era deixado pelo Exército colonial, com as grandes empresas interessadas apenas no lucro. A nossa atitude em relação aos comerciantes foi a melhor possível, tentando chamá-los a colaborar com o Governo, o que, em certa medida, se tem estado a verificar. Mas os armazéns do povo tomaram nas suas mãos muitas coisas, como, por exemplo, a distribuição de produtos de primeira necessidade.»

Em relação a Cabo Verde, Vasco Cabral acentuou que o antigo debate em torno da possibilidade de um referendo foi já completamente ultrapassado pelos acontecimentos. «Não se pergunta a um povo se quer ser independente ou não» — disse. Recordou, depois, as posições de apoio ao PAIGC, tanto da parte do MFA como do povo cabo-verdiano e concluiu:

«Será o povo de Cabo Verde a decidir se quer ou não a união com a Guiné. Quanto a nós, e em face das tomadas de posição da população, pensamos que esta irá apoiar aquilo que o PAIGC preconizou — a união entre a Guiné e Cabo Verde.»

Ofensiva da reacção contra o MFA e o movimento popular

As críticas ao MFA aumentaram nas últimas semanas. Surgiram primeiro como opiniões isoladas de políticos reaccionários e incidiam sobre problemas concretos. Eram tímidas. Agora tornaram-se diárias, e inserem-se numa campanha de âmbito mais vasto que põe em causa já o próprio papel do Movimento no processo revolucionário. São críticas arrogantes, de contestação global. São críticas insidiosas, abertamente contra-revolucionárias.

Noutro contexto, assistimos à repetição de tácticas, à retomada de uma linguagem que caracterizaram a escalada da reacção em Setembro do ano passado. Há cinco meses a «maioria silenciosa» pedia uma ditadura militar. Agora, os novos porta-vozes da direita, mascarados de democratas, acusam o MFA de pretender implantar uma ditadura militar. O fim desses senhores é exactamente o mesmo que visavam os organizadores da intentona: defender os privilégios dos monopólios, da banca, do latifúndio, impedir, por qualquer preço, o avanço do processo democrático e revolucionário.

O debate travado no seio das Forças Armadas em torno da institucionalização do MFA é o pretexto que alimenta a campanha. Os seus promotores não se conformam com a presença do MFA como componente do processo, temem a aliança do MFA com o movimento popular de massas, desejariam que os oficiais do MFA voltassem aos quartéis após a eleição da Constituinte.

Os discursos, artigos e comentário vindos a público a respeito do tema são muito semelhantes. Um dos mais significativos foi publicado na sexta-feira pela «República» e é assinado pelo sr. Francisco de Sousa Tavares. Merece referência especial não pela importância do autor, mas porque deixa entrever com clareza os objectivos das forças que desencadearam a actual ofensiva contra o MFA.

O artigo é retórico e inflamado. Inverte as situações históricas. Para o autor os portugueses estão «ameaçados de novo com a prepotência do poder, o direito da força, o desprezo pela inteligência, o ideal messiânico a realizar por novos salvadores em perspectiva». O sr. Sousa Tavares fala de medo, da nova Inquisição, de uma ortodoxia de ferro; critica os poderes atribuídos à Junta de Salvação Nacional no tocante ao saneamento e à sabotagem económica; repete chavões do Conselho da Ordem dos Advogados sobre «o respeito sagrado pelo império objectivo da lei».

O arrazoado, na primeira parte, parece uma cópia fiel dos discursos que os deputados do Partido Nacional pronunciavam no Congresso Chileno durante o Governo da Unidade Popular. Mas é apenas o prólogo da investida contra o MFA. O pior vem depois.

A missão do Movimento para o sr. Sousa Tavares deveria ser apenas «velar pelo cumprimento do **Programa Original** (em itálico no original) do Movimento de 25 de Abril. Portanto, uma vez que o **Programa Original** foi alterado pelo próprio MFA para levar avante o processo de descolonização, chega-se à conclusão de que o Movimento, no entender do articulista, não tem hoje missão alguma a cumprir. O que sobra é um conjunto de ataques e insinuações. O MFA, a seus olhos, está empenhado em instaurar uma nova ditadura militar, um novo sebastianismo mítico e revolucionário, um paraíso social-fardado «em que se verificaria o triunfo e a felicidade das classes trabalhadoras portuguesas».

Percebe-se, depois, que o medo do sr. Sousa Tavares — porque o confessa, aliás — nasce da ofensiva das massas contra a «infra-estrutura sólida» montada pelo capitalismo monopolista. Um medo tão avassalador que, para preservar as estruturas capitalistas herdadas do fascismo, volta os seus olhos para a ultra-esquerda, na qual enxerga, como aliados, grupelhos de provocadores que identifica como autênticos representantes das classes trabalhadoras e símbolos da pureza socialista.

O estilo não é exactamente o da «maioria silenciosa». Há pequenas diferenças. Agora invoca-se o socialismo para barrar o caminho ao avanço do processo revolucionário. Ma o próprio articulista encarrega-se de ridicularizar a sua argumentação.

O sr. Sousa Tavares não é sequer modesto. Fala da sua inteligência, da sua sensibilidade, da sua coragem, do seu desinteresse. É um santo num país onde os demónios andam à solta. Demónios fardados, de braço dado com demónios camponeses e operários.

A ajuda internacional ao PS

Na Holanda houve, recentemente, uma campanha de recolha de fundos destinados ao Partido Socialista Português. A iniciativa partiu dos sociais-democratas holandeses e foi noticiada pelos órgãos de Informação sem comentários. Agora, anuncia-se que o Partido Social Democrata da Suécia promoverá uma campanha semelhante com o mesmo objectivo. Segundo o secretário-geral daquele partido, Stern Anderson, os recursos materiais do PS são insuficientes. A notícia não suscitou também comentários.

Os srs. Willy Brandt e Olof Palme, destacados dirigentes dos partidos sociais-democratas da República Federal da Alemanha e da Suécia, estiveram em Portugal e, tanto aqui como nos seus países, fizeram declarações que traduziram claramente o apoio dos seus respectivos partidos ao PS. O ex-primeiro-ministro da RFA foi mais longe e entrou no terreno das profecias eleitorais. Para melhor ajudar os seus amigos socialistas, considerou indispensável investir contra o nosso Partido. Outros dirigentes da social democracia europeia estão a seguir esses exemplos.

É oportuno recordar que nem um só dos dirigentes de países e partidos comunistas europeus que visitaram Portugal nos últimos meses recorreu a processos semelhantes.

informação

- Segundo a revista americana «Aviation», Israel será o primeiro país a receber mísseis Lance, até agora privativos do Exército dos Estados Unidos.

- As forças franquistas que ocupam o chamado «Sara Espanhol» desencadearam uma vaga de repressão contra a população local. O jornal marroquino «L'Opinion» informa que já foram realizadas mais de 450 prisões. Muitos jovens foram deportados para as Canárias.

- O presidente Gerald Ford dos Estados Unidos anunciou que será candidato à sua própria sucessão em 1976. Esclareceu que, se for reeleito, manterá Nelson Rockefeller como vice-presidente.

- Forças militares tomaram de assalto o quartel de Tananarive, onde se haviam refugiado os assassinos do presidente de Madagáscar, coronel Ratsimandrava. A rebelião dos elementos da Polícia, responsáveis pelo crime, foi dominada.

- Ripostando a constantes violações das tropas mercenárias do governo fantoche de Van Thieu, forças do Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul desencadearam uma contra-ofensiva na região de Kontum e Pleiku, infligindo uma severa derrota ao adversário.

- O governo ilegal da Rodésia proibiu a entrada naquele país de dois jornalistas noruegueses.

- François Mitterrand, secretário-geral do Partido Socialista Francês, pretende promover em breve, em França, uma conferência na qual participariam representantes dos partidos socialistas espanhol, português, italiano e grego. Segundo um telegrama da agência France-Press, o objectivo da iniciativa seria a definição de um «socialismo à mediterrânea». Que novo tipo de «socialismo» será aquele com que sonha Mitterrand?

- A Força Aérea americana informou o Congresso dos EUA de que projecta vender à Espanha 24 jactos Phantom. O negócio ascende a 5,1 milhões de contos.

- A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) efectuará uma reunião cimeira em Argel, de 4 a 6 de Março. As 13 nações membros da entidade discutirão problemas relacionados com a elaboração de uma política comum de produção e colocação do petróleo.

- O índice da produção industrial baixou 3,6 por cento nos Estados Unidos em Janeiro.

- Por decisão do Soviete Supremo, a Ordem de Lenine e o título de Heróis da União Soviética foram concedidos aos cosmonautas Aleixei Gubarev e Georgi Grechko, que passaram 30 dias no espaço, a bordo do laboratório orbital Salyut 4.

- A Síria considera totalmente inaceitáveis as novas propostas do secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, para solução parcial dos problemas do Médio Oriente.

- O primeiro-ministro da França, Jacques Chirac, manifestou, durante um almoço, a preocupação do Governo francês relativamente à actual situação existente em Portugal, fazendo votos por uma «estabilização política». É oportuno recordar que nenhum dos governos da França revelou publicamente uma «preocupação» semelhante antes do 25 de Abril, quando Portugal vivia sob o fascismo.

- Os dirigentes cipriotas turcos proclamaram no Norte de Chipre, ocupado pelas forças militares da Turquia, um «Estado federado».

- Segundo o senador Howard Baker, Nixon poderá ser convocado para depor perante a Comissão de Inquérito às actividades da CIA, pois é um profundo conhecedor do tema.

- Anker Joergensen, um social-democrata, foi nomeado primeiro-ministro da Dinamarca.

- A Polícia política brasileira prendeu mais 19 pessoas, acusadas de «actividades subversivas».

- Margaret Thatcher foi eleita para a chefia do Partido Conservador da Grã-Bretanha. Segundo os órgãos de informação britânicos, imprimirá ao Partido de Churchill uma linha ainda mais conservadora do que a actual.

- O preço do pão foi aumentado na Grã-Bretanha.

- Balanço do Carnaval no Rio de Janeiro: 149 mortos.

- Quatrocentos cientistas franceses assinaram um apelo contra a construção de centrais nucleares.

- O preço dos cigarros aumentou 8 por cento em França.

- A camarada Angela Davis, do Partido Comunista Norte-Americano, foi boicotada pela Universidade de Laney Oakland, na Califórnia, onde pretendia leccionar. Motivos da rejeição: é comunista, mulher e negra.

- O «deficit» da balança comercial britânica foi, em Janeiro, de 261 milhões de libras.

- Se o dólar continuar a baixar, a Venezuela aumentará os preços do petróleo que exporta para os Estados Unidos.

- O general Omar Torrijos, chefe do Governo do Panamá, desmentiu que o seu país esteja prestes a assinar um acordo com os Estados Unidos para revisão do Tratado que transforma, na prática, a Zona do Canal em território americano.

- Cuba investirá cerca de 85 milhões de contos no sector da construção até 1980. Está prevista a criação de 1200 escolas, 200 000 casas, 110 policlínicas, 110 cinemas, 62 hotéis, etc.

- O procurador-geral de Atenas emitiu um mandato de captura contra Pavlos Totomis, ex-ministro da Ordem Pública da ditadura. É acusado de ter desviado em proveito próprio, quando governador do Banco para o Desenvolvimento Industrial, centenas de milhões de dracmas. Totomis, avisado a tempo, fugiu para o estrangeiro...

- Encontra-se em Moscovo uma delegação da República da Guiné-Bissau chefiada pelo camarada Francisco Mendes, presidente do Conselho de Comissários. A visita tem como objectivo o reforço da cooperação entre os dois países.

- A Turquia, segundo declarações do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, está a estudar o problema do encerramento das bases militares americanas instaladas no país.

- O presidente Valéry Giscard d'Estaing e o xá da Pérsia encontraram-se na estância turística de St. Moritz, em França, para discutir problemas energéticos e monetários.

- A polícia política brasileira anunciou que entre os elementos presos durante o assalto às tipografias da «Voz Operária», órgão central do PCB, figuram os camaradas Valdo Lopes Gonçalves da Silva Campos e Armando Oliveira Matos.

- A polícia franquista prendeu em San Sebastian, 13 pessoas.

- O presidente Idi Amin, da República de Uganda, escapou a uma tentativa de assassínio.

- As ilhas Marianas, antiga colónia espanhola no oceano Pacífico, foram oficialmente transformadas em colónia dos Estados Unidos. Enquanto Portugal descoloniza, os EUA implantam novas estruturas de dominação colonial.

- O sistema repressivo nas áreas rurais do Paraguai foi remodelado de modo a atender os interesses dos latifundiários. Os trabalhadores dessas regiões, quase todos de origem índia, são acusados de «perturbar a ordem pública e de constituir uma ameaça aos interesses e segurança das pessoas». As «pessoas», para a polícia do general Stroessener, são os latifundiários.

- Cerca de 8,5 milhões de turistas visitaram a Hungria em 1974.

- O Instituto Cubano do Livro editou no ano passado 33,8 milhões de livros e folhetos.

- O ministro dos Negócios Estrangeiros da Somália, Omar Ghaleb, durante a reunião da OUA, em Adis Abeba, criticou severamente a França, por insistir em manter o seu domínio colonial sobre o Território de Djibouti. «Os franceses — disse — transformaram Djibouti numa formidável base naval e militar desde Junho e aumentaram as medidas repressivas contra os partidários da independência». Ghaleb estabeleceu o contraste entre a política descolonizadora de Portugal, que elogiou, e a política colonialista da França.

Contra a agressão imperialista a solidariedade da União Soviética

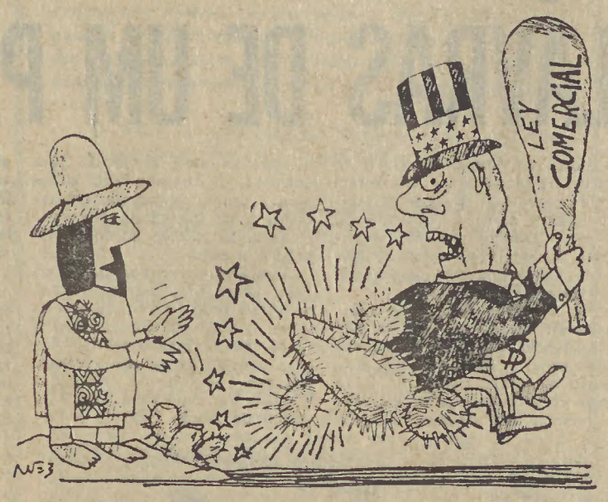
As reacções dos governos latino-americanos em face da nova Lei de Comércio Externo dos Estados Unidos exprimem com muita clareza a posição de cada um perante o imperialismo.

Enquanto em quase todo o continente aumentam os protestos contra a já chamada «lei maldita», as ditaduras apoiadas por Washington aplaudem a iniciativa do imperialismo ou, pelo menos, abstêm-se de a criticar.

A Junta Militar chilena e o Governo uruguaio pronunciaram-se logo a favor da lei aprovada pelo Congresso americano. Pinochet & Cia entendem que é «positiva» para o Chile, embora não tenham explicado porquê. Reconhecem que outros países irmãos podem ser eventualmente atingidos, mas afirmam acreditar que tudo se resolverá, através de um debate amigável no seio da OEA.

A Nicarágua, esmagada pela ditadura de «Tacho» Somoza, é mais calorosa no apoio. Segundo o secretário da Presidência, Carlos Dubón Alvarado, os EUA têm o pleno direito de promulgar as leis que quiserem. Os governos do Paraguai e do Brasil não fizeram comentários. Mas, como diz o povo, quem cala consente...

O reverso da medalha é muito mais expressivo. Em toda a América Latina sucedem-se as declarações oficiais e as manifestações populares contra aquilo que os povos latino-americanos consideram uma clara agressão do imperialismo. Em Quito, no Equador, os estudantes queimaram um boneco, com o rosto de Kissinger, e uma bandeira dos EUA na qual as estrelas haviam sido substituídas por cruzes. De Moscovo chega a voz vibrante do camarada Rodney Arismendi, primeiro-



-secretário do Partido Comunista do Uruguai. A luta na América Latina — disse — continuará a ser dura, mas estão criadas as condições para uma grande mobilização unitária antifascista e anti-imperialista em defesa das matérias-primas e da economia das nações oprimidas pelos EUA. Na Venezuela, o «leader» do partido governamental Acción Democratica, Jaime Lusinchi, criticou severamente as declarações do ex-secretário de Estado americano William Rogers segundo as quais o seu país e o Equador tinham violado a Carta da OEA, ao aumentarem os preços do petróleo. Numa resposta indirecta à Junta Militar chilena, afirmou que os EUA, desta vez, violaram sem pudor «até as próprias capas da Carta da OEA», que não passa de um instrumento da política imperialista de Washington.

A indiferença dos países capitalistas europeus diante das consequências da atitude dos Estados Unidos tem sido alvo de críticas em quase todas as capitais latino-americanas. Em contrapartida, a calorosa solidariedade da União Soviética às vítimas da Lei de Comércio Externo dos EUA vem sendo realçada em todas as manifestações populares de protesto. É significativo que até um político conservador como o ministro dos Negócios Estrangeiros da Venezuela, Schacht, tenha declarado que «a repulsa da União Soviética em face da Lei de Comércio Externo dos EUA é um acto de soberania e demonstra a procupação do Governo soviético diante das consequências nefastas desse diploma». «A opinião da URSS — salientou — coincide com a nossa ao apontar os perigos que a posição norte-americana envolve para os países em desenvolvimento.»

Os factos são claros. Enquanto os palavrosos porta-vozes da social-democracia europeia, verdadeiros papagaios do «socialismo em liberdade», fazem vénias a Ford e Kissinger, aceitando tacitamente que os países subdesenvolvidos não têm o direito de defender os preços das suas matérias-primas contra a espoliação imperialista, a URSS toma posição ao lado dos povos latino-americanos atingidos pela arrogante Lei de Comércio de um país que se julga dono do mundo.

A visita de Wilson à URSS e a luta pela segurança europeia

A visita a Moscovo do primeiro-ministro britânico, Harold Wilson, mereceu poucos comentários dos órgãos de informação mais conservadores da Europa Ocidental. A reacção europeia não aprecia acontecimentos políticos que contribuam para o entendimento pacífico entre países cujos regimes sejam tão diferentes como o da URSS e o da Grã-Bretanha.

O simples facto de Wilson se deslocar a Moscovo, num momento em que o mundo capitalista atravessa a sua maior crise desde 1930 é revelador da necessidade que países como a Inglaterra sentem de melhorar o diálogo com as nações do bloco socialista.

A União Soviética, como sempre, não fez concessões. Expôs os seus pontos de vista sobre os grandes problemas internacionais com a clareza e a firmeza com que invariavelmente o faz.

O camarada Leonid Brezhnev, secretário-geral do PCUS, salientou que «os dirigentes da URSS estão plenamente decididos a fazer tudo ao seu alcance para dar um carácter historicamente irreversível não só ao desanuviamento internacional em si próprio, mas também no sentido de uma verdadeira viragem visando a cooperação a longo prazo, frutuosa e mutuamente benéfica entre Estados com sistemas sociais diferentes, na base da plena igualdade e respeito mútuo».

Não deixou de recordar o camarada Brezhnev que a Grã-Bretanha não tem prestado a necessária cooperação ao esforço dos povos europeus para tornar uma realidade a segurança no continente. Se essa atitude mudar — sublinhou — poderá contribuir para «o reforço da paz e da cooperação».

Durante as conversações mantidas, o camarada Brezhnev abordou igualmente os problemas do Médio Oriente. Numa clara alusão às manobras diplomáticas de Henry Kissinger e à possibilidade de retiradas parciais de Israel de terras árabes ocupadas, disse: «certas pessoas, aparentemente, gostariam de oferecer aos países árabes algo como um suporífero, esperando que eles fiquem entorpecidos e esqueçam as suas exigências de restabelecimento da justiça e da liquidação completa das consequências da agressão».

O balanço da visita foi, portanto, positivo. Basta recordar que nenhum primeiro-ministro da Inglaterra visitava a URSS. E Wilson, que teria preferido discutir problemas económicos, viu-se forçado pelas circunstâncias a debater temas políticos, abordando inclusive questões relacionadas com a Conferência sobre a Segurança Europeia cujos trabalhos deverão começar o mais breve possível em Genebra.

O Governo de Londres não tem no momento condições para se opor à tendência geral dos povos europeus, amplamente favorável ao desanuviamento. Mas a visita de Wilson e o tom de cordialidade dos seus discursos não devem também gerar muitas ilusões sobre o comportamento das forças que na Europa Ocidental e nos Estados Unidos se opõem à política da coexistência pacífica. No próprio momento em que Wilson chegava a Moscovo, a NATO rejeitava secamente uma proposta dos países do Pacto de Varsóvia sobre a limitação imediata dos efectivos terrestres na Europa Central como primeiro passo no sentido de um acordo global de redução de tropas. Quem luta pela paz? Quem estimula a corrida às armas?

Mais peixe e mais riqueza em Cuba e no Peru graças à ajuda da URSS

A contribuição da União Soviética para o desenvolvimento da indústria da pesca em vários países latino-americanos é hoje um facto tão importante que até os órgãos mais reaccionários da Imprensa dos Estados Unidos reconhecem o seu significado.

A visita a Cuba de Alexandre Ishkov, ministro soviético da Indústria da Pesca, veio confirmar essa realidade. «O desenvolvimento do porto de pesca de Havana é uma prova — disse — da nossa contribuição para a formação de especialistas deste importante sector económico.» Construído com a ajuda técnica da URSS, esse porto tornou-se rapidamente um dos maiores e melhor apetrechados da América Latina. Modestíssima há poucos anos, a indústria da pesca cubana representa hoje uma riqueza anual de 2 milhões de contos.

Foi igualmente a ajuda da União Soviética que permitiu ao Peru assegurar a gravíssima crise que a sua indústria da pesca estava a atravessar. O sector pesqueiro fornecia ao país quase 30 por cento das suas divisas. O desaparecimento dos cardumes de anchoveta lançou, porém, no desemprego milhares de pescadores e foi necessário encarar soluções que permitissem uma diversificação das actividades pesqueiras voltadas para a pesca de consumo humano. A construção em Paita de um dos maiores complexos pesqueiros do Mundo resolveu o problema graças à colaboração fraternal da URSS. Ante a grandeza da obra, a CIA tratou de espalhar que se tratava de uma base destinada a submarinos nucleares soviéticos e a experiências de mísseis. Essa provocação e outras semelhantes não produziram o efeito desejado. Dezenas de jornalistas de todo o Mundo puderam visitar Paita e acabaram por contribuir, através das suas reportagens, para revelar aos seus países, a importância económica e social da obra realizada graças à ajuda da União Soviética ao Governo peruano. É uma ajuda técnica muito diferente daquela que os Estados Unidos dizem prestar às nações do Terceiro Mundo.

A Santa Aliança da contra-revolução manobra na América Latina

Para o povo chileno 1975 será, quase certamente, um ano de fome. O ministro da Economia, Fernando Leniz, prometera em Dezembro que a situação ia melhorar. Mas piorou ainda mais. O director do Instituto de Estatística anunciou que em Janeiro o custo de vida subiu 13,9 por cento. A alimentação aumentou 6,4 por cento, as rendas de casa 2 por cento; o vestuário 1,4 por cento. Em Fevereiro, a taxa de inflação será provavelmente de 16 por cento.

Para enfrentar a crise, a Junta decidiu suprimir o «contrôle» dos preços. A sugestão veio dos Estados Unidos e os resultados foram desastrosos. Agora, é mais fácil encontrar certos produtos industriais no mercado, mas o povo não tem dinheiro. Nas montras há frigoríficos, aparelhos de televisão, aspiradores, mas só os milionários podem comprar esses artigos. O vinho e a carne tornaram-se produtos de luxo. Todos os meses dezenas de empresas abrem falência. Em contrapartida, os monopólios americanos, voltados para uma política de exportação ou para a produção de artigos de primeira necessidade, acumulam lucros fabulosos.

A situação tornou-se tão crítica que até os administradores de grandes empresas nacionais começam a protestar timidamente. O presidente da Companhia de Fábricas de Cerveja, Orlando Saez, declarou, por exemplo, ao diário «La Tercera» que a política de preços livres levará o Chile a uma situação caótica. «Esta política — disse — encorajou os investimentos especulativos em prejuízo dos investimentos produtivos.» A crítica é significativa porque Saez foi conselheiro económico da Junta Militar nos meses posteriores ao golpe de Setembro de 1973.

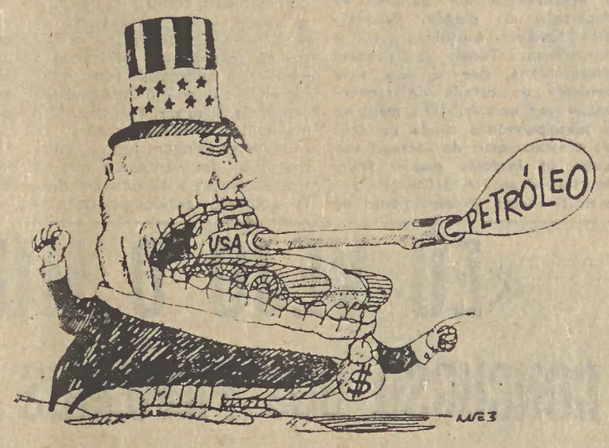
O último dos aumentos verificados atingiu a pescada, que era no Chile um peixe popular. Agora custa mais de 50 por cento. Para um operário, que ganha o equivalente a 1375 escudos por mês, tornou-se um prato proibido.

A Junta Militar procura desviar a atenção dos problemas fundamentais do país tomando, no plano externo, iniciativas a que os jornais dão grande publicidade. É o caso, por exemplo, do restabelecimento de relações diplomáticas com a Bolívia. A ditadura chilena trata de firmar uma sólida aliança com a ditadura boliviana, com o apoio caloroso dos Estados Unidos e do Brasil. Pinochet e Banzer encontraram-se na aldeia de Chajana, nos Andes, e deram o abraço da «reconciliação». Segundo os observadores políticos, o actual acordo foi preparado no Brasil, em Março do ano passado, quando os dois ditadores se encontraram em Brasília, na cerimónia de posse do general Ernesto Geisel. A Junta Militar chilena promete, agora, criar condições para facilitar o acesso da Bolívia ao mar. Na realidade, trata-se de uma manobra demagógica que constitui mais um episódio do cerco imperialista à revolução peruana. Washington, Brasília, Santiago e La Paz — os quatro pólos da reacção americana — procuram aperfeiçoar os mecanismos da Santa Aliança da contra-revolução continental.

A crise do capitalismo e o desespero dos Estados Unidos

«Os factos são estes. Neste país tudo vai mal.» O país são os Estados Unidos e a opinião é de James L. Pate, subsecretário para os Assuntos Económicos. Pate comentava as últimas estatísticas económicas referentes ao ano de 1974 e extraiu delas previsões sombrias. A inflação continua a aumentar, assim como o desemprego. A taxa de produtividade caiu também. No último trimestre os consumidores reduziram os seus gastos em 12 por cento. Somente no tocante à indústria automóvel, a diminuição de vendas foi de 11,5 biliões de dólares (287,5 milhões de contos). Na opinião de Pate, o futuro será ainda pior. «Acredito que ainda não chegámos ao fundo do poço», declarou esse membro do governo americano.

A crise manifesta-se com particular intensidade no sector imobiliário. Em Nova Iorque nunca houve tantos escritórios para alugar ou vender. Somente na ilha de Manhattan, coração onde pulsa o capital financeiro americano, há 4 milhões de metros quadrados de escritórios desocupados, isto é quase um quinto da área reservada a fins não habitacio-



nais. Os aluguéis baixaram muito, mas os inquilinos nem assim aparecem.

Os dois gigantescos edifícios ultramodernos construídos na ponta de Manhattan estão semivazios. Custaram 900 milhões de dólares (23 milhões de contos) e o grande negócio não deu resultado; os proprietários estão a perder 250 000 contos por ano.

A cada dia que passa, a crise americana agrava-se. Os grandes monopólios continuam a acumular lucros fabulosos graças aos seus negócios no estrangeiro e particularmente à exploração das riquezas de países do Terceiro Mundo. Mas o povo norte-americano está a sofrer as consequências da inflação, do desemprego, de uma política voltada para a defesa dos interesses de umas escassas centenas de empresas tentaculares. Incapazes de encontrar a saída para uma crise que é inseparável do próprio sistema capitalista e que ameaça transformar-se numa crise geral do capitalismo em todo o mundo dito ocidental, o Governo dos Estados Unidos está a seguir o pior dos caminhos. A Casa Branca, o Pentágono, o Departamento de Estado, com o acompanhamento afinado dos monopólios, retomam gradualmente uma linguagem que, a concretizar-se em factos, poderá arrastar os Estados Unidos para agressões externas directas ou indirectas, semelhantes a outras condenadas pelas forças democráticas e progressistas de todos os continentes. A psicose da guerra está a ser forjada pelos próprios dirigentes dos Estados Unidos. Kissinger abriu a marcha com a sua já famosa entrevista ao «Business Week» sobre o perigo do «estrangulamento» das potências industriais capitalistas. Agora é o presidente Ford que acaba de declarar sem rodeios que haverá «perigo de guerra» no Médio Oriente se a diplomacia de Kissinger falhar. Terá o presidente dos EUA esquecido já as lições da Coreia, do Vietname e do próprio Médio Oriente?

Uma grande vitória do povo espanhol

O último episódio do chamado processo dos 1001 tem a clara significação de uma vitória do povo espanhol. O Supremo Tribunal de Madrid reduziu as penas aplicadas aos 10 conhecidos militantes sindicalistas que haviam sido condenados em Dezembro de 1973. As sentenças eram monstruosidades jurídicas, como o «Avante!» recordou na última edição, oscilando entre 12 e 20 anos de prisão.

Quatro dessas vítimas do fascismo espanhol recuperaram já a liberdade, em consequência da comutação das penas.

Como era de esperar, as agências ao serviço do imperialismo trataram logo de extrair conclusões falsas do julgamento. Uma delas chegou ao cúmulo de afirmar que os quatro trabalhadores libertados atribuíram a decisão do tribunal «aos esforços que o primeiro-ministro Carlos Arias Navarro está a desenvolver para apresentar ao mundo uma face renovada da Espanha». Não é verdade. As máscaras usadas pelo franquismo não podem mudar a natureza criminosa do regime. E os trabalhadores libertados não fizeram tal afirmação. Francisco Acosta Orge, inicialmente condenado a 12 anos, disse coisa muito diferente. «Isto é uma vitória do povo espanhol» — declarou. Miguel Angel Zamora Anton, também condenado a 12 anos, exprimiu-se em termos semelhantes: «Estamos satisfeitos por termos saído da cadeia, mas angustiados pelo facto de 800 presos políticos continuarem atrás das grades.» As suas palavras foram entendidas pelo povo de Espanha como um novo e corajoso desafio ao franquismo.

Não há a menor dúvida de que foi a campanha dos trabalhadores da Espanha, de todo o povo espanhol que fez recuar o franquismo. O eco dessa campanha em todo o mundo foi imenso e a solidariedade das forças progressistas internacionais tornou ainda mais difícil a posição de Franco, Arias Navarro e de toda a camarilha franquista. O Supremo Tribunal, para reduzir as penas, aceitou os argumentos da defesa. Mas os mesmos argumentos tinham sido apresentados durante o processo anterior e haviam sido rejeitados.

Espera-se agora uma segunda vitória: a libertação dos seis trabalhadores que continuam presos. Admite-se que a fórmula oficial seja uma amnistia a ser decretada por Franco dentro de dois meses. Mas a campanha deve prosseguir. É preciso exigir a libertação imediata dessas vítimas da justiça franquista! As leis do fascismo espanhol não mudaram. E qualquer recuo das massas será aproveitado pelo adversário. Convém recordar que a decisão do Supremo Tribunal não alterou a lei que considera ilegais as «comisiones obreras» e estabelece penas até 20 anos para os seus dirigentes.

Aliás, enquanto tenta transformar em acto de clemência uma vitória do povo espanhol, o franquismo manobra na área internacional, procurando reforçar a sua aliança com o imperialismo americano. No mesmo dia em que o Supremo Tribunal reduzia as penas dos trabalhadores envolvidos no «processo dos 1001», representantes do Estado franquista negociavam com os Estados Unidos as bases de um acordo que, a ser assinado, dará às forças americanas o direito a usarem instalações localizadas em Espanha em troca de auxílio militar e económico ao governo de Madrid. Esse acordo tem cláusulas tão escandalosas sobre a utilização das bases dos EUA em Espanha que até a submissa Imprensa de Madrid e Barcelona sublinhou que a «ajuda» dos americanos não compensa o risco de um ataque nuclear. Mas o comunicado divulgado no final das conversações entre Madrid e Washington é inquietante. «As duas partes — assinala — passaram em revista a situação geral estratégica e tomaram em linha de conta as possibilidades de uma nova e mais íntima associação com vista à cooperação completa na defesa do Ocidente.»

Os trabalhadores espanhóis sabem há muito o que significa a «íntima associação» para a «defesa do Ocidente». Lutar contra a nova escalada do imperialismo americano na Europa é também uma forma de lutar pela libertação das vítimas do «1001» ainda presas.

Trabalhadores peruanos mobilizam-se para defender o processo revolucionário

Em Lima, as principais organizações de massas peruanas constituíram um Comité de Defesa da Revolução, integrado pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), pela Central dos Trabalhadores da Revolução Peruana (CTRP), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), pela Confederação Nacional Agrária (CNA), pela Confederação Nacional das Comunidades Industriais (CONACO) e por várias associações juvenis.

O Comité fixou como tarefas imediatas: colaborar com o Governo Revolucionário na manutenção da produção e do abastecimento; apoiar as acções destinadas a impedir o vandalismo e a sabotagem; realizar um trabalho de esclarecimento sobre a realidade política nacional. Num comunicado sobre a intentona contra-revolucionária esmagada pelas Forças Armadas, o Comité responsabiliza o imperialismo e o partido aprista, salientando que a ofensiva das forças da reacção visava a «anular o processo revolucionário, atingir o prestígio das FA, sabotar a economia popular, desequilibrar socialmente o país, deteriorar o prestígio internacional do Peru e semear a confusão entre os peruanos».

A formação do Comité de Defesa da Revolução integrado pelas principais organizações de trabalhadores confirma a solidariedade das massas peruanas com o processo revolucionário e desmente o noticiário de certas agências ocidentais que pretendem apresentar a intentona como expressão de descontentamento popular. Sabe-se, agora, que um grupo de agentes da CIA se havia infiltrado na Guarda Civil, tendo desempenhado um papel importante nos acontecimentos. Um desses elementos, Adolfo Portal — que participou no golpe de Estado chileno de Setembro de 1973 — foi preso e fez declarações consideradas muito importantes. O número de pessoas detidas por actos de vandalismo ascende a 1300. Contrariamente ao que informaram as agências United Press e Reuters-Latin, o saque dos estabelecimentos comerciais não foi motivado pelo desespero de massas mal alimentadas. Conforme declarou o ministro da Habitação, Augusto Galvez, os objectos roubados — cujo valor excede 50 000 contos — foram «frigoríficos, rádios e outras coisas que não se comem». E acrescentou: «O panorama não pode ser mais claro. Vimos as fotos dos cabecilhas, uma minoria que dirigiu os distúrbios. São todos membros da Apra.»

Apurou-se, também, que jovens com camisas da mesma cor e sem mangas orientaram o saque, agindo conjugadamente com os elementos que arrombaram as lojas em automóveis de luxo.

O Governo do general Velasco deu instruções à Justiça Revolucionária para que puna severamente os provocadores e sabotadores. Foi constituído já um Conselho de Guerra Militar formado por 20 juízes. Os processos serão públicos e a reacção conta com o apoio do Colégio de Advogados de Lima que desde o início do processo revolucionário vem manifestando por todos os meios a sua solidariedade aos representantes da oligarquia agrária e do imperialismo, cujos interesses foram feridos pela Revolução.

Em Lima, brigadas juvenis organizaram jornadas de trabalho voluntário para remover os destroços dos incêndios e reparar edifícios danificados pelos sabotadores. Nos centros de trabalho voluntário, formam-se também brigadas mistas, civis e militares, que planeiam as tarefas mais urgentes.

Simultaneamente cresce em toda a América Latina o movimento de solidariedade à Revolução Peruana ameaçada pelo imperialismo. A Central dos Trabalhadores de Cuba dirigiu um apelo especial às centrais sindicais latino-americanas, pedindo que se mobilizem em defesa do povo e do Governo do Peru e que apoiem a constituição de comités populares de vigilância e defesa do processo peruano.

Uruguai: recorde de prisões

O Uruguai atravessa a pior crise da sua história. A população diminui, a repressão aumenta, a moeda foi desvalorizada 36 vezes desde a posse do presidente títere Bordaberry, os preços sobem vertiginosamente, os trabalhadores apertam o cinto.

Ante essa situação caótica, o governo está preocupado com «a falta de prisões». Em 1971 havia quatro presídios em todo o país. Agora há nove, um estádio — «El Cilindro» — transformado em presídio e dezenas de prisões improvisadas: os quartéis, as bases aéreas, as escolas militares e o Instituto Militar de Estudos Superiores. Mas todos esses cárceres são insuficientes, segundo Bordaberry & C.ª. O Governo acaba de lançar uma campanha para anunciar a sua última obra: a «Prisão Modelo». Ficará instalada em Santiago Vasquez, a 30 quilómetros de Montevideu, e será construída por uma empresa monopolista brasileira. Preço: 250 000 contos.

A «Prisão Modelo» será, de facto, um cartaz digno da ditadura uruguaia. O pequeno país sul-americano tornou-se o maior cárcere do Novo Mundo. Por cada 29 habitantes conta com um agente da repressão. Oficialmente há 5000 presos políticos, mas o seu número real é muito superior. Em matéria de métodos de tortura também há inovações no Uruguai. A polícia política de Montevideu começou a utilizar uma droga nova, o «taquiflexin», um produto fabricado com curare — o veneno utilizado pelos índios da Amazónia — que provoca uma paralisia mortal. Entretanto, os combustíveis aumentaram 39 por cento, os cigarros 18 por cento. A inflação, em 1974, atingiu 107 por cento.

O Governo fala de desenvolvimento económico. E constrói a prisão mais cara do Mundo, sob a fiscalização dos especialistas da CIA e da polícia política brasileira. Não consegue, porém, calar os protestos populares. As lutas dos trabalhadores estão a assumir uma amplitude cada vez maior. Bordaberry quer converter o Uruguai num gigantesco cárcere. Mas perderá a batalha. No Uruguai há cada vez mais greves, mais manifestações populares contra a ditadura. O povo do Uruguai vencerá!

HUNGRIA: O SOCIALISMO AMADURECE

A uva é uma fruta minúscula e no entanto necessita de um Verão para a amadurecer. A terra é também uma fruta, ainda que grande e, se a pequena uva necessita de um Verão, de quantos necessitará esta grande fruta para amadurecer? O certo é que amadurecerá e os homens poderão fartar-se com ela para sempre.

Hoje um terço da Humanidade experimenta já a promessa contida nas palavras do grande poeta Petöfi. Também na sua pátria a terra amadurece ao ritmo da construção do socialismo.

A 4 de Abril, passam trinta anos sobre a libertação do povo húngaro submetido ao jugo nazi. Durante os anos amargos da ocupação alemã, a par da resistência de grupos guerrilheiros comunistas, o povo lutara, por diversas formas, contra a dominação de Hitler: os operários tentaram boicotar o desmantelamento das fábricas, a exportação de máquinas e gado para a Alemanha. Impossível, no entanto, de evitar o saque que assolou o país, impossível impedir os milhares de mortos, de prisioneiros nos campos de concentração nazis.

Quando a 4 de Abril de 1945, o Exército soviético libertou, definitivamente, o território da Hungria, o país estava meio destruído. O Governo Nacional Provisório, frente de unidade das forças antifascistas, formado no início do processo de libertação, em Dezembro de 1944, encontrava-se com a difícil tarefa de reconstrução nacional. Apesar das dificuldades, o povo húngaro, estimulado pela libertação, lançou-se ao trabalho com redobradas energias criadoras. Em Agosto de 1947, nas eleições parlamentares, por vontade popular, o Partido Comunista Húngaro torna-se a força política mais forte. Estava aberto o caminho para a transformação socialista. A 25 de Março de 1948, são nacionalizadas todas as fábricas que empregam mais de 100 operários: 85 por cento da indústria e das minas tornam-se propriedade socialista. A 20 de Agosto de 1949, o Parlamento promulga a Constituição segundo a qual o poder pertence ao povo trabalhador: **A República Popular da Hungria é o Estado dos operários e dos trabalhadores do campo.**

O povo húngaro entrava na construção do socialismo. Nem a contra-revolução desencadeada a 23 de Outubro de 1956, com o objectivo de derrubar a democracia popular, logrou desviar os operários e trabalhadores do campo do Poder. Conduzidos pelo Partido Comunista que, em 1956, se reconstruiu com o nome de Partido Socialista Operário Húngaro, os trabalhadores húngaros fazem amadurecer o seu país, edificando o socialismo com a certeza de que estão construindo a sua felicidade e desvendando a estrada por onde outros povos caminharão, num futuro cada vez menos distante.

A divisão de terras beneficiou 660 mil camponeses

Sociólogos que analisaram as condições da agricultura húngara, em vésperas da libertação, classificaram o país como «a pátria de três milhões de mendigos». Os latifundiários possuíam quase metade das terras, a miséria, a insegurança atingiam um milhão e duzentos mil pequenos proprietários; seiscentos mil homens trabalhavam uma terra que não possuíam, quase tão agudamente explorados quanto um milhão e cuzentos mil operários agrícolas.

Sob o jugo nazi, o país empobreceu ainda mais. Gado e as poucas máquinas agrícolas foram requisitadas pela Alemanha nazi.

Havia fome nos campos húngaros quando se formou o Governo Nacional Provisório. Sob pressão do Partido Comunista, do Partido Camponês Nacional e da ala esquerda do Partido Social-Democrata aos quais se opõe o Partido Independente dos Pequenos Proprietários, a 17 de Março de 1945, o Governo Nacional Provisório aprovou, solenemente, o decreto sobre a entrega da terra aos camponeses. Cerca de 35 por cento das terras cultivadas do país foram expropriadas num total de 5 milhões e 600 mil holds (1 hold = =0,57 hectares); destes, dois milhões e 260 mil foram repartidos por 660 mil camponeses. Os restantes dois milhões e 340 mil holds passaram a propriedades do Estado. A expropriação não atingiu as propriedades privadas com menos de 200 holds. Distribuem-se sementes e adubos pelo povo camponês e o crédito é facilitado.

Estas medidas tiveram um importante significado político. Por um lado, destruiu-se a base material do poder dos latifundiários, por outro atraíam-se as massas camponesas ao processo democrático e cimentava-se a aliança operária-camponesa.

O camarada Szabó László da Cooperativa Sasad Motsz fala-nos deste período, o qual precede a constituição das cooperativas.

— Anos depois de 1945, data em que todos os camponeses receberam terra, a situação da agricultura era terrível. O regime fascista alemão havia roubado máquinas e gado aos camponeses. A divisão da terra foi uma maneira política de atrair os camponeses e paralelamente com o esforço de fixar as pessoas à terra. Em 1960, cerca de 52 por cento da população húngara trabalhava na agricultura. Em 1970, esta percentagem era de 22 a 25 por cento. Ao mesmo tempo, iniciou-se um plano de urbanização nas aldeias, criando-se casas de cultura, cinemas, teatros, lojas.

Da nossa enviada especial
HELENA NEVES

A SOCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA, TAREFA CONDUZIDA PELO CAMPESINATO EM ALIANÇA COM A CLASSE OPERÁRIA

partir para a organização de cooperativas. Esta organização não foi fácil. A consciência política dos camponeses, naquele tempo, não era de molde a aceitarem um trabalho colectivo. Os camponeses queriam ter o seu quinhão de terra. A partilha da terra enraizou-lhes o apego à propriedade privada. Foi preciso um grande trabalho de esclarecimento político conduzido pelo Partido para que os camponeses começassem a compreender a necessidade da criação de cooperativas. A partir de 1945 já existiam cooperativas estatuais, mas, no geral, até 1956, o desenvolvimento das cooperativas foi bastante lento. Para isso, contribuiu a política de guerra fria e também as elevadas exigências de produção que o Estado impunha. Até 1960 dura esta primeira etapa no processo de desenvolvimento das cooperativas.

O irrealismo nas previsões relativas ao aumento de produção não se verificou, somente, no sector agrícola. Em 1950, o primeiro plano quinquenal fixara como objectivo fundamental a industrialização socialista do país e a reorganização socialista da agricultura, prevendo um aumento de 90 por cento da produção industrial e, dentro deste sector, um aumento de 105 por cento na indústria pesada. Na produção agro-pecuária previa-se a subida de 35 por cento. Durante o primeiro ano, o povo trabalhador correspondeu tão positivamente às necessidades de desenvolvimento que no II Congresso o Partido dos Trabalhadores da Hungria aumentou os objectivos do plano, fixando as metas de desenvolvimento em 200 por cento para a indústria em geral, 280 para a indústria pesada e 50 para a produção agro-pecuária.

Previa-se, também, a total organização socialista da agricultura. A correcção no irrealismo das metas a atingir, a definição de uma política mais realista abriram novas condições ao processo cooperativo.

A aderência massiva dos camponeses às cooperativas conduz à socialização da agricultura

— A segunda etapa de desenvolvimento das cooperativas agrícolas — continua o camarada Szabó **— vai de 1960 a 1967. Inicia-se a entrada massiva de camponeses nas cooperativas agrícolas. Essa entrada massiva significou que começaram a trabalhar em maiores explorações mas sem grande mecanização. Os camponeses ao entrarem para a cooperativa, levavam todos os seus bens, animais e as poucas máquinas que possuíam. Tiveram de utilizar parques de máquinas. Pagavam o empréstimo das máquinas no fim do ano, quando já tinham vendido os cereais. Muito lentamente, desenvolveu-se a mecanização. Quando as cooperativas já tinham um certo capital e também com créditos do Estado, adquiriram máquinas, e os métodos da pequena exploração deram lugar aos da grande exploração. Paralelamente, os Institutos da Agricultura fizeram experiências de espécies para garantir o desenvolvimento. Com estas medidas, a produção aumentou de facto: por exemplo, a produção de trigo que era de 1,8 t/hect. é neste momento de 3,6 t/hect.**

Como resultado do incremento das cooperativas nesta segunda etapa, em 1961, completou-se a organização socialista da agricultura criando-se novas condições à produção agrícola.

— Havia que desenvolver a indústria química e de máquinas agrícolas para não se recorrer à importação e essa foi uma medida do Estado. Assiste-se a partir de 1960, a um movimento de concentração das cooperativas. Em 1960 existiam 4507 cooperativas agrícolas de produção; em 1973, eram 2209. A partir de 1968, entrámos na terceira etapa que se caracteriza pela introdução de um novo plano económico para as cooperativas. A primeira característica deste plano consiste em que as cooperativas acabaram como organizações que recebem a planificação central, cessando a interferência directa. Cada cooperativa organiza a sua vida, o plano de produção e envia-o para o Ministério. Com este novo método, a direcção de cada cooperativa tem a responsabilidade do seu trabalho, decidindo não só o que vai produzir mas também a quem vai vender. Uma particularidade básica desta terceira etapa é a mecanização intensiva e a grande utilização dos produtos químicos. A mecanização impôs-se até por necessidades surgidas no de urbanização nas aldeias, criando-se casas de cultura, cinemas, teatros, lojas.

Neste momento, a agricultura húngara está em plena ascensão. As condições de exportação são favoráveis porque a produção é cerca de 20 por cento superior ao consumo.

As cooperativas foram um instrumento fundamental neste arranque da produção. Hoje, 25 por cento do rendimento nacional provém do sector cooperativo. Em 1971, 76 por cento dos produtos agrícolas comercializados foram fornecidos por 2554 grandes explorações agrícolas, das quais 2373 cooperativas de produção dispondo, cada uma, de 2053 hectares em média. As cooperativas empregam cerca de 25 por cento da população activa que é de cerca de 5 milhões de trabalhadores.

A Sasad Motsz, exemplo de uma cooperativa no socialismo

A cooperativa Sasad Motsz tem uma área de 1100 hectares e engloba 2200 membros. Entre a sua actividade conta-se a produção de plantas e flores, de animais (sobretudo de pintos seleccionados para produção de frangos), indústria alimentar e de outros ramos, actividade comercial de fraca dimensão e a manutenção de oficinas de reparação e conservação de tractores e outras máquinas agrícolas e de camiões de transporte.

O camarada Szabé László, engenheiro agrónomo e membro da cooperativa desde o início, fala-nos com evidente orgulho da actividade da Sasad Motsz:

— Os produtos das terras cultivadas chegam a render 85 a 92 milhões de florints por ano. Metade desse rendimento provém das plantas para decoração. Os restantes vêm da produção de frutas (25 por cento), de plantações de árvores (13 por cento), particularmente de árvores de decoração, de verduras (5 por cento) e da produção de trigo e milho (7 por cento). A criação de pintos é um ramo muito importante. Exportamos 15 a 20 milhões por ano para a Áustria. O rendimento da produção de pintos é de 85 a 90 milhões de florints por ano. A indústria alimentar surgiu para conservar produtos não vendidos: couve, pepino, frutas, «pikles». Fazemos, também, aguardente a partir de vários frutos. Ainda na actividade industrial, lançámo-nos na construção de jardins, de parques, de parques infantis e manutenção dos parques de decoração da cidade. Produzimos também máquinas para a agricultura. Temos a patente «insectofon» que se usa para controlo do estado de conservação dos cereais. Esta máquina é principalmente usada no caso de armazenagem dos cereais nos quais os insectos podem fazer enormes danos. A actividade comercial incide principalmente na venda de flores: em Budapeste mantemos 49 lojas. Temos também um pequeno comércio de venda de gorduras, carne, vinho, ovos, frutas e conservas. No sector de oficinas contamos com camiões de capacidade de 1 a 10 toneladas, uma oficina de tractores; temos 26 tractores com uma força superior a 50 cavalos. O ramo de administração é o mais modesto. Temos empresas comuns, fundadas com outras cooperativas. Neste momento, estamos a investir num centro de produção de leite, com 70 por cento do total do investimento.

A Sasad Motsz fundou-se em 1950 com onze membros, uma área de 1000 m2 sobre estufas, um cavalo, uma vaca e 18 hectares de terra arável. Hoje a área de estufas é de 100 000 m2. Posteriormente formaram-se mais onze cooperativas que, no momento da concentração, se uniram à Sasad Motsz, resultando a dimensão actual que engloba mil e duzentos membros. Quando entra para uma cooperativa, o camponês é pago pela terra que entrega. Mas muitos dos actuais membros entraram sem possuir terra. Cada membro da cooperativa tem direito a possuir meio hectare de terra junto ao local onde habita. Uma família com quatro adultos trabalhadores da cooperativa terá, portanto, dois hectares de terra própria. O horário básico de trabalho na Sasad Motsz, como na generalidade das cooperativas é de 2300 horas anuais para as mulheres e de 2500 horas para os homens. O salário em 1974, era de 13,50 florints por hora. O período de férias pagas por ano é de 12 a 24 dias. A segurança social beneficia todos os trabalhadores das cooperativas. Inclusivamente além da reforma concedida pelo Estado, os membros da Sasad Motsz recebem um complemento pago pela administração da cooperativa.

Na Sasad Motsz como em todas as cooperativas socialistas, o bem-estar dos trabalhadores é um facto indiscutível que a imprensa reaccionária dos países capitalistas tem cada vez mais dificuldade em silenciar.

O camponês que conheceu os tempos de opressão, a guerra, a fome, que olhou com desconfiança e temor a constituição da República Popular da Hungria, que resistiu à socialização da agricultura mas que, na prática, no decorrer dos anos de consolidação do socialismo, verificou o desenvolvimento da agricultura e a radical transformação da vida nos campos, hoje, já velho, este camponês insere-se, com alegria, no processo socialista. É certo que se mantém ainda escassas explorações individuais. O facto só demonstra como, no socialismo, ninguém é constrangido a integrar-se nas estruturas da sociedade. É a consciencialização progressiva que determina a aderência popular.

Neste momento, é de tal modo insignificante o número de empresas particulares (cuja média é de 0,7 hectares), que o sector privado e auxiliar ocupa 6 por cento da área agrícola enquanto o sector estatal ocupa 30,5 por cento e o sector cooperativista 63,5 por cento.

Nas vésperas do XI Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro, que se realizará em Abril, coincidindo com a festa nacional dos trinta anos de libertação, as palavras que o camarada Janós Kádár pronunciou, em 1970, no X Congresso, ficam como um testemunho para o povo português, e particularmente dos camponeses, de como construir o socialismo (o socialismo científico que orienta o nosso Partido e os partidos irmãos) é construir a abundância e a felicidade:

O Partido tem a firme convicção de que a condição fundamental da edificação da sociedade socialista é a preponderância sólida e crescente do papel dirigente da classe operária... A outra grande classe da nossa sociedade, o campesinato, que empreendeu o caminho do socialismo, fez também importantes progressos. Graças ao auxílio eficaz da classe operária e a um trabalho devotado e continuo, o nosso campesinato consolidou e transformou em explorações agrícolas socialistas as cooperativas de produção...

No nosso país, a criação de cooperativas de produção agrícola, a realização da exploração socialista em grande escala, a subida do nível intelectual e material do campesinato, tiveram por feliz consequência que o socialismo, os princípios leninistas relativos às cooperativas, se consolidaram também nas aldeias e no campo...

A SITUAÇÃO DA IGREJA NA HUNGRIA NAS PALAVRAS DE UM PADRE CATÓLICO

Os camponeses mais velhos, mulheres ainda de lenço atado no queixo, homens preservando as tradições, experimentam, também eles, a felicidade que é possível somente no socialismo. Riem quando lhes dizemos que, entre nós, há quem fale em «socialismo em liberdade», opondo-o à sociedade em que vivem. É um riso franco, quase paternal e respondem-nos: **Mas como é possível? Falar de socialismo é já falar de liberdade. Se se sente necessidade de acrescentar mais palavras, então será porque não falam do único socialismo possível.**

Com a instauração do Poder socialista, a distribuição da terra a quem a trabalha

Da liberdade, vem a talhe de foice, o problema religioso. E não sei se pelo calor que estes rostos irradiam, rostos alegres como um dia serão os dos trabalhadores do nosso país, conto-lhes de como cá largos sectores da Igreja se empenham em afastar os católicos dos comunistas, utilizando a mentira, a calúnia, de como muitos altares hoje, em Portugal, são canais de ódio, de raiva que, formalmente dirigidos contra os comunistas atingem todo o povo. Digo-lhes das vantagens que as forças reaccionárias extraem desta actuação antidemocrática de sectores da Igreja, de como os contra-revolucionários alimentam esta propaganda. E digo-lhes ainda que é entre os camponeses, vivendo isolados em más condições materiais e culturais, que mais dano causa esta propaganda antidemocrática.

Os camponeses da Hungria desejariam trazer até nós a sua advertência, o seu alerta. Eles sabem como é falsa e nociva esta acção da Igreja. Sabem-no tanto mais claramente quanto lhes são o exemplo vivo de uma liberdade experimentada em todos os domínios e, particularmente, no religioso. E têm a certeza histórica que nós temos: que as palavras do camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido são uma realidade:

Há quem em benefício da reacção procure afastar os católicos dos comunistas. Não o conseguirão. Católicos e comunistas lutam e lutarão lado a lado pelos grandes objectivos democráticos de hora presente.

Os laços existentes entre o Estado socialista e as Igrejas, na Hungria, demonstram como as calúnias lançadas contra os comunistas constituem mais um meio de que se serve a reacção para entravar o caminho dos povos para o único regime que corresponde às aspirações de paz e felicidade das classes oprimidas de todo o mundo.

Também na Hungria, tal como hoje, entre nós, certos sectores da Igreja tudo fizeram para conservar o povo nas trevas. Qual a razão deste procedimento? Eis uma questão actual em Portugal que nos é esclarecida pelo padre húngaro Varkonyi Imre, Director-Geral da Acção Católica e Primeiro-Secretário-Geral do Comité para Negócios Extraordinários do Episcopado e deputado no Parlamento húngaro, Director-Geral de todas as colecções católicas que se encontram nos museus, bibliotecas e arquivos do país.

— Até 1945, a Igreja Católica era uma igreja de sistema feudal. Possuía cerca de 800 mil hectares, bancos, fábricas de álcool e outras. Quando da distribuição de terras, em 1945, a Igreja demonstrou estar de acordo nas cartas pastorais. Mas, na prática, a Igreja queria conservar uma grande parte das suas propriedades. Daí vieram as primeiras dificuldades. A Igreja apoiava-se sobre a propriedade e não sobre os fiéis.

Desde a República Popular dos Conselhos da Hungria, primeira experiência socialista em 1919, derrubada com sangue pela reacção nacional e internacional, que a Igreja, atenta ao estado das massas populares, previa a democracia popular e o socialismo. Daí que se lançasse, em força, contra a URSS, pátria do socialismo.

O padre Varkonyi Imre, padre católico, continua a analisar a posição da Igreja como instrumento ideológico das forças políticas inimigas do povo.

— Na propaganda, o comunismo foi apresentado nas escolas, nas associações, nas igrejas, durante 25 anos como o próprio diabo em pessoa. Diziam que se os comunistas chegassem ao Poder, isso significaria o fim da Igreja. Este foi um problema grave que teve consequências nefastas para o futuro. Também é verdade que o sistema político, depois da libertação, não encontrou logo o bom comportamento para com a Igreja. De um lado e do outro houve erros. A Igreja dramatizou esses erros e serviu-se deles para os tornar um problema político. As maiores dificuldades de relações partiram do cardeal Midzentzis, que, em 1945, sucedera ao primaz da Hungria. Nunca discutimos se ele era um bom ou mau padre. Naquele momento, ele deveria ter sido um bom político. Preferiu seguir o princípio de «tudo ou nada» e entrou em conflito com o Estado. Era tão mau político que estaria em antagonismo mesmo no anterior regime. Não aceitou mesmo o que era já prática em países capitalistas. Refiro-me ao ensino facultativo do catecismo que existia em França há 105 anos. A experiência demonstrava que havia todas as possibilidades de positiva convivência com o Estado socialista. O cardeal não quis aceitar este facto. Não aceitava que a seu lado, vivessem pessoas de diferentes concepções.

Na Constituição socialista reconhece-se o direito dos cidadãos exercerem livremente os seus cultos. Para assegurar este exercício, o Estado separou-se da Igreja. A Hungria é ainda, hoje, um país onde coexistem diversos tipos de igrejas e comunidades de culto: católica, protestante (calvinistas, evangélicas, baptistas, adventistas, metodistas) ortodoxa (de rito húngaro, de rito serba e de rito romano) e ainda judaica. De 1948 a 1950, o Estado socialista estabelece acordos com as Igrejas com o fim de criar-se um novo clima de correctas relações.

— Depois de 1950, a cúria episcopal da Igreja Católica decidiu que não podia continuar o clima de tensão. Era necessário encontrar um «modus vivendi» com o Estado. O acordo com o Governo nesse ano foi deveras importante: a Igreja apoia os esforços visando o progresso social e o Governo, que constitucionalmente já aceitava a liberdade de consciência, garante-a e apoia financeiramente a Igreja. Como primeira consequência deste acordo conseguimos escolas de catecismo. O Estado concede anualmente 35 mil florins para contribuição dos salários dos padres e para a restauração das igrejas e estabelecimentos eclesiásticos.

Olhamos este padre, com rosto de trabalhador, décimo filho de uma família de pequenos artesãos, que viveu a primeira revolução socialista em 1919, que viu a sua pátria sofrer o regime ditatorial e a ocupação nazi, que assistiu à democracia popular, à viragem para o Estado socialista, de cujo Parlamento é membro, e contamos-lhe como, entre nós, largos sectores da Igreja, quer porque defendem privilégios de classe, quer por ignorância, procuram boicotar o processo democrático.

O padre Varkonyi Imre tem a experiência vivida desta oposição que se prolongou para além de 1950:

— Muita gente não compreendeu este acordo. Muitos homens da Igreja tiveram dificuldade em adaptar-se. Não acreditaram que há caminhos que a Igreja e o Estado podem trilhar em conjunto. Diziam que os padres que seguiam o progresso e a paz eram comunistas. Caíram na grande contradição. A vocação do padre é servir a paz. Por isso, se se opunham aos que queriam a paz, eram padres da guerra. Se acusavam os outros de serem comunistas, então eles eram fascistas declarados.

A vida demonstrou quem estava com a razão. Antes de 1945, o povo emigrava por falta de trabalho, no país existiam 3 milhões de pessoas vivendo com um nível de vida indigno do ser humano. Hoje, a vida é absolutamente normal. Não se encontra gente com fome nem desempregados, as pessoas vestem bem, cultivam-se. Hoje, a felicidade é possível.

O nosso corpo episcopal é jovem: temos 3 arcebispos e 8 bispos. Porque buscamos o que nos é comum, Igreja e Estado vivem em harmonia. Resolvemos os problemas pela via da negociação porque o que nos importa é a unidade popular. Nas questões fundamentais da ideologia, ambos, Igreja e Estado, não fazem compromisso.

A Igreja adapta-se cada vez melhor à nova sociedade. O Vaticano, em 1964, fez um acordo parcial com o Governo húngaro. Nestes dez últimos anos, nomeámos dezóito bispos, em 1971, regulamentou-se, em novos moldes, o ensino do catecismo. No Ocidente não quiseram dar a conhecer este acordo. Outra ideia que procuram dar no Ocidente é que temos uma Imprensa fraca. Possuímos uma Imprensa periódica importante: um semanário com 60 mil exemplares, um quinzenário com 30 mil, outro com 12 mil, uma publicação trimestral teológica com 4 mil e um boletim policopiado diário. Na rádio, a nós e às outras igrejas, o Estado concede 30 minutos de emissão, 18 vezes por ano. O Estado continua a pagar-nos parte dos salários, subsidia a construção de escolas regiliosas, a manutenção de igrejas e monumentos eclesiásticos.

Este é um dos gestos nobres do Estado. O acordo celebrado em 1950, já foi prolongado duas vezes por períodos de cinco anos.

Símbolo da unidade e cooperação

Perguntámos ao padre Varkonyi Imre, como era a frequência do povo húngaro da Igreja, pois ao visitarmos uma capela onde decorria a missa dominical, tiveramos ocasião de verificar a ausência de jovens.

— Consideramos a frequência à Igreja melhor do que nos países capitalistas em geral, com excepção da Espanha. Não digo que, entre nós, a frequência seja muito grande mas estamos satisfeitos com esta participação e trabalhamos para a aumentar. Trabalham nas dioceses 3900 padres e temos quatro ordens religiosas: Beneditinos, Franciscanos, Religiosas de Notre Dame e Pietistas.

Entre a juventude, o número de fiéis é menor. Mas não é uma particularidade do mundo socialista. Fazemos o que podemos para que a juventude venha até nós mas a participação continua fraca, sobretudo nas cidades. A causa é o conjunto de actividades que atraem os jovens noutros sentidos. A causa não é, como quereréon concluir no Ocidente, a propaganda marxista. Porque não há uma propaganda única. É evidente que os professores nas escolas seguem o método materialista. Mas também a Igreja, todos os dias, faz propaganda nas pregações, nas escolas de catecismo, etc.

O padre Varkonyi Imre é também membro do Praesidium da Frente Patriótica Popular Húngaro, agrupamento político amplamente unitário. Abordamos o seu trabalho, na Frente.

— Não sou o único eclesiástico no Praesidium. Há também dois arcebispos, que são, ao mesmo tempo, os presidentes da cúria episcopal. Em todas as regiões do país, os órgãos locais da Frente compreendem elementos da Igreja: é o símbolo dos esforços pela unidade. Há muitas iniciativas sociais animadas pela Frene. Por exemplo, este ano, passa o 30.º Aniversário da Libertação da Hungria. No Comité da Frente para a preparação deste aniversário há padres e leigos, o que constitui um sinal evidente da nossa cooperação. Eu, pessoalmente, além de membro do Praesidium da Frente, sou membro do Comité que, sob a égide da Frente, trabalha na Segurança e Cooperação na Europa.

Palavras de um padre vivendo em socialismo, aos padres portugueses

É já quase a hora de nos dizermos adeus. O padre V. Imre diz-nos as palavras que desejaria trocar, face a face, com padres portugueses:

— O que posso dizer-vos, digo-o com profundo conhecimento, sinceridade e vontade de ajudar. Nós encontramos o fascismo de mil rostos, e como padre, posso dizer-vos, tranquilamente, que o fascismo «se bem que seja lobo, veste-se de cordeiro». O que é essencial é que o fascismo mesmo quando quer fazer crer que age pelo interesse do povo, na realidade serve os interesses de uma minoria que quer submeter os outros à escravidão. E há muita gente que não se dá conta que interesses está a servir e quando verifica que serviu o fascismo é já muito tarde para recuar. Por isso, eu sei que não será fácil à Igreja portuguesa adaptar-se a uma situação democrática, após 48 anos de fascismo. Porque na Igreja, há pessoas habituadas a um certo funcionamento.

Não se deve lamentar o passado, eis o que quero dizer-vos. Os que olham sempre para trás, não encontram a boa continuação do caminho.

«EU VEJO O MUNDO»
CONCURSO DOS PIONEIROS SOVIÉTICOS ABERTO ÀS CRIANÇAS PORTUGUESAS

Através do «Avante!» ficaram as crianças e jovens portugueses informados da realização, na União Soviética, do III Concurso Internacional de Pintura Infantil — «EU VEJO O MUNDO», concurso aberto a todas as crianças de todos os países, de idades compreendidas entre os 5 e os 16 anos.

Por absoluta falta de espaço não pudemos até agora divulgar as condições do concurso, o que fazemos hoje, certos de que elas encontrarão o maior eco entre as crianças do nosso país, que não deixarão de concorrer a este concurso que se tornou um dos mais populares do género em todo o Mundo. Aqui vão, pois, pequenos leitores, as regras do concurso «EU VEJO O MUNDO».

1. Podem enviar os seus trabalhos, realizados nos últimos dois anos, sem ajuda de ninguém, as crianças dos 5 aos 16 anos.

2. Cada participante poderá enviar até 10 trabalhos. Escolas e organizações poderão enviar até 50 e 60 trabalhos.

3. Os trabalhos podem ter qualquer medida.

4. Os trabalhos podem ser: a lápis, pastel, aguarela, guache, óleo, tinta-da-china, etc. Assim como gravura, mosaico, linóleos, etc.

5. O tema principal dos desenhos deve ser: a amizade internacional das crianças, a luta pela paz, a vida da escola, a família, a cidade, a aldeia, as festas internacionais, costumes, excursões, estudos, jogos, a natureza, o mundo dos animais, a luta pela protecção da natureza.

6. Os trabalhos podem ser individuais e colectivos.

7. A data de recepção dos trabalhos vai até 15 de Abril de 1975.

8. As crianças que desejem tomar parte neste concurso devem enviar os seus trabalhos para a seguinte direcção:

URSS
Moscovo K-30
Rua Suschevskaia Nr. 21
«Pionerskaia Pravda»

Nas costas do trabalho é absolutamente indispensável escrever em russo, inglês, francês, espanhol ou alemão os seguintes dados:

a) Título do trabalho.
b) Nome e apelido do autor.
c) Idade.
d) Sexo.
e) Nome e apelido do seu professor, se os desenhos são enviados por alguma escola ou organização.
f) Direcção do autor do trabalho ou da escola, assim como o nome do país de origem.

Os trabalhos que não obedeçam a estas condições não poderão participar no Concurso.

Os trabalhos enviados não serão restituídos aos seus autores e passarão a fazer parte do fundo do Museu de Criação Artística das Crianças de Moscovo.

Um júri especial constituído por pintores, homens de arte, professores, especialistas nos domínios da criação artística infantil seleccionará os melhores trabalhos para a exposição e atribuirá os prémios aos vencedores.

Uma vez terminado o Concurso organizar-se-á uma exposição com os melhores trabalhos nas salas da Academia de Pintura da URSS, em fins de Dezembro de 1975.

Cada participante na exposição receberá um diploma, o catálogo da exposição e um selo comemorativo.

Duzentos autores receberão uma medalha do Concurso.

Cinquenta autores dos melhores trabalhos receberão diferentes prémios: obras dos mestres do povo, obras de artesanato, quadros assinados pelos autores, livros sobre arte, etc.

Mãos à obra, pois, crianças portuguesas. O concurso «EU VEJO O MUNDO», organizado pelos pioneiros soviéticos, está também à vossa espera, conta também convosco!